



PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA SERRA DE SÃO MAMEDE E TERRAS DE NISA

RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA

DGT – DIREÇÃO-GERAL DO TERRITÓRIO

PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM DA SERRA DE SÃO MAMEDE E TERRAS DE NISA

EQUIPA TÉCNICA

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Jorge Cancela

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Ana Neves Adelino

ÁREAS TEMÁTICAS – EQUIPA TÉCNICA

Gestão florestal e economia e desenvolvimento rural – Carlos Rio Carvalho e Margarida Tomé

Ecologia do fogo – Nuno Guiomar e Sílvia Faria

Avaliação, valoração e remuneração de serviços dos ecossistemas, Alterações Climáticas e Economia Ambiental – Rui Santos, Paula Antunes e Carlos Rio Carvalho

Planeamento e ordenamento do território e da paisagem – Jorge Cancela, Sara Fernandes e João Pedro Carvalho

Promoção de processos participativos – Paula Antunes, Rui Santos, Rita Lopes e Jéssica Loureiro

Sistemas de Informação Geográfica – Cristina Henriques e Ezequiel Correia

Avaliação Ambiental Estratégica – Ana Neves Adelino, Rosa Silvério e Beatriz Rufino

PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM DA SERRA DE SÃO MAMEDE E TERRAS DE NISA

Relatório da Discussão Pública

ÍNDICE GERAL

1	ENQUADRAMENTO DA ELABORAÇÃO DO PRGP SSMTN E METODOLOGIA PREVISTA PARA A PARTICIPAÇÃO PÚBLICA	1
2	PARTICIPAÇÃO AO LONGO DO PROCESSO – SESSÕES REALIZADAS .	5
2.1	ENTREVISTAS INDIVIDUAIS DURANTE A FASE PROSPETIVA.....	5
2.1.1	Diagnóstico das principais tendências e pressões na área de estudo	7
2.1.2	Identificação de oportunidades de futuro e áreas/elementos com interesse para valorização e gestão no âmbito do PRGP SSMTN.....	10
2.2	REUNIÃO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA ALARGADA COM GRUPOS FOCAIS.....	15
2.3	MOMENTOS PARTICIPATIVOS	31
3	DISCUSSÃO PÚBLICA	31
3.1	PUBLICITAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA.....	31
3.2	DOCUMENTOS E FORMAS DE CONSULTA.....	38
3.3	SESSÕES PÚBLICAS DE APRESENTAÇÃO E DEBATE.....	41
3.4	SUBMISSÃO DE PARTICIPAÇÕES.....	45
3.4.1	Participações submetidas no portal participa	45
3.4.2	Outras participações.....	46
3.5	ANÁLISE E PONDERAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES.....	46
3.5.1	Participações submetidas no Portal Participa.....	47
3.5.2	Outras participações.....	133
3.6	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	164
4	ANEXOS	171

ÍNDICE FIGURAS

Figura 1 – Enquadramento nacional e regional da AI do PRGP SSMTN	2
Figura 2 – Poster para votação dos serviços de ecossistemas prioritários	17
Figura 3 – Abertura da sessão pelo Sr. Presidente de Câmara Municipal de Castelo de Vide.....	19
Figura 4 - Apresentação de enquadramento do PRGP SSMTN pela representante da DGT	20
Figura 5 – Apresentação dos aspetos mais relevantes da Proposta do PRGP SSMTN pela representante da Biodesign	21

Figura 6 – Votação dos participantes nos serviços de ecossistemas prioritários	23
Figura 7 – Votação final nos serviços de ecossistemas prioritários	24
Figura 8 – Grupo Temático I em trabalho	28
Figura 9 - Grupo Temático II em trabalho	30
Figura 10 – Esquema metodológico do processo de envolvimento de atores chave	31
Figura 11 – Anúncio do período de Discussão Pública	33
Figura 12 – Notícia de divulgação do período de Discussão Pública na página da <i>Internet</i> da DGT	34
Figura 13 – Anúncio do período de Discussão Pública na página da <i>Internet</i> do Município de Nisa	34
Figura 14 – Anúncio do período de Discussão Pública na página do <i>Facebook</i> do Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Vide	35
Figura 15 – Portal Participa, espaço dedicado à Discussão Pública do PRGP SSMTN	35
Figura 16 – Notícia de divulgação da sessão pública do PRGP SSMTN na página da <i>Internet</i> da DGT	36
Figura 17 – Notícia de divulgação da sessão pública do PRGP SSMTN na página da <i>Internet</i> da CIMAA .	36
Figura 18 – Notícia de divulgação da sessão pública do PRGP SSMTN na página da <i>Internet</i> da publicação Notícias de Castelo de Vide.....	37
Figura 19 – Notícia de divulgação da sessão pública do PRGP SSMTN na página do <i>Facebook</i> da CIMAA	38
Figura 20 – Formulário de participação em formato papel	40
Figura 21 – Registo fotográfico dos participantes na sessão	42
Figura 22 - Início da sessão de Consulta Pública.....	42
Figura 23 - Apresentação da Proposta do PRGP SSMTN pela representante da Biodesign	43

ÍNDICE QUADROS

Quadro 1 – Lista de entidades entrevistadas.....	6
Quadro 2 – Lista de entidades participantes na sessão	18
Quadro 3 – Serviços de ecossistema identificados	22
Quadro 4 – Ranking dos serviços de ecossistemas prioritários	24
Quadro 5 - Lista de participantes na sessão.....	41
Quadro 6 - Questões colocadas pelos participantes da sessão de Discussão Pública	43
Quadro 7 – Quadro de análise e ponderação das participações	47
Quadro 8 – Quadro de análise e ponderação da participação	133

ACRÓNIMOS E SIGLAS

AA	Avaliação Ambiental
AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
AC	Área de Conservação
AEMGC	Áreas Estratégicas de Mosaicos de Gestão de Combustível
AGIF	Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais
AI	Área de Intervenção
AIGP	Áreas Integradas de Gestão da Paisagem
ANEPC	Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
APGA	Áreas Piloto de Gestão Agregada
AR	Área de Referência
CAOP	Carta Administrativa Oficial de Portugal
CCDR	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CCDR-A	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
CCS	Captura e sequestro de carbono
CICES	<i>Common International Classification of Ecosystem Services</i>
CIM	Comunidade Intermunicipal
CM	Câmara Municipal
COS	Carta de Ocupação do Solo
D	Índice de <i>Jacobs</i>
DGADR	Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DGT	Direção-Geral do Território
DOP	Denominação de Origem Protegida
DP	Desenho da Paisagem
DQA	Diretiva Quadro da Água
DRAP	Direção Regional de Agricultura e Pescas
ERAIE	Entidades com Responsabilidade Ambiental Específica
ERT	Entidade Regional de Turismo
FA	Fundo Ambiental
FCD	Fatores Críticos para a Decisão
FEADER	Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FFP	Fundo Florestal Permanente
FGC	Faixas de Gestão de Combustível
GNR	Guarda Nacional Republicana
IBA	<i>Important Bird Area</i> (Áreas Importantes para Aves)
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
IFAP	Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas

IGP	Indicação Geográfica Protegida
IGT	Instrumento de Gestão Territorial
INE	Instituto Nacional de Estatística
LA	Linhas de Ação
LNEI	Lista Nacional de Espécies Invasoras
MAES	<i>Mapping and Assessing Ecosystem Services</i>
MNPR	Monumento Natural das Portas de Ródão
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
OAEGC	Outras Áreas Estratégicas de Gestão de Combustível
OIGP	Operação Integrada de Gestão da Paisagem
ONG	Organização Não Governamental
P-3AC	Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas
PG	Plano de Gestão
PGZECNLP	Plano de Gestão da Zona Especial de Conservação Nisa/Lage da Prata
PGZECSM	Plano de Gestão da Zona Especial de Conservação São Mamede
PGF	Plano de Gestão Florestal
PGRI	Plano de Gestão dos Riscos de Inundações
PDM	Plano Diretor Municipal
PDR	Programa de Desenvolvimento Rural
PEPAC	Plano Estratégico da Política Agrícola Comum
PME	Programa Municipal de Execução
PMDFCI	Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios
PNA	Programa Nacional de Ação
PNGIFR	Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais
PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
PNSSM	Parque Natural da Serra de São Mamede
PO	Programa Operacional
PP	Participação Pública
PRGP	Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem
PRGP PIS	Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem do Pinhal Interior Sul
PRGP SSMTN	Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra de São Mamede e Terras de Nisa
PROF	Plano Regional de Ordenamento Florestal
PROF ALT	Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo
PR	Programa Regional
PR Alentejo	Programa Regional do Alentejo
PRA	Programa Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais
PROT	Programa Regional de Ordenamento do Território
PROT-A	Programa Regional de Ordenamento do Território do Alentejo
PRR	Programa de Recuperação e Resiliência

PSA	Programa Sub-Regional de Ação
PSA-AA	Programa Sub-Regional de Ação do Alto Alentejo
PSE	Pagamento dos Serviços dos Ecossistemas
PSRN 2000	Plano Setorial da Rede Natura 2000
PTP	Programa de Transformação da Paisagem
RA	Relatório Ambiental
RAN	Reserva Agrícola Nacional
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
REN	Reserva Ecológica Nacional
RF	Regime do Fogo
RFCD	Relatório de Fatores Críticos de Decisão
RG	Regime de Gestão
RJAAR	Regime Jurídico das Ações de Arborização e Rearborização
RJGT	Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
RJRP	Regime Jurídico de Reconversão da Paisagem
RN2000	Rede Natura 2000
RNAP	Rede Nacional de Áreas Protegidas
RNT	Resumo Não Técnico
RPFGC	Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível
SAF	Sistema Agroflorestal
SE	Serviços dos Ecossistemas
SGIFR	Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais
SNAC	Sistema Nacional de Áreas Classificadas
SNIAmb	Sistema Nacional de Informação de Ambiente
SNIG	Sistema Nacional de Informação Geográfica
SNIRH	Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos
SRH	Sub-região Homogénea
SRUP	Servidões e Restrições de Utilidade Pública
UF	União de Freguesias
UGP	Unidade de Gestão da Paisagem
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USLE	<i>Universal Soil Loss Equation</i>
VAB	Valor Acrescentado Bruto
ZEC	Zona Especial de Conservação
ZIF	Zona de Intervenção Florestal
ZPE	Zona de Proteção Especial

1 ENQUADRAMENTO DA ELABORAÇÃO DO PRGP SSMTN E METODOLOGIA PREVISTA PARA A PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

Com a revisão do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) publicada pela Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro, é identificada a vulnerabilidade dos territórios de floresta e o reconhecimento e valorização do seu capital natural como ativos estratégicos para o desenvolvimento das áreas rurais, estabelecendo assim um conjunto de intervenções de base territorial, que pretendem a revitalização de atividades económicas, a prevenção de riscos e adaptação às alterações climáticas e a valorização do território através da gestão da paisagem.

Neste contexto foram aprovados e publicados o Programa de Transformação da Paisagem (PTP – Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 49/2020, de 24 de junho) e o Regime Jurídico da Reconversão da Paisagem (RJRP – Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho), que estabelecem um conjunto de medidas programáticas e um quadro de instrumentos jurídicos para definir, planejar, programar e gerir os territórios florestais vulneráveis, atendendo à sua organização espacial, que viriam posteriormente, a ser delimitados e publicados pela Portaria n.º 301/2020, de 24 de dezembro.

Uma das medidas programáticas de intervenção previstas no PTP e no RJRP correspondem aos PRGP, programas “destinados a promover o desenho da paisagem como referencial de uma nova economia dos territórios rurais, que promova uma floresta multifuncional, biodiversa e resiliente, mais rentável, com maior capacidade de sequestro de carbono e capaz de produzir melhores serviços a partir dos ecossistemas”, através da definição de diretrizes de planeamento e gestão e de ações prioritárias de intervenção, a partir da aptidão do solo e das necessidades de gestão e de ordenamento. Além disso, está ainda patente, e em linha de conta com o Pacto Ecológico Europeu, o reconhecimento dos serviços dos ecossistemas e a necessidade da sua remuneração.

Os territórios potenciais para delimitação das áreas a sujeitar a estes programas foram definidos no Anexo I da Resolução de Conselho de Ministros n.º 49/2020, de 24 de junho, e é segundo esse enquadramento legal que surge o Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra de São Mamede e Terras de Nisa (PRGP SSMTN), cuja determinação de elaboração é efetuada pelo Despacho n.º 4035/2024, de 12 de abril.

A Área de Intervenção (AI) do PRGP SSMTN, com uma expressão territorial de **69 527,72 hectares**, localiza-se na região do Alentejo (NUTS II) e na sub-região do Alto Alentejo (NUTS III), integrando parcialmente os concelhos de Castelo de Vide (28%), Nisa (66%) e Portalegre (6%), conforme se ilustra na Figura 1.

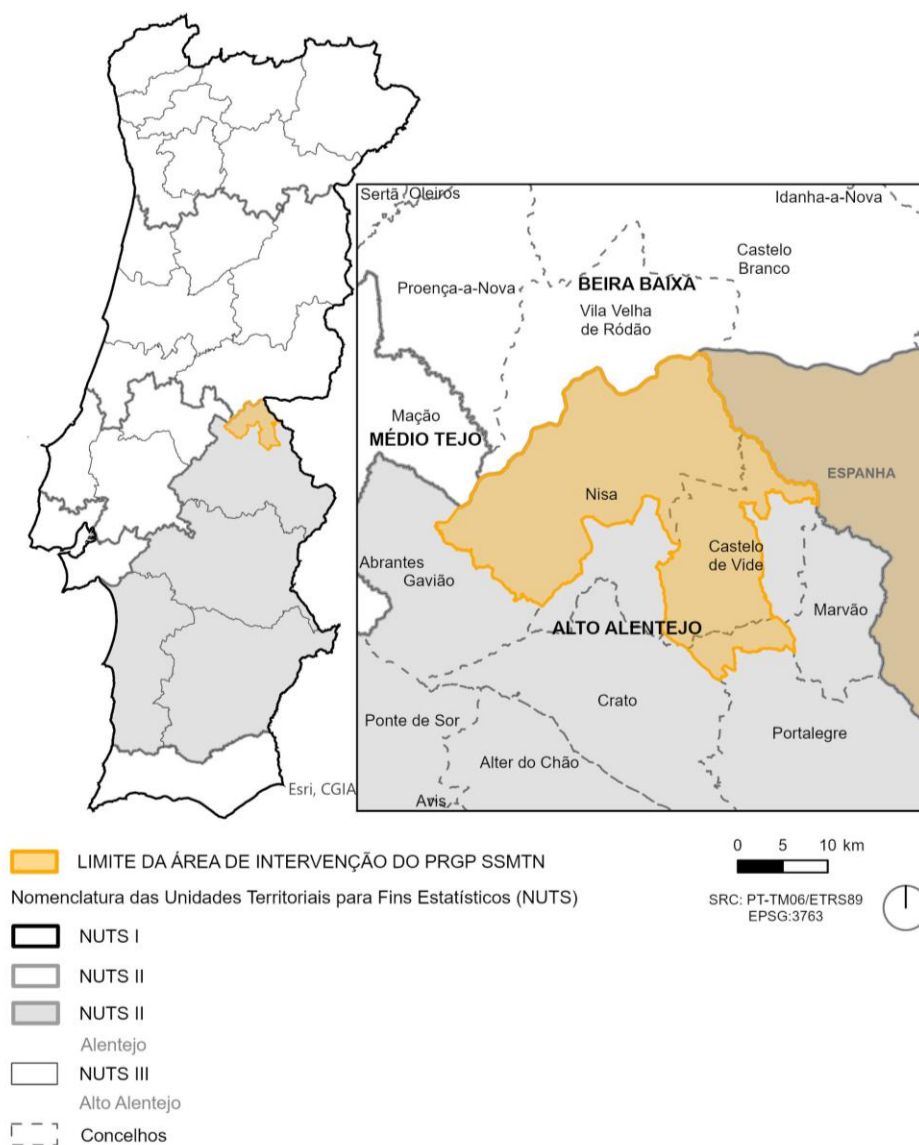


Figura 1 – Enquadramento nacional e regional da AI do PRGP SSMTN

A elaboração do PRGP SSMTN, enquanto programa setorial foi determinada ao abrigo do n.º 1 do Artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial – RJIGT), e nos termos da legislação específica, Artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 28 -A/2020, de 26 de junho.

O processo de elaboração do PRGP SSMTN, incluindo o conteúdo material e documental, acompanhamento, participação e aprovação, foi elaborado em conformidade com o disposto nos Artigos 39.º, 40.º, 41.º, 46.º, 47.º 48.º, 50.º e 51.º do RJIGT e nos Artigos 7.º e 10.º do RJRP.

Atendendo ao papel que desempenham no quadro de interação coordenada no sistema de gestão territorial, o PRGP SSMTN emana diretrizes de planeamento e gestão que vincularão diretamente todas

as entidades públicas, e direta e imediatamente os particulares, relativamente às normas sobre a ocupação e utilização dos espaços florestais, como disposto no n.º 3 do Artigo 3.º do RJIGT.

As orientações e diretrizes de planeamento e gestão estabelecidas no PRGP SSMTN são desenvolvidas, concretizadas e programadas nos Planos Diretores Municipais, no Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR), no Programa Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo (PROF AL), no Regime Jurídico das Ações de Arborização e Rearborização (RJAAR) e nos Planos de Gestão Florestal (PGF) e nos possíveis instrumentos de financiamento.

O PRGP SSMTN inclui ainda um conjunto de indicadores qualitativos e quantitativos, conforme disposto no n.º 5 do Artigo 41.º do RJIGT, tendo em vista suportar a avaliação (da adequação e concretização da disciplina neles consagrada) prevista no Capítulo VIII do mesmo diploma.

Face à sensibilidade da área de incidência do PRGP SSMTN, bem como dos possíveis efeitos decorrentes da aplicação da proposta de desenho da paisagem nele considerada, este programa encontra-se sujeito a avaliação ambiental nos termos do Artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio.

Desta forma, a transformação territorial resultante das propostas do PRGP SSMTN terá subjacente um processo integrado de desenvolvimento sustentável, suportado na participação pública ativa envolvendo os atores locais (instituições, organizações sociais e económicas e populações), contribuindo para a construção de uma visão conjunta do reordenamento e gestão da paisagem e de uma nova economia rural, que garanta resiliência, rendimento das atividades e qualidade de vida das populações locais.

O envolvimento das partes interessadas, ao longo de todo o processo de desenvolvimento de uma proposta de reordenamento e gestão da paisagem, foi essencial, na medida em que permitiu integrar informação, conhecimento e experiências que estão para além das abordagens estritamente técnico-científicas. Simultaneamente, tornou os agentes do território parte ativa na formulação de soluções e no processo de tomada de decisão, incentivando a sua adesão e co-responsabilização na execução do Programa, possibilitando também o eventual estabelecimento de entendimentos e parcerias, ainda durante a sua conceção. Adicionalmente, a implementação de um processo aberto e transparente de participação assegurou que todos os atores com um papel relevante na área de estudo tivessem uma oportunidade para manifestar as suas preocupações e pontos de vista, conferindo assim uma legitimidade acrescida a todo o processo.

A Direção Geral do Território (DGT) é a entidade competente para a elaboração do PRGP SSMTN. O acompanhamento da elaboração do PRGP SSMTN foi efetuado nos termos do disposto no Artigo 48.º do RJIGT, e envolveu as seguintes entidades territorialmente competentes:

- a) Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo;

- b) Direção Regional da Conservação da Natureza e das Florestas do Alentejo;
- c) Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo (unidade integrada na CCDR Alentejo);
- d) Administração de Região Hidrográfica do Tejo e Oeste;
- e) Entidades Regionais do Turismo;
- f) Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais;
- g) Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo;
- h) Municípios de Nisa, Castelo de Vide e Portalegre.

A elaboração do PRGP SSMTN foi ainda realizada com o envolvimento de atores locais, nomeadamente representantes de proprietários e produtores florestais e agrícolas nas áreas abrangidas. Importou também identificar e envolver outras partes interessadas, como instituições públicas e privadas de vários âmbitos territoriais e setoriais, organizações socioeconómicas e população, que pela sua presença e influência no território pudessem contribuir ao longo dos diferentes momentos participativos. Por essa razão, foi elaborada uma lista inicial de partes interessadas, aquando do início dos trabalhos, que foi sendo atualizada e expandida durante a elaboração do Programa, à medida que foram decorrendo os diversos momentos de interação e cuja versão final se encontra no Anexo I.

O processo participativo e de comunicação do PRGP SSMTN considerou a preparação e execução de pelo menos duas vertentes de participação pública, em diversos momentos:

- Participação pública de carácter genérico dirigida as todas as partes interessadas;
- Consultas temáticas organizadas sob a forma de entrevistas individuais e grupos focais em torno dos temas considerados relevantes.

Durante o processo de elaboração do PRGP SSMTN, e atendendo à estratégia de participação pública estabelecida, realizaram-se os seguintes momentos participativos:

- **Entrevistas individuais durante a fase prospetiva**, com atores locais/regionais considerados relevantes na transformação do território, durante as quais se apresentou a equipa e a estratégia de envolvimento das partes interessadas a implementar ao longo da elaboração do Programa, se conheceu o papel e dinâmica desse ator no território e se obteve a leitura que o ator faz das principais tendências, pressões e oportunidades na área do Programa (conforme ponto 2.1);
- **Reunião de participação pública alargada com grupos focais temáticos**, durante a fase de elaboração da Proposta envolvendo atores locais identificados, designadamente: associações agrícolas e florestais e de desenvolvimento local; empresas de produção florestal; produtores florestais e agrícolas; empresas de alojamento e animação turística; organizações não-governamentais de ambiente; juntas de freguesia e câmaras municipais; delegações regionais dos organismos da administração central. O objetivo desta reunião passa pela apresentação

dos conteúdos do Diagnóstico e da Proposta do PRGP, determinantes para a construção da Proposta do Desenho da Paisagem. Inclui ainda um momento participativo interativo, onde os participantes são chamados a identificar os principais desafios e pontos fortes e eventuais oportunidades e ameaças externas que possam vir a informar e a suportar a identificação dos eixos de intervenção a incluir na proposta do Programa (conforme ponto 2.2);

- **Sessão pública durante o período de Discussão Pública**, tendo em vista a apresentação da Proposta do Programa, promoção do debate e a recolha de observações e sugestões sobre as soluções contempladas, a incluir na versão final do Programa (conforme ponto 3.3).

2 PARTICIPAÇÃO AO LONGO DO PROCESSO – SESSÕES REALIZADAS

2.1 ENTREVISTAS INDIVIDUAIS DURANTE A FASE PROSPETIVA

Na primeira fase do processo participativo procedeu-se a uma identificação dos atores a operar no território, e que pela sua atividade, autoridade ou dinamismo são de especial interesse para o desenho e execução do Programa. Com base na literatura e informação pública disponível foi identificado um grupo inicial de atores presentes na região do Programa, nomeadamente nos concelhos de Nisa, Castelo de Vide e Portalegre, incluindo instituições, empresas, entidades, associações e grupos que, pelas suas características, podem ser importantes para a elaboração do diagnóstico dos principais problemas e tendências de evolução verificadas na AI e para o desenho das propostas e execução do Programa.

Com base neste primeiro mapeamento das partes interessadas, foram contactadas, via correio eletrónico e telefone, entidades com relevância no território, identificadas como podendo ter um papel efetivo na atual dinâmica e na potencial transformação do território, bem como outros atores locais com conhecimento e influência na AI. Os contactos iniciais tiveram como objetivo marcar uma primeira reunião, com a seguinte agenda:

- (1) apresentar a equipa e a estratégia de envolvimento das partes interessadas a implementar ao longo do PRGP SSMTN;
- (2) conhecer o papel e dinâmica desse ator no território;
- (3) obter a leitura que o ator faz das principais tendências e evolução do território, pressões e oportunidades na área de implementação do Programa;
- (4) identificar áreas / elementos que mereçam ser destacados / preservados ou geridos/intervencionados com particular atenção;

- (5) identificar informação de base local relevante, incluindo estudos realizados, que possam complementar a informação estatística disponível.

Nestas reuniões foi também solicitado que fossem indicados outros atores considerados relevantes para a elaboração deste Programa, o que permitiu progressivamente validar e expandir o mapeamento das partes interessadas na área em estudo, numa abordagem de 'bola de neve'.

No Anexo I, estão listados todos os atores identificados ao longo do processo, que constituem a lista das Partes Interessadas.

Na primeira ronda de contactos foram realizadas oito entrevistas (ver Quadro 1) entre dezembro de 2024 e janeiro de 2025, através da plataforma Zoom, e por telefone, tendo sido discutidos os objetivos e partilhada a AI do PRGP SSMTN, para enquadrar a reunião e contextualizar os atores entrevistados. As entrevistas foram complementadas com uma visita à AI, realizada em 4 de dezembro de 2025. O conjunto inicial de contatos permitiu ter uma visão abrangente das principais dinâmicas do território, uma vez que incluiu atores regionais, de diferentes concelhos, de diferentes setores e combinando atores com uma perspetiva política/estratégica dominante e outros com um perfil mais orientado para a ação/operacionalização no território.

Quadro 1 – Lista de entidades entrevistadas

Entidade	Escala de atuação	Temática(s) de Intervenção
Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo	Regional	Transversal
Associação de Produtores Florestais do Distrito de Portalegre - AFDP	Regional	Florestas e desenvolvimento florestal
Silvestrys – Serviços Agroflorestais	Regional	Florestas e desenvolvimento florestal
Apilegre – Apicultores do Nordeste Alentejano	Local	Apicultura
Monte do Pego – Empresa de Turismo	Local	Turismo rural e atividades recreativas; pecuária e áreas agroflorestais;
Associação de Criadores Bovinos da Raça Alentejana - ACBRA	Regional	Transversal; pastorícia
ICNF - Direção Regional da Conservação da Natureza e das Florestas do Alentejo	Regional	Conservação da natureza e florestas
ICNF - Direção Regional da Conservação da Natureza e das Florestas do Alentejo	Regional	Conservação da natureza e florestas

2.1.1 Diagnóstico das principais tendências e pressões na área de estudo

As entrevistas realizadas com os intervenientes indicados permitiram identificar grandes tendências socioeconómicas e biofísicas no território do PRGP SSMTN, o que permitiu adicionar informação e conhecimento para uma melhor interpretação e validação dos dados estatísticos recolhidos e utilizados no capítulo de caracterização. Foi ainda identificado um conjunto de fragilidades e de pressões que constituem fatores críticos a considerar nas opções preconizadas para o desenho da paisagem proposta no âmbito do PRGP SSMTN. As entrevistas conseguidas a atores institucionais e a agentes locais foram essenciais para um diagnóstico abrangente e integrado.

Na região do Alto Alentejo, encontra-se a Serra de São Mamede, uma marcada **área montanhosa** com altitudes que chegam a ser superiores a 1.000 metros, contrastando **com as zonas de altitudes mais moderadas** nas Terras de Nisa, caracterizadas por planícies e colinas. A AI do PRGP SSMTN, abrange uma parte desta Serra, cuja cota mais alta é 827m dentro desta AI, bem como uma parte das Terras de Nisa, com particular incidência sobre a área que se encontra mais próxima ao rio Tejo. A vegetação da região é diversa, composta principalmente por matas de carvalhos, sobreiros, azinhais e alguns castanheiros, bem como por matos mediterrânicos, como estevas e giestas. Nas áreas menos elevadas predomina montado de sobro, olivais e matos arbustivos, por vezes em terrenos abandonados, intercalados com áreas de cultivo e pastagens.

A AI do Programa abrange parcialmente a área do **Parque Natural da Serra de São Mamede** que assegura a conservação de espécies emblemáticas, como a águia-de-Bonelli, o lince-ibérico, o gato-bravo e várias espécies de morcegos, bem como várias espécies de orquídeas selvagens. A geologia da região é diversificada, o que resulta numa variedade de solos que são, geralmente, pouco profundos. Destacam-se os granitos e quartzitos na área de Castelo de Vide e nas partes mais elevadas da Serra de São Mamede, enquanto que os xistos e filitos predominam nas zonas de menor altitude. Adicionalmente, existem formações sedimentares localizadas que enriquecem a paisagem geológica.

É um território de baixa densidade populacional que progressivamente tem vindo a ficar mais despovoado, com uma população residente muito envelhecida. Este foi um dos principais problemas apontado durante as entrevistas. A reduzida natalidade associa-se a uma fraca capacidade de atração e retenção de jovens que se deslocam para outras regiões à procura de qualificações e emprego e não regressam, em grande parte devido à falta de oportunidades de emprego, limitações no acesso a infraestruturas ou serviços essenciais, e incapacidade de aquisição de habitação ou terrenos para desenvolver os seus projetos. Esta tendência de perda e envelhecimento populacional tem conduzido a uma degradação da capacidade de gestão e manutenção dos terrenos, mas também a um progressivo abandono da atividade agrícola e pecuária em muitas propriedades.

A baixa densidade populacional associada ao envelhecimento da população residente é um dos principais fatores para a **diminuição do pastoreio de ovinos e caprinos**, que se verifica na região. Apesar de ainda existirem rebanhos de ovelhas e cabras nesta área a sua redução tem vindo a ser crescente. São cada vez menos os pastores ativos, o que reflete o **declínio da profissão de pastor** na região. A falta de valorização desta profissão e a ausência de novos pastores para assegurar a continuidade da atividade são vistas como uma ameaça ao território rural. Esta diminuição representa uma séria **ameaça à continuidade da produção tradicional do queijo de Nisa**, que é um dos produtos tradicionais mais emblemáticos da região do Alto Alentejo, com Denominação de Origem Protegida (DOP), que reforça o seu valor e atratividade.

As entrevistas revelaram, que para além da pressão causada pela redução de ovinos e caprinos, o aumento dos custos de produção, a pressão sobre a certificação DOP e a reduzida organização e cooperação, que dificulta a obtenção da escala necessária para a viabilidade económica da atividade, são alguns dos fatores que ameaçam a produção deste produto endógeno.

O **mel** é outro produto endógeno de grande relevância e potencial na região tendo sido referida a existência de diversos apicultores na região do Programa. No entanto, o apoio que é recebido é reduzido, e os produtores nacionais sentem alguma dificuldade no escoamento do produto. Foi referida a crescente presença de apicultores Espanhóis na região.

As entrevistas evidenciaram uma perceção generalizada sobre a limitada presença de indústrias de apoio na região, bem como a insuficiente valorização dos produtos endógenos e a falta de iniciativas para dinamização da economia rural e criação de valor local.

O **turismo rural** tem potencial na região, contudo, tem vindo a ser restringido pela falta de condições infraestruturais, mas também por uma falta de estruturação das ofertas turísticas, recreativas e de lazer, que promova a identidade cultural do território e valorize os recursos endógenos e práticas tradicionais. Falta oferta de alojamento para turismo, e as pequenas iniciativas e projetos que visam estimular o turismo, artesanato ou valorização de produtos endógenos, têm de ganhar dimensão e ser articuladas para potenciar uma maior dinamização do território.

Na área de estudo **domina a pequena propriedade**, contrariamente ao que se verifica noutras regiões do Alentejo, resultante de uma história assente na agricultura de subsistência. Com o perpetuar do êxodo rural, com novas gerações que não regressam às suas terras de origem, alguns terrenos de pequena dimensão estão abandonados, ou destinados a utilizações que não requerem manutenção. São, por isso, pouco atraentes para investimentos no setor agro silvo pastoril. A divisão das propriedades em processos de herança tem tido um impacto muito significativo na gestão do território, não só por subdividir cada vez mais as propriedades para dimensões que inviabilizam ou dificultam uma exploração rentável, mas também porque dificultam a venda/aluguer das propriedades com vista a potenciar a sua rentabilidade. Nem sempre é possível identificar os atuais donos dos terrenos e, por

vezes, quando identificados, os donos, de 2ª e 3ª geração, já não residem nestes concelhos e não conseguem (ou não pretendem) localizar as propriedades que herdaram, e respetivos limites. Quando os proprietários residem em regiões distantes e estão focados noutras atividades económicas, leva a que por vezes não seja garantida a limpeza e a manutenção de algumas áreas, aumentando dessa forma a carga de combustíveis finos e consecutivamente o risco de fogos rurais.

Na região que o Programa abrange existem significativas **manchas de eucaliptais**, sendo uma parte relevante destas áreas geridas pela indústria da celulose, que tem uma fábrica próxima da AI do PRGP SSMTN, e outras áreas pertencentes a pequenos proprietários. Nas entrevistas houve consenso sobre o bom estado de gestão das áreas geridas pelas empresas da indústria da celulose, em termos gerais, mas não foi revelada uma visão consensual sobre as outras áreas. Nas áreas de eucaliptais pertencentes a pequenas propriedades (especialmente em Santana e Montalvão) foi referida a existência de uma gestão inadequada ou mesmo abandono em diversos casos. Esta realidade evidencia desafios específicos na implementação de práticas de silvicultura sustentável e na articulação da gestão destes povoamentos com os objetivos de prevenção e de facilitação do combate de fogos rurais.

Na região encontram-se **povoamentos de sobreiro, azinheira e carvalho-negral** (essencialmente a este e a norte de Nisa). Em termos gerais os **castanheiros e quercíneas** concentram-se em Castelo de Vide, e os **pinheiros** na região de Portalegre. Foi identificado um potencial significativo para a realização de novas plantações de todas estas espécies, e também de medronheiros. Nalgumas áreas existem mosaicos interessantes de paisagem, onde há potencial para explorar os efeitos de orla como contributo para a estratégia de conservação da biodiversidade, pelo que deve ser dada uma particular atenção à recuperação, revitalização e intensificação destes mosaicos. Foi igualmente referido o papel destes mosaicos na estratégia de gestão dos fogos rurais.

Foi referida a falta de financiamento para projetos florestais na AI nos últimos anos, sendo exceção a recente plantação de 600ha de espécies autóctones, apoiada pelo Compete2020, PRR. Este projeto foi apontado como muito importante para a região, apesar de alguns entrevistados terem referido que os **cervídeos, em número crescente, têm danificado a plantação**, reduzindo a sua taxa de sucesso. É consensual que os novos projetos florestais que venham a ocorrer necessitam de presença de pessoas no território para que sejam geridos. É importante que todas as intervenções tenham o devido acompanhamento e monitorização para garantir uma gestão adequada e a rentabilização dos investimentos realizados.

Foi relatada a forte presença de javalis e de cervídeos, que nalguns casos, têm constituído um desincentivo às culturas privadas (tendo sido referido por exemplo o caso da vinha), pela ameaça que sentem, e pelo fraco apoio à construção de vedações. A **gestão da atividade cinegética** é assim fundamental para se garantir o equilíbrio desejado, sendo uma prática tradicionalmente importante no território.

Existem, na região, um conjunto de **planos e instrumentos de gestão territorial**, implementados ou em fase de implementação, que importa considerar e articular com o PRGP SSMTN, de forma a coordenar estratégias, atividades e medidas, potenciando a criação de valor na região e minimizando conflitos e ineficiências. Contudo foi destacada alguma dispersão de atuação das entidades públicas, com reduzida coordenação e interligação entre os diversos setores de atividade, o que não tem contribuído para promover uma gestão efetiva e integrada do território. Foi, nomeadamente, referido que alguns projetos não chegam a ser implementados ou sofrem atrasos muito significativos devido à atuação das entidades públicas, que fazem uma interpretação muito restritiva da legislação existente não atendendo às circunstâncias específicas do território e à extrema necessidade de acarinhar a realização de investimentos que permitam a ocorrência de atividades económicas e a manutenção de pessoas a residir na área.

Os aspetos anteriormente descritos estão associados a uma redução do investimento e da gestão ativa do território e contribuem para a perda de património natural e da sua identidade cultural. Os habitantes estão expostos a uma crescente vulnerabilidade territorial que desencadeia uma maior suscetibilidade aos impactos das alterações climáticas e dos recorrentes fogos, e uma crescente incapacidade de gerir ativa e rentavelmente as suas propriedades. Há, paralelamente a todos estes constrangimentos, dificuldades de implementação de políticas públicas que sejam eficazes, transversais e consistentes beneficiando, de forma abrangente e estratégica todo o território.

2.1.2 Identificação de oportunidades de futuro e áreas/elementos com interesse para valorização e gestão no âmbito do PRGP SSMTN

Para além do diagnóstico das principais tendências e desafios da AI do Programa, as entrevistas realizadas permitiram identificar um conjunto de oportunidades e áreas/recursos considerados estratégicos para o futuro da região, que contribuem para a reflexão sobre a proposta de desenho da paisagem do PGRP SSMTN e os instrumentos e medidas preconizados neste Programa.

Uma ideia chave que surgiu da interação com diferentes partes interessadas foi de que o futuro deste território tem de passar por um conjunto de ações sequenciais e articuladas, com vista à valorização do território, com base no setor primário, e na articulação deste com o sector terciário. Neste contexto, as oportunidades identificadas nas entrevistas com as partes interessadas são agrupadas em três áreas temáticas chave, que se interligam:

- (I) Revitalização da agricultura e silvo pastorícia, no âmbito do reforço de mosaicos de paisagem;**
- (II) Reforço do turismo rural, incluindo o turismo de natureza;**

(III) Renaturalização e valorização de ecossistemas naturais, com particular foco nas áreas com maior incidência e/ou severidade de fogos.

(I) Revitalização da agricultura e silvo pastorícia, no âmbito do reforço de mosaicos de paisagem

O progressivo envelhecimento e abandono populacional gerou uma redução de atividade na **agricultura e pastorícia**. A revitalização destas atividades constitui assim uma oportunidade de dinamização desta área permitindo aumentar o rendimento das propriedades, e a longo prazo, promover benefícios económicos e sociais para o território. Estas atividades devem ser promovidas como parte do potencial que o território oferece a jovens proprietários e empreendedores, numa lógica de gestão integrada da paisagem e de constituição de mosaicos multifuncionais, que permita a dinamização dos setores agrícola e pecuário, ao mesmo tempo que se promove a redução do risco de incêndio, a conservação da natureza e, em termos gerais, a sustentabilidade ambiental do território.

A dinamização da atividade agrícola e silvo pastoril, constitui também um alicerce para a recuperação e **valorização de produtos/recursos endógenos e tradicionais**, que estão longe de atingir o seu potencial, pelo que tem muito interesse a sua inclusão no modelo proposto de gestão de paisagem. A valorização destes produtos ou recursos exige também maior conhecimento e sensibilização dos proprietários para a necessidade de serem adotadas estratégias de cooperação que lhes permita ganhar escala para a gestão das atividades de uma forma mais eficiente e numa perspetiva empresarial. É particularmente importante uma **aposta na pastorícia que garanta o fornecimento de leite** para a produção do **queijo de Nisa**, garantindo a continuidade desta atividade na região. Esta produção que depende da criação de ovelhas e cabras regime extensivo, também contribui para a manutenção das pastagens e prevenção da proliferação de espécies exóticas invasoras, e é fundamental para reduzir o risco de incêndios. O apoio e incentivo ao incremento do número de cabeças de **raças autóctones** mais adaptadas ao território é fundamental. Adicionalmente é importante criar condições para aumentar a atratividade da produção de outros produtos endógenos, como é o caso do **mel** e das **ervas aromáticas e medicinais**. Sugere-se ainda a valorização de produtos locais (e.g. farinhas de bolota e castanha) para a indústria da panificação.

As propostas de intervenção para a dinamização da produção de todos os produtos referidos têm de ser integradas e articuladas de modo a abranger a cadeia de valor e não apenas a fase de produção. Por exemplo, é fundamental a aposta em **estratégias de promoção da cooperação dos produtores**, de modo a ganharem escala, incluindo **a melhoria e estabilização dos circuitos de comercialização**, de modo a reduzir o risco do negócio e melhorar a remuneração dos agricultores, garantindo o escoamento dos produtos ao máximo valor possível para os produtores, num contexto de saudável concorrência. Também é relevante avaliar o potencial para a criação de indústrias de transformação no

sector agroalimentar que permita aumentar o valor acrescentado que fica retido na região, nomeadamente através da criação de emprego.

A criação de manchas agrícolas que criem descontinuidades com áreas de pastagem, aliada à presença de pastoreio, e de floresta, teriam um impacto muito positivo na gestão desta paisagem numa lógica de mosaicos multifuncionais (incluindo a revitalização do potencial e produtividade dos olivais abandonados e classificados como matagais), tanto para o equilíbrio dos ecossistemas, mas também para a redução do risco de incêndio de grande magnitude. A dinamização desta lógica de gestão beneficiaria com o **emparcelamento fundiário ou a agregação da gestão de propriedades** para parcelas de maior dimensão, de forma a permitir uma gestão mais eficiente dos recursos, aumentando a produtividade e a competitividade dos produtores. Uma gestão agregada das propriedades, incluindo uma maior facilidade no aluguer dos terrenos, poderiam ser importantes ferramentas para estimular a atividade agrícola dos atuais proprietários e gerar maior atratividade para novos agricultores.

A **valorização do pastor, como gestor da paisagem**, é um fator crucial e uma oportunidade para a região. Sendo o pastoreio na região realizado em terrenos privados, a profissão de pastor, muitas vezes desvalorizada e em declínio, é essencial para a manutenção da pastorícia extensiva, e consequentemente para a gestão da paisagem rural e para a preservação do equilíbrio ecológico da região. Os pastores não só contribuem para a preservação e manutenção da paisagem, e respetiva biodiversidade como são fundamentais para o controlo do combustível, prevenindo incêndios. A falta de população jovem interessada na profissão é um dos maiores desafios, devendo por isso ser visto como uma oportunidade para reconhecer e valorizar a profissão, através por exemplo, de programas de formação e educação especializados em pastorícia, que integrem o conhecimento tradicional e cultural com as novas técnicas de gestão, realçando a importância da profissão para a gestão dos recursos naturais e com isso o seu reconhecimento social. Incentivos diretos, e campanhas de sensibilização que destaquem as diferentes vertentes da profissão, podem contribuir para dignificar e prestigiar a profissão, não se associando apenas a uma atividade de subsistência desenvolvida por quem não tem outras oportunidades.

(II) Reforço do turismo rural, incluindo o turismo de natureza

O turismo rural na região da Serra de São Mamede e nas Terras de Nisa, foi referido como uma atividade que tem grande potencial para contribuir para o desenvolvimento local, mas que tem tido fraca aposta na região. Com uma gestão cuidadosa do território e a valorização dos recursos naturais e patrimoniais, existe a oportunidade de revitalizar também as áreas mais remotas e estagnadas da AI, criando oportunidades de emprego, e atraindo e fixando população mais nova.

A conciliação do **turismo de natureza e cultural** com a **conservação da natureza** é fundamental numa lógica integrada de oferta de valor e de garantia da sustentabilidade a longo prazo. A consolidação e manutenção da oferta existente de **redes de percursos pedestres** (i.e. rota, dos

açudes; trilho da barca d'amieira), que permitem aos visitantes e turistas explorar a biodiversidade local, fauna e flora autóctone, é uma das apostas para a promoção do turismo natureza. A região apresenta para além do **património natural** (e.g. socalcos, açudes), áreas de elevado interesse **cultural**, como é o caso de uma das maiores concentrações de muros-apiários da Europa, em Nisa.

Foi ainda referido o potencial de criação de pacotes turísticos integrados, que além das atividades antes referidas tirassem partido da dinamização da **gastronomia e produtos regionais** (e.g. queijo de Nisa, mel), do **turismo científico**, do **turismo criativo** e da experiência de **atividades tradicionais**. Há oportunidades interessantes para promover a identidade cultural da região, aproveitando um destino com pouca densidade de atividade turística e, por isso, capaz de proporcionar tranquilidade a quem o visita. Já existem alguns exemplos de projetos interessantes na região (e.g. Quinta das Lavandas em Castelo de Vide) que criam valor turístico a partir de um produto da região (alfazema), que necessitam de ser alavancados através de uma maior promoção e divulgação que possa dinamizar de forma consistente o turismo e captar investimento em infraestruturas, que não ponham em causa a compatibilização de diferentes atividades. O turismo é um vetor importante na estratégia de rentabilização do território, devendo ser aproveitada a oportunidade de integrar a estruturação da oferta turística na estratégia de diminuição do risco de incêndios florestais.

A promoção da **atividade cinegética**, que está ligada à natureza humana e evoluiu de uma atividade indispensável à sobrevivência para uma prática de recreio e lazer, assegurando uma gestão adequada e compatível com os restantes objetivos, nomeadamente de conservação da natureza, também é muito relevante para uma gestão dos territórios rurais. A atividade já é importante na região, mas pode ser potenciada como atividade recreativa neste território, sendo necessário, para isso, enquadrá-la como elemento relevante para a gestão e valorização da AI do Programa.

(III) Renaturalização e valorização de ecossistemas naturais, com particular foco nas áreas com maior incidência e/ou severidade de fogos

A criação de **mosaicos de paisagem estratégicos** no território, de forma estruturada, criando descontinuidades e efeitos de orla, favoráveis ao controlo de fogos florestais e à biodiversidade, deve ser uma aposta do PRGP SSMTN. Estes mosaicos de áreas agrícolas e de pastoreio extensivo, com intercalação de áreas de floresta e matos, valorizando espécies como o carvalho negral, o castanheiro, e o sobreiro e azinheira, são também uma oportunidade de valorização do território. A criação de manchas agrícolas que criem descontinuidades essencialmente em redor das aldeias, aliada à presença de pastoreio, favorecem a provisão de diversos serviços dos ecossistemas, incluindo a redução do risco de incêndio de grande magnitude.

A **renaturalização** de áreas na Serra de São Mamede e Terras de Nisa estratégicas e com potencial é fundamental como parte de uma estratégia de restauro e/ou preservação de ecossistemas naturais da região. A renaturalização de algumas áreas oferece oportunidades valiosas, tanto a nível ecológico

como económico e social, contribuindo para potenciar o turismo rural. De acordo com as entrevistas realizadas foram identificadas algumas áreas da região, com especial interesse para a renaturalização, que incluem **áreas ardidas nos grandes incêndios de 2017**, com especial atenção para a área das **Portas de Rodão**, revitalizando toda a área onde se inclui o monumento natural, dando continuidade ao trabalho de renaturalização já iniciado. Estas ações terão efeito direto nos trilhos do Município de Nisa, com impacto na atratividade da região e no turismo rural. A área que compreende os **vales entre as ribeiras de Fivenro e de Ficalho**, a norte de Nisa e afluentes do rio Tejo, é também uma prioridade para intervenções de recuperação e renaturalização, e a área compreendida entre as localidades de **Póvoa e Meadas e Montalvão** (entre as estradas municipais n.º 359 e 525), onde está a ocorrer uma **mortalidade acentuada de quercíneas**, requer a aplicação de medidas que travem a degradação e possam potenciar a sua recuperação. A área a norte de Alagoa (Portalegre) até à albufeira de Póvoa e Meadas poderá sofrer **valorização das áreas de montado de misto ou puro com carvalho-negral (*Q. pyrenaica*)**. São áreas com pastagens, com problemas de hidromorfismo onde esta espécie conseguiu adaptar-se em montado ou pequenos bosquetes. É uma espécie preterida relativamente ao sobreiro, mas que complementa muito bem em formações mistas, melhorando as condições edáficas e disponibilizando alimentação em época crítica para o gado.

O restauro de áreas abandonadas e degradadas contribui para a **proteção dos solos**, combatendo a erosão e a desertificação, problemas comuns nas zonas de altitude e em áreas de declive acentuado. Permite também aumentar a provisão de **serviços dos ecossistemas**, e com uma vegetação autóctone diversificada é fomentada a resiliência da paisagem ao fogo. Foi referida a importância de recuperação/manutenção de socacos (e.g na margem esquerda do Tejo) e muros de contenção.

O PRGP SSMTN deve alavancar a introdução efetiva da **remuneração pelos serviços de ecossistemas** prestados pelos proprietários. Como já identificado anteriormente, esta área é caracterizada por propriedades muito pequenas que muito dificilmente geram rentabilidade, mesmo quando exploradas de forma ativa e profissional. No entanto, seria possível aumentar o nível de rentabilidade até valores viáveis e atrativos se os proprietários fossem remunerados pelo conjunto de serviços de ecossistemas que as suas propriedades geram, com benefícios múltiplos, quer seja para o controlo de erosão, sequestro de carbono ou para o valor estético da paisagem, com impacto positivo à escala local, mas também regional e nacional. A oportunidade de introduzir este mecanismo de financiamento seria um complemento chave para que a desejada gestão multifuncional da propriedade fosse uma realidade a médio e longo prazo.

Importa ainda destacar as **Zonas de Intervenção Florestal (ZIF)**, que foram alvo de um grande esforço de dinamização e sensibilização juntos dos proprietários, e são identificadas como instrumentos de grande potencial para promover uma melhor gestão e valorização da floresta, mas que não estão ainda a ter o efeito prático desejado no território, muito por falta de envolvimento e presença de pessoas no território. Importa, na medida do possível articular as propostas PRGP SSMTN com a capacidade de atuação das ZIF e estimular as diversas entidades, em particular as Câmaras Municipais a dinamizarem

a sua implementação no terreno, evitando o risco de extinção de ZIF por falta de envolvimento dos proprietários

O **Parque Natural da Serra de São Mamede**, como área protegida, desempenha um papel crucial na conservação da biodiversidade e na proteção dos recursos naturais da região. Integrar diferentes mecanismos de conservação e gestão da paisagem com as políticas e práticas do parque pode promover uma abordagem coesa e sustentável, envolvendo as comunidades locais e incentivando a participação ativa na gestão dos recursos. Além disso, essa articulação pode contribuir para o desenvolvimento de atividades de turismo sustentável, aproveitando o património cultural e natural da região.

Muitas das necessidades e oportunidades identificadas dependem da criação e institucionalização de uma **plataforma de diálogo** que reúna diversos agentes do território. Esta plataforma deve ser concebida para promover o apoio técnico e administrativo necessário, facilitando, por exemplo, o acesso a fundos e o apoio técnico (e.g. aos pastores). Essa abordagem integrada não só fortalecerá a colaboração entre os diferentes atores, mas também incentivará o desenvolvimento sustentável da região, permitindo uma melhor articulação entre as comunidades locais e as instituições responsáveis pela gestão dos recursos e do território.

2.2 REUNIÃO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA ALARGADA COM GRUPOS FOCAIS

Tal como descrito anteriormente, o envolvimento dos atores locais foi essencial desde a fase de diagnóstico, suportando a identificação das principais pressões e desafios da AI do PRGP SSMTN, e apoiando a identificação de oportunidades de futuro que permitam estruturar a transformação da paisagem. Este envolvimento foi, no entanto, sustentado numa abordagem individualizada, essencialmente expositiva das visões e perceções do cada ator local/regional.

Importou por isso criar momentos participativos orientados para uma lógica colaborativa através da organização de uma sessão pública alargada de partilha e cocriação de conhecimento. Esta Reunião de Participação Pública Alargada com grupos focais temáticos durante a fase de elaboração da Proposta, permitiu uma troca de experiências e conhecimento, no sentido de validar e enriquecer a proposta de desenho da paisagem do PRGP, mas também fomentar sinergias entre estes atores que serão essenciais para a sua implementação no território.

Para esse efeito foi organizada uma 1.^a Reunião de Participação Pública alargada, no dia 30 de maio de 2025, entre as 10:30h e as 13:30h, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em Castelo de Vide.

Esta tipologia de reuniões que se pretendem participadas e colaborativas beneficiam grandemente da sua realização num espaço físico que promova uma maior interação entre os participantes.

O objetivo desta reunião foi apresentar e debater as Propostas Territoriais e o Desenho da Paisagem Proposto, pretendendo-se que os diversos atores locais e regionais fossem parte ativa na formulação do PRGP SSMTN, através de uma reflexão sobre a transformação da paisagem atual, bem como dos constrangimentos e soluções para a sua implementação.

Esta sessão pública foi estruturada em três partes (ver programa no Anexo II):

1. A primeira parte teve início com intervenções de boas vindas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Vide, de enquadramento ao PRGP SSMTN, pela representante da DGT e da apresentação dos aspetos mais relevantes da Proposta do PRGP SSMTN, pela representante da Biodesign (ver apresentação Anexo III).;
2. A segunda parte da sessão foi dedicada à priorização dos Serviços dos Ecossistemas fornecidos pelo território (conforme poster constante da Figura 2);
3. A terceira parte da sessão decorreu sob a forma de grupos focais de trabalho, onde se debateram diferentes áreas temáticas chave da Proposta do Programa, designadamente: (1) Propostas territoriais e regimes de gestão; (2) Gestão estratégica de combustível; (3) Áreas Piloto de Gestão Agregada (APGA) propostas.

SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS A VALORIZAR NA PAISAGEM DA SERRA DE SÃO MAMEDE E TERRAS DE NISA

SERVIÇOS DE APROVISIONAMENTO		
PRODUÇÃO DE ALIMENTOS Ex: Culturas agrícolas, castanha, azeitona, vinho. Produtos locais (p.e. farinhas de bolota e castanha).		
FIBRAS E OUTROS MATERIAIS DE PLANTAS CULTIVADAS Ex: Madeira, cortiça.		
ENERGIA DE BIOMASSA Energia de biomassa.		
PECUÁRIA Pecuária extensiva de bovinos, ovinos e caprinos e produtos nutricionais relacionados com a pecuária (carne, enchidos, queijos).		
FIBRAS E OUTROS MATERIAIS DE PECUÁRIA Ex: Lã, couro.		
PLANTAS SILVESTRES E COGUMELOS PARA NUTRIÇÃO Ex: Cogumelos, ervas aromáticas. Plantas melíferas e plantas (silvestres) consumidas pelo gado.		
ANIMAIS SILVESTRES E SEUS PRODUTOS PARA NUTRIÇÃO Ex: Caça (coelho, perdiz, javali), abelhas (mel).		
SERVIÇOS DE REGULAÇÃO E MANUTENÇÃO		
CONTROLO DE EROSÃO Ex: Vegetação densa, matos, pastagens, coberto vegetal.		
REGULAÇÃO DO CICLO HIDROLÓGICO Galerias ripícolas, zonas de infiltração, coberto vegetal. Massas de água (Albufeira de Póvoa e Meadas). Açudes.		
PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIOS Ex: Mosaico agro-silvo-pastoril; pastoreio.		
POLINIZAÇÃO E DISPERSÃO DE SEMENTES Ex: Transporte de pólen por abelhas ou outros polinizadores. Aves. Certos mamíferos.		
MANUTENÇÃO DE HABITATS E CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE Árvores e arbustos (mosaico, corredores), linhas de água, galerias ripícolas, grandes predadores.		
CONTROLO DE PRAGAS E DOENÇAS (INCLUINDO ESPÉCIES EXÓTICAS INVASORAS) Ex: Algumas aves, ácaros predadores, insetos parasitoides, e rizobactérias.		
FORMAÇÃO E MANUTENÇÃO DA FERTILIDADE DO SOLO Leguminosas, microbiota do solo, pastagens permanentes, pastagens naturais e biodiversas. Plantas e animais (seus detritos) como fertilizantes <i>in situ</i> . Animais necrófagos ou detritívoros.		
SEQUESTRO DE CARBONO Ex: Vegetação densa, árvores, pastagens,... Estruturas vegetais aéreas e subterrâneas; microbiota do solo. Árvores e arbustos de grandes dimensões e longevidade.		
SERVIÇOS CULTURAIS		
RECREIO E TURISMO DA NATUREZA Ex: Caça, observação de espécies selvagens (birdwatching, fotografia de Natureza). Redes de percursos e trilhos pedestres (p.e. Rota dos Açudes e Trilho da Barca d'Amieira Passadiços de Nisa). Turismo cinegético. Complexo termal de Nisa. Monumento natural das Portas de Ródão.		
INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E EDUCAÇÃO Ex: ZEC São Mamede e Nisa/Laje da Prata. Parque Natural da Serra de São Mamede.		
CULTURA E PATRIMÓNIO Ex: Produtos locais com denominação de origem protegida e indicação geográfica protegida (e.g. Queijo de Nisa DOP, Borrego do Nordeste Alentejano IGP, Cacholeira Branca IGP, Carne Alentejana, Carne de Porco Alentejana e Presunto Alentejano DOP e outros enchidos). Castelos e monumentos históricos: Castelo de Nisa, Castelo de Montalvão, Castelo de Vide. Muros apátridos.		
APRECIAÇÃO ESTÉTICA DA PAISAGEM Parque Natural da Serra de São Mamede, Monumento Natural das Portas de Ródão.		
VALOR DE EXISTÊNCIA E LEGADO Ex: Satisfação pela preservação de paisagens, animais e plantas, embora não usufrua delas diretamente. Lince ibérico, avifauna - rapinas (água de Bonelli, abutre preto, bufo real, grifo, cegonha preta). Espécies e habitats que justificaram classificação de ZEC.		

Figura 2 – Poster para votação dos serviços de ecossistemas prioritários

Os atores locais, regionais e nacionais considerados como relevantes para este PRGP, foram convidados, via email, tendo o convite sido estendido a pequenos proprietários e/ou empresários com atividade na área de intervenção do Programa, previamente identificados ou por convite informal via entidades/associações locais. Pretendeu-se obter a maior representatividade possível dos diferentes setores de atividade e das entidades com responsabilidade na gestão do território.

Estiveram presentes na sessão 34 participantes de 16 entidades diferentes, incluindo entidades públicas, sector privado, associações, organizações não governamentais, tal como identificado no Quadro 2.

Quadro 2 – Lista de entidades participantes na sessão

Entidade	Categoria
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR A)	Entidade Acompanhamento
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) / Direção Regional da Conservação da Natureza e Florestas do Alentejo (DRCNF Alentejo)	Entidade Acompanhamento
Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais (AGIF)	Entidade Acompanhamento
Comunidade Intermunicipal do Alto do Alentejo (CIMAA)	Entidade Acompanhamento
Câmara Municipal de Castelo de Vide	Entidade Acompanhamento
Câmara Municipal de Nisa	Entidade Acompanhamento
Câmara Municipal de Portalegre	Entidade Acompanhamento
Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC)	Instituição
Junta de Freguesia de Santa Maria da Devesa	Instituição
União de Freguesias de Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e São Simão	Instituição
Instituto Politécnico de Portalegre (IPP)	Universidade / Academia
<i>The Navigator Company</i>	Empresa
Associação para o Desenvolvimento em Espaço Rural do Norte Alentejo (ADER-AL)	Associação social ou empresarial
Quercus	Organização Não Governamental de Ambiente

A. Apresentações Iniciais

De acordo com o programa proposto, a sessão teve início com a intervenção de boas vindas do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Vide, seguindo-se uma apresentação de enquadramento ao PRGP SSMTN pela representante da DGT, conforme conteúdos presentes no Anexo V e uma apresentação dos aspetos mais relevantes da Proposta do PRGP SSMTN, pela representante da Biodesign, conforme conteúdos presente no Anexo VI.



Figura 3 – Abertura da sessão pelo Sr. Presidente de Câmara Municipal de Castelo de Vide



Figura 4 - Apresentação de enquadramento do PRGP SSMTN pela representante da DGT

Os conteúdos que integraram a apresentação dos aspetos mais relevantes da Proposta do PRGP SSMTN, foram os seguintes:

- faseamento dos trabalhos e a área de intervenção;
- identificação dos principais objetivos e metodologia para a construção da Proposta;
- temas e ações considerados mais relevantes;
- propostas territoriais e identificação das áreas e ações prioritárias;
- fontes de financiamento;
- programa de governança e monitorização;
- diretrizes de planeamento e gestão e orientações.



Figura 5 – Apresentação dos aspetos mais relevantes da Proposta do PRGP SSMTN pela representante da Biodesign

B. Priorização dos Serviços dos Ecossistemas

O primeiro momento colaborativo da sessão consistiu num exercício de priorização dos serviços dos ecossistemas mais relevantes na AI. O ponto de partida para este exercício consistiu na apresentação da lista inicial de serviços dos ecossistemas identificados para área do PRGP da Serra de São Mamede e Terras de Nisa, pela equipa técnica. Esta identificação técnica resultou numa lista de 20 serviços dos ecossistemas potencialmente relevantes na área do PRGP SSMTN (ver **Erro! A origem da referência não foi encontrada.**): sete serviços de aprovisionamento, oito serviços de regulação e cinco serviços culturais, de acordo com o referencial europeu *CICES – Common International Classification of Ecosystem Services* (www.cices.eu).

Quadro 3 – Serviços de ecossistema identificados

Secção	Serviços
Serviços de aprovisionamento	Produção de alimentos
	Fibras e outros materiais de plantas cultivadas
	Energia de Biomassa
	Pecuária
	Fibras e outros materiais de pecuária
	Plantas silvestres e cogumelos para nutrição
	Animais silvestres e seus produtos para nutrição
Serviços de regulação e manutenção	Controlo de erosão
	Regulação do ciclo hidrológico
	Proteção contra incêndios
	Polinização e dispersão de sementes
	Manutenção de <i>habitats</i> e conservação da biodiversidade
	Controlo de pragas e doenças (incluindo espécies exóticas invasoras)
	Formação e manutenção da fertilidade do solo
	Sequestro de carbono
Serviços culturais	Recreio e turismo de natureza
	Investigação científica e educação
	Cultura e património
	Apreciação estética da paisagem
	Valor de existência e de legado

Esta lista preliminar foi apresentada aos participantes, tendo-lhes sido solicitado que assinalassem os serviços dos ecossistemas prioritários para a paisagem do futuro da Serra de São Mamede e Terras de Nisa, num poster ilustrativo utilizando etiquetas coloridas. A cada participante foram atribuídos 10 votos que deveriam ser alocados aos serviços que considerassem mais relevantes, podendo colocar mais do que um voto no mesmo serviço, se entendessem (ver Figura 6 e Figura 7)



Figura 6 – Votação dos participantes nos serviços de ecossistemas prioritários

Secção	Serviços	Votos
Serviços de regulação e manutenção	Manutenção de <i>habitats</i> e conservação da biodiversidade	15
Serviços de regulação e manutenção	Controlo de erosão	13
Serviços culturais	Recreio e turismo de natureza	13
Serviços de regulação e manutenção	Regulação do ciclo hidrológico	12
Serviços de regulação e manutenção	Controlo de pragas e doenças (incluindo espécies exóticas invasoras)	12
Serviços de aprovisionamento	Plantas silvestres e cogumelos para nutrição	11
Serviços culturais	Investigação científica e educação	11
Serviços de aprovisionamento	Fibras e outros materiais de plantas cultivadas	10
Serviços de aprovisionamento	Energia de biomassa	10
Serviços de aprovisionamento	Pecuária	10
Serviços de regulação e manutenção	Formação e manutenção da fertilidade do solo	9
Serviços de regulação e manutenção	Sequestro carbono	9
Serviços de aprovisionamento	Animais silvestres e seus produtos para nutrição	7
Serviços culturais	Valor de existência e legado	7
Serviços de regulação e manutenção	Polinização e dispersão de sementes	6
Serviços de aprovisionamento	Fibras e outros materiais de pecuária	5
Serviços culturais	Apreciação estética da paisagem	5

Esta priorização ilustra a importância relativa que o conjunto de participantes, representativos de diversas atividades e interesses na gestão do território, atribuem aos diferentes benefícios garantidos pelos serviços dos ecossistemas e a sua relevância para o desenho da paisagem futuro.

Nos seis serviços classificados como mais relevantes foram encontrados três de regulação e manutenção, dois serviços culturais e um de aprovisionamento. Analisando por serviço, é possível verificar que a proteção contra incêndios e a produção de alimentos são considerados os dois mais relevantes para a área do PRGP SSMTN, refletindo a relevância da agricultura e a preocupação dos atores locais com os riscos de incêndio rural.

A elevada priorização da cultura e património e do recreio e turismo de natureza traduz a relevância que os participantes atribuem a estes serviços culturais enquanto elemento impulsionador de uma

economia baseada na natureza. De salientar ainda a elevada prioridade atribuída à manutenção de habitats e conservação da biodiversidade enquanto elemento valorizador da paisagem.

Tem também uma valorização muito elevada os serviços de regulação do ciclo hidrológico, de controlo de pragas, das plantas silvestres e cogumelos para nutrição e da investigação científica e educação. No extremo oposto a apreciação estética da paisagem surge como o menos prioritário, possivelmente devido à dificuldade em perceber a relevância deste serviço.

Estes dados permitiram, mais uma vez, informar sobre quais os eixos de intervenção prioritários para o PRGP, mas também evidenciam os desafios de gerar oportunidades de rendimento e mecanismos de remuneração, uma vez que alguns destes serviços considerados mais relevantes são tipicamente bens públicos e não têm o seu valor económico incorporado no mercado por intermédio de um sistema de preços.

C. Grupos focais temáticos

A fase seguinte da sessão passou por uma divisão dos participantes em dois grupos de trabalho, subordinados às seguintes temáticas:

1. Revitalização e recuperação da paisagem: florestas e sistemas agroflorestais;
2. Valorização e promoção do capital natural e do património cultural.

O material de apoio disponibilizado aos grupos focais temáticos, incluiu a seguinte informação:

- Temas e ações relevantes;
- Principais propostas territoriais;
- Estruturas de resiliência ao fogo consideradas;
- Áreas Piloto de Gestão Agregada propostas;
- Entidades relevantes com potencial capacidade de gestão do território.

Esta informação encontra-se presente no Anexo IV.

A dinâmica do trabalho em grupo seguiu o formato de grupo focal no qual os participantes debateram um conjunto de questões, que passaram pela validação do diagnóstico e tendências de evolução apresentados pela equipa do PRGP SSMTN, seguido de uma discussão sobre as propostas territoriais, regimes de gestão e APGA propostas.

Em seguida estão descritas as principais ideias e conclusões de cada grupo temático, e que constituem valiosos contributos para o desenho da paisagem, deste PRGP.

Grupo I – Revitalização e recuperação da paisagem: florestas e sistemas agroflorestais

- **Definição e refinamento das Áreas Estratégicas de Mosaicos de Gestão Combustível (AEMGC)**, estabelecidas no âmbito do Programa Sub-Regional de Ação do Alto Alentejo (PSA-AA). Os participantes informaram que ocorreram várias reuniões no âmbito da elaboração do PSA, envolvendo várias entidades competentes;
- **Constrangimentos registados pelos proprietários**: foi mencionada a possibilidade de compensação dos proprietários devido as restrições e limitações registadas no território;
- **Fraca dinamização e envolvimento de atores locais**, decorrente do crescente despovoamento registado na região;
- **Esclarecimentos sobre a implementação das Propostas Territoriais**, particularmente no que respeita às intervenções previstas para dentro das áreas de ZEC;
- **Esclarecimentos sobre Financiamento**: o PRGP identifica um conjunto de áreas e ações prioritárias que requerem financiamento para a sua concretização. Foram esclarecidos que as soluções preconizadas no âmbito do PRGP são passíveis de replicação a áreas com características semelhantes integradas na área homogénea e que partilhem do mesmo tipo de problemáticas, podendo vir a responder a avisos alinhados com as transformações propostas no PRGP;
- **Esclarecimentos sobre os Serviços dos Ecossistemas**: foi clarificada a renumeração dos serviços de ecossistemas e o seu horizonte temporal de 10 anos;
- **Delimitação das APGA**: os participantes questionaram os critérios de delimitação das APGA. Foi referido pelos participantes que, no âmbito da elaboração do Programa Sub-Regional de Ação do Alto Alentejo (PSA-AA) foram estabelecidas Áreas Prioritárias de Prevenção e Segurança (APPS) e que as mesmas correspondem a áreas que registam uma maior perigosidade de incêndios rurais (áreas de perigosidade de incêndio rural “alta” e “muito alta”, da Carta de Perigosidade de Incêndio Rural, também designada de Perigosidade Estrutural 2020-2030). Assim sendo, a localização das APGA deveria coincidir com áreas de maior concentração de APPS, como é exemplo a área do Monumento Natural das Portas de Ródão, coincidindo com a área localizada na margem direita do Rio Tejo, adjacente a Espanha.

No seguimento dos Grupos Focais Temáticos, ficou determinada a necessidade de pedido de informação, a dirigir ao Sr. Presidente da Comissão Sub-Regional de Gestão Integradas de Fogos Rurais, acerca das APPS estabelecidas no PSA-AA, de modo a fundamentar a localização da APGA propostas.

Contudo, ficou estabelecido que a alteração das APGA propostas seria integrada em sede de Discussão Pública, aguardando o parecer do ICNF, que incluiria novas propostas para a delimitação de APGA.



Figura 8 – Grupo Temático I em trabalho

Grupo II – Valorização e promoção do capital natural e do património cultural

- **Proposta de delimitação das APGA:** os participantes questionaram os critérios que presidiram à identificação das APGA propostas, referindo que faria mais sentido considerar como possível APGA a área circundante ao Monumento Natural das Portas de Rodão, incluindo a margem Norte, que tem um elevado valor natural e paisagístico, tem entidades capacitadas e pessoas interessadas em atuar no terreno (e.g. Silvestrys), que já foi objeto de diversas iniciativas, em vez das áreas propostas, que estão integradas em áreas de florestas de eucalipto geridas e que por esse motivo não carecem de intervenção ou apoios. Os representantes do ICNF manifestaram disponibilidade para enviar proposta de delimitação de uma possível área no seu parecer sobre a proposta de Programa. Foi ainda mencionada a existência de projetos aprovados de instalação de parques fotovoltaicos nas áreas propostas, o que poderá conflitar com as propostas do PRGP para aquelas áreas.
- **Articulação com os PDM:** os participantes alertaram para a necessidade de se acautelar a articulação e compatibilização das propostas de alteração de uso do solo (e.g. reconversão de matos) preconizadas no PRGP com as orientações dos PDM.
- **Identificação de entidades / mecanismos de articulação de interesses:** foi discutida a necessidade de promover mecanismos / entidades com capacidade para promover o

agrupamento e cooperação entre proprietários para promover ações com escala capazes de garantir a desejada transformação, tendo apontado o exemplo da Silvestrys, Apilec, e o potencial contributo das Juntas de Freguesia.

- **Agentes locais/gestores da paisagem:** foi enfatizada pelos participantes a importância de apoiar e capacitar agentes locais, tais como os pastores ou outros intervenientes, como gestores da paisagem e cuidadores de territórios abandonados.
- **Capacitação e investigação científica:** importância de apostar na capacitação de agentes locais para promoverem a valorização dos produtos da pecuária e floresta autóctones, tais como o porco preto, ovinos, enchidos, queijo de Niza, etc. Foi ainda referida a importância de incentivar iniciativas de I&D sobre produtos destas fileiras que ainda não tenham mercado muito desenvolvido, tais como a farinha de medronho ou de bolota.
- **Apicultura e valorização do património cultural:** foi mencionado que a apicultura tem bastante importância no território enquanto atividade económica, tendo ainda uma importante expressão em termos de património cultural associado aos muros apiários. Foram ainda identificados outros elementos importantes do património cultural associado à paisagem, tais como os açudes, percursos pedestres, calçada medieval, rota sefardita, etc., que configuram um importante potencial de valorização. Referiram, no entanto, que muito desse património cultural não está devidamente identificado e valorizado, tendo sido apontada a necessidade de apoiar o levantamento e divulgação desses elementos.
- **Papel dos aglomerados urbanos no contexto da paisagem,** foi referida a necessidade de adotar uma abordagem integrada, que considere os aglomerados urbanos como elementos essenciais da paisagem, devendo haver uma entidade de gestão com capacidade de análise e intervenção de forma integrada no território, contribuindo para a revitalização dos pequenos aglomerados urbanos (e.g. Vinagre), necessária para o desejado repovoamento do território.



Figura 9 - Grupo Temático II em trabalho

Relato e síntese dos grupos temáticos

No encerramento da sessão salientou-se a unanimidade à volta do argumento de que o principal foco do PRGP SSMTN deve ser o de atrair, fixar e melhorar a qualidade de vida das pessoas, por via de uma revitalização da capacidade produtiva e valorização do rico património natural e cultural da Região. Este PRGP deverá também promover a estruturação do território em mosaicos que fomentem a sustentabilidade do território e resiliência ao fogo, permitindo conciliar a atividade produtiva e valorização dos recursos endógenos com a conservação dos ecossistemas naturais e da identidade cultural da região.

Após esta apresentação e validação coletiva foi encerrada a Reunião de Participação Pública Alargada, com os devidos agradecimentos pela presença e compromisso de todos os participantes durante a sessão.

A sessão foi encerrada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Vide, que agradeceu a presença de todos e aproveitou para expor algumas das preocupações do município:

- Incompatibilidades entre o Plano Diretor Municipal (PDM) de Castelo de Vide e o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra de São Mamede (POPNSSM) e a necessidade da articulação entre Instrumentos de Gestão Territorial;
- Discordância com a proposta de Faixas de Gestão de Combustíveis delimitadas pelo ICNF, atendendo à realidade do território, devendo ser promovida um maior envolvimento de técnicos locais com as entidades competentes;
- Limitações registadas pelos proprietários na gestão das suas propriedades devido à regulamentação constante dos Planos e Programas, existentes no território.

2.3 MOMENTOS PARTICIPATIVOS

De acordo com a estratégia de Participação Pública preconizada para acompanhar a elaboração da Proposta do PRGP SSMTN, apresenta-se o esquema metodológico do processo de envolvimento dos atores chave.



Figura 10 – Esquema metodológico do processo de envolvimento de atores chave

3 DISCUSSÃO PÚBLICA

3.1 PUBLICITAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA

O Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial – RJIGT (Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual), no n.º 1 do Artigo 50.º, relativo à Participação nos Programas setoriais e especiais, determina que, concluído o período de elaboração do programa setorial e emitidos os pareceres das entidades, a entidade pública responsável pela sua elaboração (para o presente

Programa a DGT) procede à abertura de um período de Discussão Pública da proposta de Programa, através de aviso a publicar no Diário da República e a divulgar através da comunicação social e no respetivo sítio na *Internet*.

Também o Regime Jurídico da Avaliação Ambiental Estratégica – AAE (Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, na sua redação atual), nos números 6 e 7 do Artigo 7.º, determina que o projeto de programa e respetivo relatório ambiental sejam submetidos a Consulta Pública, devendo o período correspondente ser publicitado na página da *internet* da entidade responsável pela elaboração, assim como anunciado em pelo menos duas edições sucessivas, de um jornal de circulação regional ou nacional, como se refere em seguida.

Assim, de acordo com o enunciado, a DGT deliberou dar início ao período de Discussão Pública do PRGP SSMTN através da publicação do Aviso n.º 14438/2025/2, de 29 de maio, do Diário da República, 2.ª série, N.º 109, de 6 de junho de 2025. Na figura seguinte apresenta-se a publicação do referido aviso em Diário da República.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS**Direção-Geral do Território****Aviso n.º 14438/2025/2**

Sumário: Discussão pública dos Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem das Serras da Peneda-Gerês, da Serra de Montemuro, Alto Paiva e Vouga e da Serra de São Mamede e Terras de Nisa.

Em cumprimento do disposto no Despacho n.º 4035/2024, de 12 de abril de 2024, no qual se determina a elaboração dos Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP) das Serras da Peneda-Gerês, da Serra de Montemuro, Alto Paiva e Vouga e da Serra de São Mamede e Terras de Nisa, e nos termos do disposto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho, no artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, e nos n.ºs 7 e 8 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, nas suas versões atuais, torna-se público que, no dia 23 de junho de 2025, é aberto o período de discussão pública da proposta do PRGP da Serras da Peneda-Gerês, do PRGP da Serra de Montemuro, Alto Paiva e Vouga e do PRGP da Serra de São Mamede e Terras de Nisa, no âmbito do qual são disponibilizados os respetivos relatórios ambientais, período que termina em 18 de julho de 2025. Durante tal período, os referidos documentos encontram-se disponíveis para consulta no Portal PARTICIPA (www.participa.pt) e no sítio da internet da Direção-Geral do Território (www.dgterritorio.pt). Os interessados podem, ainda, consultar tal documentação nas instalações da Direção-Geral do Território (DGT) e nas câmaras municipais dos municípios abrangidos por cada um dos PRGP:

a) PRGP da Serras da Peneda-Gerês — Amares, Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Ponte do Lima, Terras de Bouro e Vila Verde.

b) PRGP da Serra de Montemuro, Alto Paiva e Vouga — Castro Daire, Sátão, São Pedro do Sul, Vila Nova de Paiva e Viseu.

c) PRGP da Serra de São Mamede e Terras de Nisa — Castelo de Vide, Nisa e Portalegre.

No decurso do período de discussão pública realizar-se-á, pelo menos, uma sessão pública por cada um dos programas, num dos municípios por ele abrangidos, cujas datas e locais serão oportunamente divulgados no portal PARTICIPA e no sítio da DGT. Durante o referido período, os interessados podem apresentar as suas observações e sugestões, na forma escrita, preferencialmente através do Portal PARTICIPA, no endereço acima indicado.

29 de maio de 2025. — A Diretora-Geral, Fernanda do Carmo.

319122418

Figura 11 – Anúncio do período de Discussão Pública

O período de Discussão Pública teve início no dia 23 de junho e terminou no dia 18 de julho de 2025.

A publicação das notícias sobre o período da Discussão Pública e da Sessão Pública realizada, foi efetuada em vários meios de comunicação de entidades envolvidas no processo, nomeadamente da DGT, da CIMAA e dos Municípios da AI, conforme alguns exemplos que se apresentam seguidamente.

PRGP das Serras da Peneda-Gerês; PRGP das Serra de Montemuro, Alto Paiva e Vouga; PRGP Serra de São Mamede e Terras de Nisa

Período de Discussão Pública de 23 de junho de 2025 até 18 de julho de 2025

De acordo com o Aviso nº 14438/2025/2 publicado em Diário da República, A Direção -Geral do Território informa sobre a realização do processo de Discussão Pública dos PRGP das Serras da Peneda-Gerês, PRGP das Serras de Montemuro, Alto Paiva e Vouga e PRGP da Serra de São Mamede e Terras de Nisa.

Durante este período estão disponíveis para consulta todos os documentos das propostas e respetivos relatórios ambientais no Portal PARTICIPA (www.participa.pt) e no sítio da internet da Direção-Geral do Território (www.dgterritorio.pt).

Os interessados podem, ainda, consultar a documentação nas instalações da Direção-Geral do Território (DGT) e nas Câmaras Municipais dos municípios abrangidos por cada um dos Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem:

1. PRGP das Serras da Peneda-Gerês - Amares, Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Terras de Bouro e Vila Verde;
2. PRGP da Serra de Montemuro, Alto Paiva e Vouga - Castro Daire, Sátão, São Pedro do Sul, Vila Nova de Paiva e Viseu;
3. PRGP da Serra de São Mamede e Terras de Nisa - Castelo de Vide, Nisa e Portalegre;

No decurso do período de Discussão Pública realizar-se-á pelo menos uma sessão pública. A data e local será oportunamente divulgada no Portal Participa e no sítio de internet da DGT. Os contributos escritos devem ser feitos preferencialmente no Portal Participa.

Figura 12 – Notícia de divulgação do período de Discussão Pública na página da *Internet* da DGT

Menu

- Home
- Concelho
- Município
- Áreas de Atividade
- Imagem / Comunicação**
 - Agenda Cultural e Desportiva
 - Notas de Imprensa
 - Boletim Municipal
 - Logótipo
 - Efemérides
 - Notícias
 - Eventos e Atividades
- Úteis
- Contactos

Discussão pública do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra de São Mamede e Terras de Nisa

Detalhes

Publicado em 30 junho 2025

PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM DA SERRA DE SÃO MAMEDE E TERRAS DE NISA

O Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra de São Mamede e Terras de Nisa tem por objetivos promover a transformação da paisagem no sentido de uma maior resiliência aos fogos rurais, dotando os territórios com mais atividades económicas ligadas aos seus recursos naturais e maior equilíbrio do ponto de vista da sua biodiversidade e capital natural. Da iniciativa da Direção-Geral do Território, a conceção do PRGP da Serra de São Mamede e Terras de Nisa contou com o estreito envolvimento das autarquias, das entidades da administração central e dos atores locais, num processo de construção coletiva. A Discussão Pública é uma oportunidade para consolidar a reflexão, debate e concertação entre a comunidade técnica, científica e sociedade civil. É esperada a recolha de contributos sobre as soluções da proposta e sobre as novas formas de gestão da paisagem que preconiza.

Período de discussão pública da proposta do PRGP termina em 18 de julho de 2025.

Durante tal período, os referidos documentos encontram-se disponíveis para consulta no Portal PARTICIPA (www.participa.pt) e no sítio da internet da Direção-Geral do Território (www.dgterritorio.pt).

Os interessados podem, ainda, consultar tal documentação no Atendimento da Câmara Municipal de Nisa.

Figura 13 – Anúncio do período de Discussão Pública na página da *Internet* do Município de Nisa

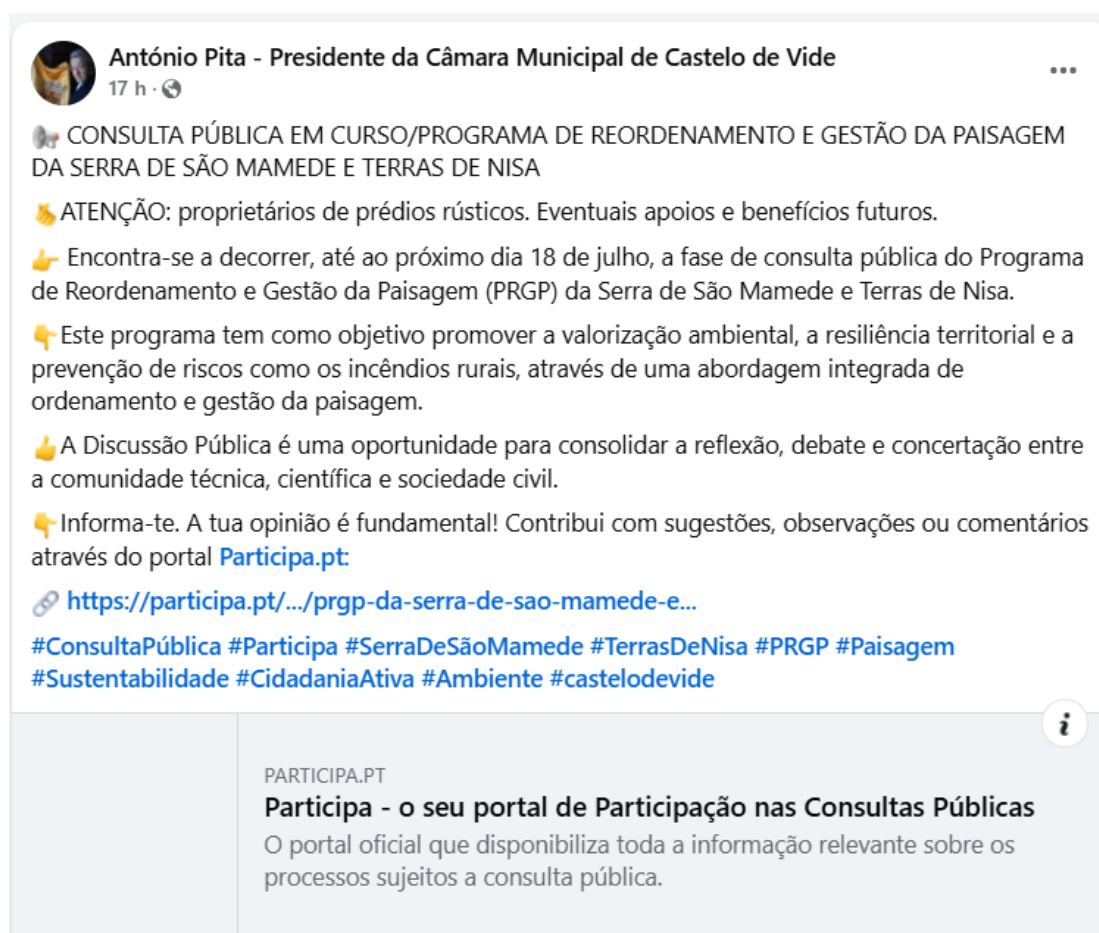


Figura 14 – Anúncio do período de Discussão Pública na página do Facebook do Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Vide



Figura 15 – Portal Participa, espaço dedicado à Discussão Pública do PRGP SSMTN



Figura 16 – Notícia de divulgação da sessão pública do PRGP SSMTN na página da *Internet* da DGT



Figura 17 – Notícia de divulgação da sessão pública do PRGP SSMTN na página da *Internet* da CIMAA



2 DE JUNHO DE 2025

CIMAA apresenta a 7 de Julho o Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra de São Mamede e Terras de Nisa



prgP
Programas
de Reordenamento
e Gestão da Paisagem

em Discussão Pública

PRGP da Serra de São Mamede e Terras de Nisa

Sessão Pública

7 de julho | 10h30

Portalegre

Auditório da CIMAA (Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo)

Clicar na imagem para ampliar o cartaz.

O auditório da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA) vai receber no próximo dia 7 de Julho, uma sessão pública de apresentação da proposta do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra de São Mamede e Terras de Nisa (ver notícia anterior [AQUI](#)), organizada pela Direção Geral do Território.

O programa da sessão inclui a abertura por representante da CIMAA, uma introdução pela Diretora-Geral do Território, a apresentação sobre o PRGP pela equipa técnica com explanação das opções e propostas de reordenamento e gestão da paisagem em discussão pública, terminando com um espaço de debate.

DIVULGAÇÃO

e se uma nuvem caísse?

castelo de vide - terras do ainda
fotografias de augusto rainho

Encomendas do livro
"e se uma nuvem caísse?"
na Papelaria Santa Filomena
Castelo de Vide

Telf. 245 919 092

ou através do contacto
ed.nuvemvadia@gmail.com

Último livro de Augusto Rainho

DIVULGAÇÃO

Programa	2025
Janeiro 10 de Janeiro - 10h30 "O que é a paisagem?" A paisagem é o que vemos e sentimos.	Fevereiro 10 de Fevereiro - 10h30 "A paisagem é o que vemos e sentimos?" A paisagem é o que vemos e sentimos.
Março 10 de Março - 10h30 "A paisagem é o que vemos e sentimos?" A paisagem é o que vemos e sentimos.	Abril 10 de Abril - 10h30 "A paisagem é o que vemos e sentimos?" A paisagem é o que vemos e sentimos.
Mai 10 de Maio - 10h30 "A paisagem é o que vemos e sentimos?" A paisagem é o que vemos e sentimos.	Junho 10 de Junho - 10h30 "A paisagem é o que vemos e sentimos?" A paisagem é o que vemos e sentimos.
Julho 10 de Julho - 10h30 "A paisagem é o que vemos e sentimos?" A paisagem é o que vemos e sentimos.	Agosto 10 de Agosto - 10h30 "A paisagem é o que vemos e sentimos?" A paisagem é o que vemos e sentimos.
Setembro 10 de Setembro - 10h30 "A paisagem é o que vemos e sentimos?" A paisagem é o que vemos e sentimos.	Outubro 10 de Outubro - 10h30 "A paisagem é o que vemos e sentimos?" A paisagem é o que vemos e sentimos.
Novembro 10 de Novembro - 10h30 "A paisagem é o que vemos e sentimos?" A paisagem é o que vemos e sentimos.	Dezembro 10 de Dezembro - 10h30 "A paisagem é o que vemos e sentimos?" A paisagem é o que vemos e sentimos.

Programação para 2025 do Centro de Experiência Viva - Museu de

Figura 18 – Notícia de divulgação da sessão pública do PRGP SSMTN na página da Internet da publicação Noticias de Castelo de Vide

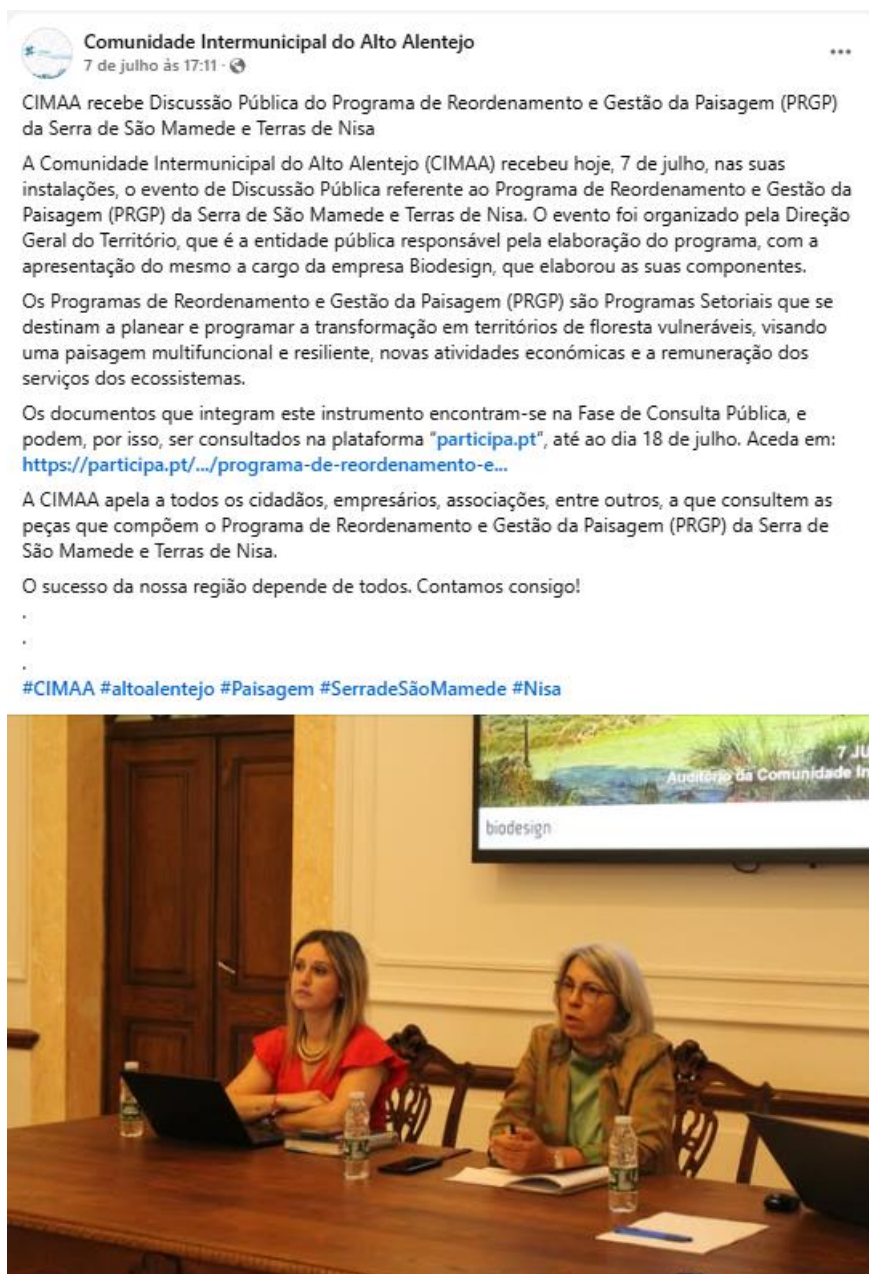


Figura 19 – Notícia de divulgação da sessão pública do PRGP SSMTN na página do *Facebook* da CIMAA

3.2 DOCUMENTOS E FORMAS DE CONSULTA

Durante o período de Discussão Pública da Proposta do PRGP SSMTN, os documentos foram disponibilizados em formato papel e digital, **nos seguintes locais**:

- a) **Em papel** – Relatório do Programa, Sumário Executivo, Diagnóstico prospetivo, Relatório Ambiental, Resumo Não Técnico, Cartografia de Suporte (Desenho da Paisagem Proposta e


Desenho da Paisagem Proposto – Áreas Prioritárias) e Relatório de Ponderação dos Pareceres das Entidades:

- **Sede da Direção Geral do Território;**
- **Serviços Centrais da CM Castelo de Vide;**
- **Serviços Centrais da CM Nisa;**
- **Serviços Centrais da CM Portalegre.**

b) **Em digital** (na *Internet*):

- na página da *Internet* do **Portal Participa** – <https://www.participa.pt>
- na página da *Internet* da **DGT** – <https://www.dgterritorio.pt>

As **observações e sugestões** relativas à Proposta do PRGP SSMTN foram ser submetidas no **Portal Participa** (<https://www.participa.pt>), ou mediante preenchimento de **Ficha de Participação em papel**, disponibilizada nos respetivos locais de consulta.



Discussão Pública do PRGP da Serra de São Mamede e Terras de Nisa

23 de junho 2025 a 18 de julho 2025

Ficha de Participação

Versão para Discussão Pública

Os dados pessoais constantes da presente Ficha de Participação encontram-se protegidos ao abrigo da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, Lei de Proteção de Dados Pessoais e destinam-se exclusivamente a utilização no âmbito do procedimento de Discussão Pública do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra de São Mamede e Terras de Nisa.

IDENTIFICAÇÃO DO PARTICIPANTE

Entidade _____

Nome do representante _____

E-mail _____

Se está a participar a título individual:

Nome _____ E-mail _____

Profissão:

Administração Central e Local ☐

Artes e Espetáculos ☐

Indústria ☐

Agricultura e Pescas ☐

Comércio e Serviços ☐

Construção ☐

Água e Resíduos ☐

Comunicação Social ☐

Desporto ☐


Município de residência _____

(a preencher pela Entidade que recolhe o contributo)

Registo

Data da participação (dd / mm / ano) ____ / ____ / ____

1 / 4



Discussão Pública do PRGP da Serra de São Mamede e Terras de Nisa

23 de junho 2025 a 18 de julho 2025

Ficha de Participação

O presente formulário de participação/inquérito procura facilitar o registo da sua opinião e comentários associados às várias componentes da proposta.

Assinale as componentes sobre as quais se pretende pronunciar, e deixe o seu comentário na caixa de texto respetiva. O seu contributo é importante!

De forma a facilitar, quer a exposição dos contributos, quer a sua posterior análise e ponderação, sugerimos que os mesmos sejam apresentados na seguinte ficha, que está organizada de acordo com a estrutura dos documentos

PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM DA SERRA DE SÃO MAMEDE E TERRAS DE NISA

(Assinale sobre quais as matérias que gostaria de deixar o seu comentário)

☐ Diagnóstico da Situação Territorial

☐ Metodologia

☐ Participação pública e envolvimento dos atores locais

☐ Desenho da Paisagem


☐ Matriz de Transição

☐ Regime de fogo

☐ Áreas e Ações prioritárias

Comentário

2 / 4



Discussão Pública do PRGP da Serra de São Mamede e Terras de Nisa

23 de junho 2025 a 18 de julho 2025

Ficha de Participação

PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM DA SERRA DE SÃO MAMEDE E TERRAS DE NISA

(Assinale os aspetos da implementação do Programa sobre os quais gostaria de deixar o seu comentário)

☐ Desenho da Paisagem – fundamentação das Opções tomadas

☐ Matriz de transição e valorização

☐ Orientações destinadas à concretização da transformação da paisagem; Medidas / Recomendações

☐ Áreas e Ações prioritárias

Implementação do Programa

☐ Diretrizes de Planeamento e Gestão


☐ Programa de Execução e Governança

☐ Monitorização e Avaliação de Resultados

☐ Outro

Comentário

3 / 4



Discussão Pública do PRGP da Serra de São Mamede e Terras de Nisa

23 de junho 2025 a 18 de julho 2025

Ficha de Participação

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

Relatório Ambiental

(Assinale os aspetos que merecem o seu comentário)

☐ Metodologia

☐ Fatores Críticos de Decisão

☐ Articulação com as opções estratégicas

☐ Outro

Comentário

4 / 4

Figura 20 – Formulário de participação em formato papel

3.3 SESSÕES PÚBLICAS DE APRESENTAÇÃO E DEBATE

Portalegre, 7 de julho de 2025

Sessão de Consulta Pública, das 10:30h às 13:00h, no **Auditório da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA)**, sobre a proposta do PRGP SSMTN.

Estiveram presentes na sessão 26 participantes de 17 entidades diferentes, incluindo entidades públicas, sector privado, associações e particulares, tal como identificado no Quadro 5.

Quadro 5 - Lista de participantes na sessão

Entidade
Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC)
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMBAA)
Sociedade Agrícola – Herdade do Machial
JF Nisa
Particular
CM Nisa
CM Portalegre
Quercus – ANCN
Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, I. P. (AGIF)
NEAA – Núcleo Empresarial do Alto Alentejo
Escola de Hotelaria e Turismo de Portalegre
Confiplono, Lda.
CM Castelo de Vide
Biond
CAP
Associação dos Agricultores do Distrito de Portalegre



Figura 21 – Registo fotográfico dos participantes na sessão

A sessão foi conduzida pelos seguintes intervenientes:

- Representante da CIM do Alto Alentejo;
- Representante da DGT: Diretora-Geral;
- Representante da equipa técnica da Biodesign: Coordenadora Executiva.

A sessão teve início com as boas-vindas aos participantes dadas pela representante da CIMAA seguida da intervenção da Sra. Diretora-Geral da DGT que iniciou a sua intervenção com um agradecimento a todos os presentes, seguida de uma breve apresentação dos objetivos dos PRGP em geral, e do PRGP SSMTN, em particular.



Figura 22 - Início da sessão de Consulta Pública

A equipa responsável pela elaboração do Programa efetuou uma breve a apresentação da Proposta do PRGP SSMTN, conforme conteúdos constantes do Anexo V, seguindo-se uma sessão de debate e esclarecimentos de dúvidas, sendo posteriormente recolhidos os comentários e as preocupações, colocados pelos participantes, sintetizados no Quadro 6.



Figura 23 - Apresentação da Proposta do PRGP SSMTN pela representante da Biodesign

Quadro 6 - Questões colocadas pelos participantes da sessão de Discussão Pública

Intervenientes	Principais contributos
Sócio-gerente da Sociedade Agrícola – Herdade do Machial	<p>O representante começou por destacar que o programa permanece praticamente desconhecido do público-alvo, sublinhando a ausência de divulgação eficaz que compromete seriamente a participação dos interessados. Manifestou concordância com as orientações gerais do PRGP, considerando-as bastante positivas, mas demonstrou ceticismo relativamente à sua efetiva implementação.</p> <p>Referiu ainda que, na rede Natura, os eucaliptais ficam excluídos de financiamento por não serem considerados povoamentos florestais, e lamentou que algumas medidas previstas no PRGP já constem noutros Programas, Planos ou Projetos (PPP) há vários anos, sem nunca terem sido concretizadas, o que coloca em risco toda a área, face à ameaça de incêndios. Expressou frustração perante esta situação.</p> <p>Chamou também a atenção para o facto de que nem todos os matos devem ser removidos indiscriminadamente, pois alguns possuem elevado valor ecológico e desempenham funções relevantes no ecossistema.</p> <p>Salientou também a escassez de recursos disponíveis e defendeu a necessidade de harmonizar a nomenclatura usada pelas diferentes entidades, nomeadamente no que respeita à classificação da ocupação do solo, para evitar incoerências.</p> <p>Por fim, sugeriu que o estudo ambiental seja mantido aberto a contribuições externas, considerando que se encontra ainda numa fase muito incipiente, apontando a ausência de referência a espécies ameaçadas na região e questionou o carácter das áreas piloto: pretendeu saber se se trata de projetos de execução e, em caso afirmativo, de que forma será articulada a sua implementação com os proprietários locais.</p>

Intervenientes	Principais contributos
Representante Quercus – Núcleo Regional de Portalegre	<p>O representante destacou como positiva a aposta do programa em medidas que aumentam a resistência aos incêndios. Colocou a questão sobre se, em zonas como Nisa e Lajes da Prata — onde ocorre a presença do lince ibérico — está prevista a conversão de eucaliptais em áreas dedicadas à conservação desta espécie.</p> <p>Referiu ainda a preocupação com o declínio dos carvalhos-negrais, apontando a existência de exemplares que estão a morrer, e sublinhou que as SAF (Sistemas Agroflorestais) têm sido mantidas e monitorizadas, mas questionou a possibilidade de ampliar estas áreas.</p> <p>Por fim, assinalou a falta de aproveitamento da biomassa resultante de podas de árvores e matos, identificando-a como uma oportunidade não explorada no âmbito do programa.</p>
Representante do Núcleo Ambiental do Alto Alentejo	<p>O representante iniciou a sua intervenção questionando qual será, na prática, o papel do PRGP na dinamização da economia estratégica da região. Manifestou interesse em saber se estão previstos financiamentos ou instrumentos financeiros específicos, incluindo eventuais majorações de incentivos para empresas privadas que invistam em ações alinhadas com os objetivos do programa.</p> <p>O representante salientou ainda que a morosidade dos processos de licenciamento, especialmente junto da APA, constitui um entrave significativo à concretização de projetos que contribuem para os objetivos do PRGP, como é o caso da criação de corredores verdes ou outras intervenções estratégicas na paisagem. Defendeu que a agilização destes procedimentos administrativos é essencial para garantir que os investimentos possam avançar em tempo útil, potenciando os seus benefícios ambientais, sociais e económicos. Sublinhou que a articulação mais eficiente entre entidades públicas e privadas, é um fator determinante para o sucesso do programa e para a sua capacidade de gerar impactos positivos na região.</p>
Representantes ICNF	<p>O representante do ICNF referiu que o Instituto continua totalmente disponível para colaborar com o programa, como tem feito até agora, e manifestou abertura para fornecer todas as informações das suas responsabilidades. Salientou que têm colaborado em especial nas medidas de aumento da resiliência ao fogo.</p> <p>Chamou a atenção para o facto de, neste território, a maioria dos grandes incêndios ter origem fora dele, destacando a importância de medidas estruturais como a extensão da rede primária, que permite melhorar as condições de combate aos incêndios com maior segurança.</p> <p>Defendeu também a criação de certidões administrativas que garantam benefícios concretos aos proprietários, bem como compensações pela eventual perda de rendimentos resultante de alterações na ocupação do solo, ao abrigo do programa. Referiu que muitos eucaliptais existentes se encontram atualmente abandonados por já não gerarem rendimento, o que justifica a sua conversão para outros usos, sempre em concordância com os proprietários.</p> <p>Sublinhou que a gestão agregada do território é essencial para a eficácia da intervenção, embora reconheçam a sua complexidade. Assinalou ainda contradições sentidas entre os objetivos de conservação da biodiversidade e a manutenção de eucaliptais geridos, e sugeriu que seria preferível elaborar dois PRGP distintos: um para as Terras de Nisa e outro para a Serra de São Mamede.</p> <p>Mencionou que na área de Gavião têm ocorrido diversos incêndios, reforçando a necessidade de medidas adequadas para esses territórios.</p> <p>Outro representante do ICNF acrescentou ainda que, nos mosaicos de silvo pastorícia a sul do rio Tejo, os matos apresentam menor risco de incêndio, defendendo que em Nisa a gestão de matos deveria ser reforçada com práticas de pastorícia. Destacou também a importância dos estevais para a biodiversidade e referiu que Montalvão e Póvoa de Meadas, são zonas que deveriam ser consideradas áreas críticas no âmbito do programa.</p>

Ao longo da sessão foi destacada a importância da gestão integrada e agregada do território como estratégia fundamental para reduzir o risco de incêndio, promover a conservação da biodiversidade e valorizar o património natural, apesar da reconhecida complexidade da sua implementação.

De forma geral, verificou-se que os participantes encaram o PRGP SSMTN com elevadas expectativas, reconhecendo-o como uma oportunidade para impulsionar uma transformação estrutural no território e nas comunidades da região. Sublinhou-se, contudo, a relevância de uma maior coordenação entre os diferentes instrumentos e de reforçar a ligação às comunidades locais, como forma de promover maior adesão e eficácia na execução do programa.

Ao longo da sessão foram esclarecidas diversas dúvidas colocadas pelos participantes pelos elementos da equipa da Biodesign e pelos representantes da DGT, o que contribuiu para uma melhor compreensão dos objetivos e do funcionamento do programa.

No encerramento, a Diretora-Geral do Território destacou a arquitetura flexível do PRGP e o seu sistema de incentivos robusto e de longo prazo, sublinhando o potencial deste instrumento para atuar como catalisador de uma transformação estrutural no território, em articulação estratégica com os instrumentos de planeamento e gestão territorial em vigor. Para além disso, foi deixada uma mensagem de incentivo para os participantes formalizarem os seus contributos, durante o período de consulta pública em curso, que termina a 18 de julho.

3.4 SUBMISSÃO DE PARTICIPAÇÕES

3.4.1 Participações submetidas no portal participa

Durante o período de Discussão Pública foram submetidas no Portal Participa 19 participações.

Apresentam-se em seguida a **Entidade/Área de Atuação** a que pertencem:

- Representante de Empresa / Indústria;
- Representante de Associação / Agricultura e Pescas;
- Representante de Empresa / Agricultura e Pescas;
- Representante de Empresa / Indústria;
- Representante da Administração Central e Local;
- Representante da Administração Central e Local;
- Representante da Administração Central e Local;
- Individual / Desporto;
- Individual / Comércio e Serviços;
- Individual / Agricultura e Pescas;
- Individual / Indústria;

- Representante de Empresa / Agricultura e Pescas;
- Individual / Agricultura e Pescas;
- Individual / Comunicação Social;
- Associação / Administração Central e Local;
- Individual / Administração Central e Local;
- Individual / Administração Central e Local;
- Individual / Comércio e Serviços;
- Individual / Comércio e Serviços.

As participações recebidas encontram-se no Anexo VI.

3.4.2 Outras participações

Além dos contributos submetidos no Portal Participa, foram ainda recebidas **duas participações**, uma pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, ICNF, I.P. e outra, por representante de empresa do setor da Agricultura e das Pescas, conforme constam no Anexo VII

De referir que a participação com o ID 86580 – ICNF, I.P., foi submetida no Portal Participa e também enviada à DGT por e-mail, durante o Período da Discussão Pública,

A outra participação recebida, efetuada por representante de empresa do setor da agricultura e pescas, foi efetuada através de Ficha de Participação em papel.

As ponderações foram respetivamente efetuadas com base nos documentos enviados por e-mail e digitalizados, por facilitar a sua análise, encontrando-se as mesmas transcritas no ponto 3.5.2 Outras participações.

3.5 ANÁLISE E PONDERAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES

3.5.1 Participações submetidas no Portal Participa

Quadro 7 – Quadro de análise e ponderação das participações

Participante ID 86626 Profissão/Área de atuação Indústria Data 2025-07-18	
Contributo/Sugestão da Participação	-
RELATÓRIO DO PROGRAMA	-
Diagnóstico da Situação Territorial	-
Embora o documento não critique diretamente o eucalipto e o pinheiro-bravo, há uma ênfase clara em reduzir monoculturas e promover mosaicos de gestão; aumentar a biodiversidade nos eucaliptais e pinhais; melhorar a gestão silvícola e os serviços dos ecossistemas; evitar riscos associados à homogeneidade e incêndios, o que retrata um conjunto de boas praticas que todos os proprietários florestais gostariam de atingir mas cuja execução tem associado um custo elevado se for exigido em simultâneo num curto espaço de tempo.	-
Metodologia	-
As espécies eucalipto e pinheiro-bravo são associadas a alta combustibilidade, mas vários estudos científicos e técnicos em Portugal reforçam que o problema dos incêndios está mais ligado à má gestão (ou à sua ausência) do que à espécie em si. O PRGP em questão aborda esta temática de forma inovadora ao prever a definição de “regimes de gestão” específicos (a saber: Regime de Gestão de Combustíveis, Regime de Gestão de Resinosas, Regime de Gestão do Castanheiro, Regime de Gestão Cinegética, Regime Silvo-Pastoril, e Regime de Gestão da Floresta Ripícola). A investigação científica nacional, nomeadamente os estudos do Prof. Paulo Fernandes (UTAD), demonstra que o comportamento do fogo depende mais da gestão do combustível do que da espécie florestal. A reconversão de eucalipto e pinheiro-bravo deve ser avaliada caso a caso, privilegiando a gestão ativa, a compartimentação da paisagem e a diversificação de usos como estratégias mais eficazes e sustentáveis.	-

Participante ID 86626 Profissão/Área de atuação Indústria Data 2025-07-18	
<p>Os incêndios não são provocados pela floresta de produção ou por uma qualquer espécie. Gostaríamos de referir o artigo publicado na revista <i>Science of the Total Environment</i> por Fernandes, P.M., Guiomar N., Rossa, C.G. em 2019, sob o título “Analysing eucalypt expansion in Portugal as a fire-regime modifier”, em que se destaca:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ A expansão do Eucalipto não fez aumentar a área ardida em Portugal; ▪ A dimensão de um incêndio é independente das espécies florestais presentes; ▪ Ocorre um ligeiro decréscimo da severidade dos mega-incêndios em povoamentos de eucalipto; ▪ O tipo de Floresta é um dos fatores com menor influência no perigo de incêndio; ▪ A intensidade de um incêndio tem uma relação inversamente proporcional com a gestão praticada no eucalipto em curta rotação. 	
<p>A primeira sugestão que se considera essencial transmitir prende-se com a ponderação cuidada que deve ser dada a qualquer processo de transformação que incida em povoamentos florestais e que tem efeitos a diversos níveis. Considera-se que, estando a espécie (qualquer que ela seja) bem localizada em termos de aptidão, e não colidindo com restrições legais que possam eventualmente existir no território deve ser equacionada em primeira instância a sua manutenção e o apoio à sua gestão junto dos proprietários.</p>	<p>Concorda-se com a sugestão, tendo sido a abordagem adotada aquando da elaboração das propostas de transformação da paisagem, designadamente na identificação das ocupações e usos do solo a manter, das ocupações e usos do solo com propostas de alteração assim como dos regimes de gestão a propor em cada caso, conforme apresentado detalhadamente no quadro 12, do ponto 3 - Estruturação e Transformação da Paisagem, da Parte II do Relatório do Programa do PRGP SSMTN.</p>
<p>Em vez de uma reconversão generalizada baseada na espécie, propõe-se que se aposte na:</p> <p>a) Gestão Diferenciada por Contexto</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Manutenção de povoamentos de eucalipto/pinheiro desde que respeitem um Regime de Gestão, de modo a garantir uma ação que vá de encontro aos objetivos do PRGP; ▪ Reconversão apenas em áreas de alto risco (ex: proximidade de aglomerados e zonas de interface já existentes, ou outras situações decorrentes de legislação aplicável) ou ainda onde não há viabilidade técnica ou económica de gestão. 	<p>Não é proposta uma reconversão generalizada, mas sim fomentada a manutenção de povoamentos com o objetivo de produção de lenho (nomeadamente de pinheiro bravo, outras resinosas e eucalipto), constituindo florestas de produção geridas (silvicultura preventiva e gestão de vegetação sob coberto), aplicando os respetivos regimes de gestão preconizados, nos precisos termos afirmados no comentário.</p>
<p>b) Promoção de Mosaicos Funcionais</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação de faixas de descontinuidade e zonas tampão com espécies florestais adaptadas (quer sejam outras espécies, quer sejam por mosaico de idades por exemplo no caso do eucalipto). ▪ Integração de usos agrícolas e silvopastoris (em caso de haver agentes económicos com interesse). 	<p>É precisamente a integração de usos mencionada no comentário que é proposta no âmbito da Proposta do Programa, conforme apresentado detalhadamente no quadro 12, do ponto 3 - Estruturação e Transformação da Paisagem, da Parte II do Relatório do Programa do PRGP SSMTN.</p>

Participante ID 86626 Profissão/Área de atuação Indústria Data 2025-07-18	
c) Incentivos à Certificação e à Gestão Agrupada <ul style="list-style-type: none"> Apoios à certificação florestal e à gestão conjunta (ZIF, OIGP). Remuneração por serviços dos ecossistemas condicionada à efetiva gestão. <p>Considera-se como vantagens da abordagem baseada na Gestão Ativa a redução do risco de incêndio com menor custo de reconversão, preservação de rendimentos florestais (madeira, biomassa), maior aceitação por parte dos proprietários florestais, e a compatibilidade com os objetivos do PRGP em termos de resiliência, biodiversidade e economia rural.</p>	<p>A proposta de gestão ativa referida no comentário encontra-se prevista no âmbito das 4 APGA propostas enquanto áreas piloto de gestão agregada para a promoção de iniciativas de reordenamento e gestão da paisagem, tendo em vista a promoção, dinamização e implementação de ações previstas na Proposta, que venham a ser dinamizadas por entidades organizadas e com capacidade de gestão e iniciativa, presentes no território. Constituem áreas e ações prioritárias do Programa.</p>
<p>Por outro lado, critério como o “Declive” não é, por si só, um critério suficiente. O declive influencia o comportamento do fogo, mas não determina automaticamente a perigosidade de um povoamento. O que agrava o risco é a continuidade do combustível, a acessibilidade limitada e a ausência de gestão ativa — fatores que podem ser mitigados com boas práticas.</p> <p>De relembrar que os declives acima de 25%, ao abrigo da legislação em vigor, podem ser mobilizados com recurso a terraços e nos quais poderá vigorar uma plantação associada à produção. A proposta sobrepõe-se à legislação em vigor, em vez de ser complementar, através da interdição de floresta de produção, eucalipto e pinheiro-bravo, nestes declives.</p> <p>Por outro lado, a reconversão em declive pode gerar novos riscos, tais como aumentar a erosão se não for bem planeada, reduzir a rentabilidade para os proprietários, desincentivando a gestão, e levar ao abandono, o que agrava o risco de incêndio a médio prazo. A reconversão deve ser criteriosa e baseada em risco real, não em critérios genéricos.</p>	<p>A referência ao declive 25% foi retirada da redação das diretrizes de planeamento e gestão.</p> <p>A diretriz foi alterada, passando a ter a seguinte redação:</p> <p>D13. Nas ações de arborização, rearboreção e reconversão florestal, deve ser assegurada a manutenção de zonas abertas em mosaico, e a existência de um sistema de gestão de combustível nas seguintes condições:</p> <ol style="list-style-type: none"> Baseado em atividades como a silvo pastorícia e/ou gestão cinegética, desde que garantindo encabeçamentos eficazes para a gestão de combustível; Baseado em técnicas de gestão de combustível como o fogo controlado ou a remoção da vegetação; Uma combinação eficaz das alíneas anteriores.
Participação pública e envolvimento dos atores locais	-
<p>Claramente a participação de proprietários e empresários florestais, é muito baixa, ou quase nula, situação transversal em todos os PRGP e não exclusivamente neste. Pode-se apontar razões culturais, mas tendo como base esta realidade, a dimensão e complexidade dos documentos em consulta deveria apresentar uma linguagem clara e acessível como forma de apelar à necessária participação.</p>	<p>Foi tomada boa nota das considerações apresentadas.</p>
Desenho da Paisagem	-
Matriz de Transição	-
<p>De facto, embora se prevejam ações prioritárias a curto prazo e outras a médio prazo, 10 anos, o planeamento florestal faz-se no mínimo a 30 anos, e por isso é no período previsto para as ações do PRGP que a análise deveria ser equacionada.</p>	<p>Sendo certo que o horizonte de planeamento florestal é, em muitos casos, igual ou superior a 30 anos, não é menos certo que as ações previstas nos Regimes de Gestão propostos podem ser consideradas eficazmente em horizontes menores, sem prejuízo da sua desejável continuidade.</p>

Participante ID 86626 Profissão/Área de atuação Indústria Data 2025-07-18	
<p>Todas estas ações de transformação de floresta de produção implicarão desflorestação, nem que seja temporária, com perda significativa de produção e disponibilidade de matéria-prima para diversas indústrias e consequente perda de rendimento para os proprietários, para as empresas locais associadas à floresta, e no limite, para o país.</p>	<p>Esta afirmação não se aplica aos Regimes de Gestão propostos no Programa.</p>
<p>Reconhece-se o esforço com a apresentação de três cenários para a transição da paisagem, o passivo, o positivo, e o ideal, contudo não pode ser admissível que se coloque como hipótese no cenário passivo “Nas áreas sob jurisdição do ICNF aplicam-se as disposições dos Planos de Gestão (PG) da ZEC São Mamede e da ZEC Nisa/Laje da Prata” e no de transição positiva “As medidas e ações propostas no âmbito do cenário de Transição Positiva aplicam-se, por princípio, a áreas fora da ZEC São Mamede e ZEC Nisa/Laje da Prata, sob jurisdição do ICNF, sendo que, dentro destas, poderão ser adotadas as propostas de transformação preconizadas na Proposta do Desenho da Paisagem, devendo aplicar-se as normas que constam dos respetivos Planos de Gestão.”.</p> <p>Esta discriminação só virá acentuar a percepção existente do maior risco de incêndio em áreas com algum regime de proteção (seja dentro da Rede Nacional de Áreas Protegidas, quer da Rede Natura 2000), e que acabaram por ser corroboradas pelo estudo do Professor Paulo Fernandes “As áreas protegidas como focos de atividade de incêndios florestais em biomas Temperados e Mediterrânicos que pode ser consultado aqui: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0301479725016457.</p> <p>A principal conclusão do estudo é que existe uma correlação significativa entre a expansão de áreas protegidas para conservação da biodiversidade e o aumento do risco de incêndios florestais para as comunidades locais. Estas correlação manifesta-se de várias formas:</p> <p>1. Maior Probabilidade e Área Ardida:</p> <ul style="list-style-type: none"> As áreas protegidas, especialmente em biomas temperados (Europa, Austrália), ardem de forma desproporcional. Ou seja, a percentagem de área ardida dentro destas zonas é superior à sua representação territorial. Por exemplo, no Sudoeste da Europa, a área ardida dentro de zonas protegidas aumentou muito mais rapidamente do que a própria expansão dessas zonas. <p>2. Maior Severidade do Fogo:</p> <ul style="list-style-type: none"> Em média, a severidade dos incêndios foi 21% maior dentro das áreas protegidas nos biomas temperados e 19% maior nos biomas mediterrânicos, em comparação com áreas não protegidas. Isto significa que os incêndios nestas zonas são ecologicamente mais destrutivos. 	<p>A definição dos cenários procura garantir uma articulação total com as medidas de gestão dos PG da ZEC São Mamede e ZEC Nisa/Laje da Prata e com os regimes de proteção definidos no POPNSSM.</p> <p>Contudo, de referir que a aplicação das propostas territoriais e dos regimes de gestão tem em consideração a existência das ZEC São Mamede e ZEC Nisa/Laje da Prata, sendo que as mesmas se aplicam fora destas, à exceção das áreas da RPFGC e das OAEGC definidas no âmbito do PRGP, em conformidade com o cenário de transição positiva.</p> <p>Para as áreas integradas nas da ZEC São Mamede e ZEC Nisa/Laje da Prata e não integradas nas áreas da RPFGC e das OAEGC definidas, propõe-se a replicação do mesmo tipo de propostas territoriais e regimes de gestão estabelecidos para as áreas fora das ZEC, desde que seja esse o entendimento do ICNF e devendo os mesmos ser enquadrados com as medidas de gestão dos PG das ZEC São Mamede e ZEC Nisa/Laje da Prata, explicitação que foi introduzida no texto dos cenários alternativos, concretamente para o cenário de transição positiva.</p>

Participante

ID 86626

Profissão/Área de atuação

Indústria

Data

2025-07-18

3. Aumento Drástico da Exposição da População:

- As pessoas que vivem dentro ou perto de áreas protegidas têm um risco muito maior (até 16 vezes mais) de serem expostas a grandes incêndios.

Esta tendência tem vindo a agravar-se nas últimas duas décadas na Europa e na Austrália, tornando cada vez mais perigoso viver nestas zonas.

As medidas de transformação, que se espera serem financiadas, subsidiadas, por fundos públicos, bem como o pagamento de serviços de ecossistemas que se espera virem a ser gerados deverão perseguir os objetivos do PRGP de «promover o desenho da paisagem como referencial de uma nova economia dos territórios rurais, que promova uma floresta multifuncional, biodiversa e resiliente, mais rentável, com maior capacidade de sequestro de carbono e capaz de produzir melhores serviços a partir dos ecossistemas». Efetivamente, deveria haver um trabalho de identificação de locais estratégicos para a compartimentação e recuperação pelas ações de gestão de áreas abandonadas ou degradadas, que sejam áreas produtivas, de conservação ou proteção. Esta é uma outra forma de aumentar a resiliência do território.

<p>Participante ID 86626 Profissão/Área de atuação Indústria Data 2025-07-18</p>	
<p>O PRGP em apreço aposta na gestão das áreas, ao invés da reconversão. Contudo, e atendendo à existência das Macroestruturas, nomeadamente respeitantes a Estrutura ecológicas de conexão, que incluem linhas de água temporárias e efémeras, além das permanentes, REN, RAN e corredores ecológicos entre outras, fica-se na dúvida sobre que sistema florestal vai ser possível, se a floresta de produção e a sua gestão ativa vão ser possíveis. De facto, através da diretiva D1 esta macroestrutura vai ser integrada em PDM:</p> <p>D1. As macroestruturas da paisagem definidas no Desenho da Paisagem do PRGP SSMTN devem ser consideradas na planta de ordenamento dos PDM dos concelhos de Castelo de Vide, Nisa e Portalegre, atribuindo-lhe uma qualificação do solo compatível com as funções de conectividade ecológica e/ou de resiliência ao fogo, conforme definido no PRGP SSMTN.</p> <p>As estruturas de conectividade ecológica preconizadas no Desenho da Paisagem do PRGP SSMTN devem também ser integradas nas respetivas Estruturas Ecológicas Municipais.</p> <p>D1.1. Para as estruturas de conectividade ecológica preconizadas no Desenho da Paisagem do PRGP SSMTN, o regulamento dos PDM deve contemplar para as categorias de solo rústico:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ A arborização de espécies nativas melhoradoras do solo (revoluções longas), bem como técnicas de engenharia natural, tendo em vista o controlo da erosão nas bacias hidrográficas, em particular nas zonas de cabeceira, encostas declivosas e na envolvimento de cursos de água de regime torrencial. ▪ A valorização da rede hidrográfica e a continuidade das galerias ripícolas associadas. Esta diretriz em particular, considerando que vai alterar a qualificação do solo, vai excluir florestas de produção de uma maneira cega e sem que se vislumbre qualquer benefício. <p>Seria de detalhar o significado de “revoluções longas”, uma vez que, no caso concreto do eucalipto, por exemplo, apesar de se efetuarem cortes de 12 em 12 anos, e em geral, apenas ao terceiro corte se procede à substituição do cepo, passando nessa circunstância a um processo de rearborização, sendo por isso revoluções de 36 anos.</p>	<p>As Macroestruturas não integram novos constrangimentos à produção Florestal.</p> <p>As Macroestruturas da paisagem representam nos PRGP tão somente a forma de organizar e integrar os elementos de carácter estruturador e que definem os pilares fundamentais de abordagem territorial do Desenho da Paisagem, quer ao nível das áreas e corredores de conectividade ecológica que integram os corredores húmidos que incluem as linhas de água, os planos de água, a vegetação ripícola existente, assim como os corredores secos que incluem os festos primários, secundários e terciários. Nas macroestruturas da paisagem são ainda incluídas as áreas de conservação existentes (ZEC São Mamede, ZEC Nisa/Laje da Prata, Monumento Natural das Portas de Ródão, PNSSM, Geoparque Naturtejo da Meseta Meridional, IBA's Portas de Ródão e Vale Mourão) e as estruturas de resiliência ao fogo, incluindo as FRPGC, as FRSGC preconizadas no SGIFR e ainda as OAEGC propostas no âmbito do PRGP.</p> <p>Uma vez definidas as macroestruturas, aquilo que se pretende é que os instrumentos de gestão territorial, designadamente os PDM, tenham em consideração aquela que é a organização da paisagem preconizada nas macroestruturas dos PRGP.</p> <p>Nesse sentido, as macroestruturas deverão ser consideradas nas plantas de ordenamento dos PDM e nas Estruturas Ecológicas Municipais, isto é, na estratégia territorial de ordenamento do município, sendo que no caso das estruturas de resiliência ao fogo, as mesmas teriam sempre de ser consideradas nas respetivas cartas de condicionantes, por força da aprovação dos instrumentos do SGIFR (PRA e PSA).</p> <p>No caso das estruturas de conectividade ecológica, as áreas e os respetivos regimes de proteção relativos à REN, RAN e aos cursos de água que integram o DPH, têm validade por si só, independentemente da sua integração no PRGP e da existência de um programa setorial como o PRGP, que simplesmente as tem em consideração e as incorpora.</p> <p>As Diretrizes e as Orientações do PRGP SSMTN foram revistas, com os objetivos de acomodar as preocupações manifestadas, em particular relativamente à floresta de produção, e clarificar a sua aplicabilidade, designadamente as Diretrizes D1 e D1.1.</p>

Participante ID 86626 Profissão/Área de atuação Indústria Data 2025-07-18	
<p>No ponto 1.1.1.3 “Directrizes de articulação com o Regime Jurídico aplicável às Ações de Arborização e Rearborização (RJAAR), na diretriz D12, considera-se que 125 metros de raio é completamente desproporcional e excessivo. A largura definida para a Rede Primária tem como objetivo ser realizada em zonas de festo, com 62,5 metros para cada lado. Para além disso, as medidas a implementar são confusas, e de impossível descrição/implementação no âmbito do RJAAR.</p>	<p>A diretriz foi alterada e renumerada, passando a ter a seguinte redação:</p> <p>D11. Nas ações de arborização, rearborização e reconversão florestal, deve igualmente garantir-se a identificação e intervenção adequada nas áreas dos mosaicos estratégicos de gestão de combustível:</p> <p>a) Quando localizadas exclusivamente em vales com habitats ripícolas, as intervenções a realizar incidem sobre a estrutura vertical dos combustíveis e no aumento da superfície com vegetação herbácea.</p> <p>Quando localizados em zonas de encosta a intervenção visa a obtenção de um mosaico cultural diversificado e adequado à realidade do território tendo por referência a dominância de áreas abertas e de espécies de baixa combustibilidade.</p>
<p>A diretiva D14 é incompreensível porque nas arborizações não existe biomassa resultante da exploração. Nas rearborizações, e no caso específico do eucalipto, esse material será incorporado na preparação do solo, servindo de fertilizante para o solo. Nas áreas com elevado declive, a biomassa poderá ajudar a reduzir o escoamento superficial e respetiva perda de solo, pelo que se considera que esta Diretriz é contraproducente.</p> <p>Sobre a importância de se deixar alguma biomassa no solo prende-se com o facto dos nossos solos de uma maneira geral terem uma percentagem de matéria orgânica baixa e por isso a remoção total de biomassa vem empobrecer na grande maioria das vezes o solo, assim deve-se deixar no terreno folhas e ramos finos, já que estas frações de biomassa proporcionam valiosos nutrientes durante o processo de decomposição e ajudam a manter as quantidades de matéria orgânica no solo. A biomassa disposta no terreno também faz algum ensombramento do solo impedindo a sua degradação. A biomassa disposta sobe o terreno também promove o combate à erosão por escorrência.</p>	<p>A diretriz D14 foi eliminada.</p>
<p>As plantações de eucalipto em Portugal normalmente ocorrem em condições de solos pouco desenvolvidos, com pequena profundidade efetiva, elevada pedregosidade e baixa fertilidade natural. Neste contexto, a manutenção da folhada que se vai depositando no solo ao longo do ciclo de crescimento do eucalipto e a gestão dos sobrantes do corte, deixando no terreno a fração mais fina da biomassa (raminhos, folhas e casca), exercem um papel fundamental na melhoria da fertilidade do solo, na elevação dos teores de matéria orgânica e no sequestro e armazenamento de carbono orgânico no solo.</p>	<p>-</p>

Participante ID 86626 Profissão/Área de atuação Indústria Data 2025-07-18	
<p><i>Com base neste exemplo, as diretivas devem ser cuidadosamente avaliadas e ponderada a sua não transposição nos diferentes instrumentos de gestão. Se os PRGP são orientadores e nem sequer está validado o seu benefício, na sua generalidade, não devem ser transpostos para instrumentos de gestão.</i></p>	<p>Os PRGP enquanto programas setoriais, dirigidos aos territórios de floresta, emanam normas (diretrizes de planeamento gestão) que vinculam diretamente todas as entidades públicas, sem prejuízo da vinculação direta e imediata dos particulares relativamente à ocupação e utilização dos espaços florestais, conforme previsto no n.º 2 da artigo 7 do Decreto-Lei n.º 28 -A/2020, de 26 de junho (regime jurídico da reconversão da paisagem) na sua atual redação e nos termos do previsto no n.º3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio (regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial) na sua atual redação. Aquando da entrada em vigor dos PRGP as respetivas diretrizes de planeamento gestão produzem efeitos sobre os particulares, nos espaços florestais. Preconiza-se que a administração competente no âmbito dos seus atos de planeamento e gestão e controlo tenha em consideração as orientações dos PRGP, em articulação com as orientações e normas de instrumentos de planeamento setorial, especial e municipal e regulamentos específicos aplicáveis, formando decisões autónomas e tecnicamente fundamentadas, obviando a mera transposição dos mapeamentos do PRGP</p> <p>Não tendo sido identificadas normas de incompatibilidades com os IGT, os PRGP vinculam as entidades da administração e devem orientar os particulares nas suas opções.</p>
Regime de fogo	-
Áreas e Ações prioritárias	-
<p><i>O que não se pode promover é o abandono do território, ou seja, colocar os objetivos do PRGP contra os objetivos do proprietário individual, pois este é um desígnio comum que todos partilhamos, conferir sustentabilidade ao território. Saúda-se a preparação de um modelo de regime de gestão tal como referido acima.</i></p>	<p>Os objetivos do PRGP não são contrários, em nenhum caso, a objetivos do proprietário individual. Pelo contrário, é colocado a ênfase na boa gestão e regimes de incentivo a culturas e atividades que, no presente, são opções das explorações.</p>

Participante ID 86626 Profissão/Área de atuação Indústria Data 2025-07-18	
<p><i>Em vários momentos das sessões públicas de apresentação e discussão das propostas de PRGP, a Biond tem levantado a pergunta do momento a partir do qual o proprietário privado é obrigado a cumprir o PRGP. Assim, da leitura de se faz, parece que relativamente a eventuais normas de intervenção sobre a ocupação e utilização dos espaços florestais, os PRGPs são vinculativos para os particulares desde o momento em que entrem em vigor e comecem a produzir efeitos jurídicos, sem necessidade de serem transpostas para plano municipal, como por exemplo em PDM. Por outro lado, e considerando demais disposições, os PRGPs vinculam apenas as entidades públicas, só se tornando as respetivas normas vinculativas para os particulares após alteração ou atualização dos planos territoriais de âmbito intermunicipal e municipal, como o PDM, que com ele não sejam compatíveis.</i></p>	<p>Os PRGP enquanto programas setoriais, dirigidos aos territórios de floresta, emanam normas (diretrizes de planeamento gestão) que vinculam diretamente todas as entidades públicas, sem prejuízo da vinculação direta e imediata dos particulares relativamente à ocupação e utilização dos espaços florestais, conforme previsto no n.º 2 da artigo 7 do Decreto-Lei n.º 28 -A/2020, de 26 de junho na sua atual redação e nos termos do previsto no n.º3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio na sua atual redação. Aquando da entrada em vigor dos PRGP as respetivas diretrizes de planeamento gestão produzem efeitos sobre os particulares, nos espaços florestais. Preconiza-se que a administração competente no âmbito dos seus atos de planeamento e gestão e controlo tenha em consideração as orientações dos PRGP, em articulação com as orientações e normas de instrumentos de planeamento setorial, especial e municipal e regulamentos específicos aplicáveis, formando decisões autónomas e tecnicamente fundamentadas, obviando a mera transposição dos mapeamentos do PRGP</p> <p>Não tendo sido identificadas normas de incompatibilidades com os IGT, os PRGP vinculam as entidades da administração e devem orientar os particulares nas suas opções.</p> <p>A aprovação dos PRGP não vai obrigar a alterar os PGF aprovados.</p>
Outra	-

Participante ID 86626 Profissão/Área de atuação Indústria Data 2025-07-18

Destaca-se uma **evolução na legislação europeia**, que à data da regulamentação do Programa de Transformação da Paisagem não existia. Com a aprovação do Regulamento da Desflorestação (Regulamento (UE) 2023/1115), se Portugal reduzir significativamente a sua área de floresta para dar lugar à agricultura ou pastagem, poderá enfrentar consequências relevantes no âmbito da avaliação de risco prevista pelo mesmo. Este regulamento exige que operadores e comerciantes que colocam produtos no mercado da UE demonstrem que esses produtos não resultam de desflorestação nem de degradação florestal após 31 de dezembro de 2020.

Se as estatísticas nacionais passarem a refletir um aumento da conversão de áreas florestais em usos agrícolas ou pastoris, Portugal poderá ser classificado como um país de risco médio ou elevado. Isso implicaria:

- 1) Mais obrigações para operadores portugueses, incluindo a necessidade de fornecer provas mais detalhadas da origem e legalidade dos produtos (como madeira, carne bovina, soja ou outros produtos abrangidos);
- 2) Perda de competitividade dos produtos portugueses nos mercados europeus, já que os operadores poderiam preferir produtos de países de baixo risco, com menos exigências de verificação;
- 3) Reputação ambiental afetada, comprometendo metas nacionais e europeias de neutralidade carbónica e conservação da biodiversidade;
- 4) Possível exclusão de certos mercados, caso as exigências de due diligence não sejam cumpridas ou haja suspeitas de incumprimento do regulamento.

Portanto, uma política que promova a substituição de floresta por agricultura ou pastagem pode colocar Portugal numa situação vulnerável, com impactos económicos, legais e ambientais significativos.

Não se prevê na Proposta do Programa nenhuma diminuição relevante da área de povoamentos florestais nem aumento relevante, nas áreas de agricultura ou pastagens.

Participante ID 86626 Profissão/Área de atuação Indústria Data 2025-07-18	
<p>O Relatório de Ponderação apresenta diversas posições Críticas ao Eucalipto e ao Pinheiro-bravo e a Biond não pode deixar de referir e contestar as mesmas, nomeadamente:</p> <p>- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)</p> <p>“Considera-se que nas Áreas Classificadas (ZEC e AP) deve promover-se a conversão de eucaliptais e pinhais em floresta de folhosas autóctones. Nesse sentido, propõe-se a seguinte alteração à redação do Quadro 12 do Relatório de Programa (Páginas 69-71): “As florestas de ... (eucalipto ou pinheiro) são mantidas na sua maioria, devendo algumas áreas ser convertidas em floresta de folhosas autóctones, promovendo a heterogeneidade dos povoamentos, bem como ações de silvicultura preventiva e gestão da vegetação sob coberto. No termo da exploração poderão ser alvo de arborização nos termos da legislação em vigor, cumprindo os PG das ZEC1. Deverão ser tidas em consideração as medidas dos PG para os habitats protegidos” (sublinhado nosso), o que vai manifestamente além do que está previsto no Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra de São Mamede e mesmo no PROF Alentejo, naquela que é a SRH que engloba a área do e em vigor desde 2019, fez já uma análise técnica da aptidão do território, cenarizando com os efeitos das alterações climáticas e que o eucalipto, tem boa ou média aptidão e que está na listagem das espécies prioritárias a privilegiar no grupo I.</p>	<p>Na Fase 4 de elaboração do PRGP SSMTN, em sede de Relatório de Ponderação dos Pareceres das Entidades, foi apresentada a seguinte ponderação a esta questão colocada pelo ICNF:</p> <p>“Na Proposta do PRGP SSMTN, para as áreas de eucaliptal, fora das ZEC, são preconizadas propostas territoriais e o Regime de Gestão do Eucalipto, conforme ponto 3.2 da parte II do Relatório do Programa, não se encontrando preconizada a conversão de eucaliptal para folhosas autóctones.</p> <p>De referir ainda que a conversão de eucaliptais em florestas de folhosas autóctones nas ZEC não integra as medidas complementares de conservação nas ZEC, nem é proposta nos regimes de proteção do Plano de Ordenamento do Parque Natural Serra de S. Mamede.”</p>
SUMÁRIO EXECUTIVO	-
Desenho da Paisagem – Fundamentação das Opções tomadas	-
Matriz de transição e valorização	-
Orientações destinadas à concretização da transformação da paisagem; Medidas / Recomendações	-
Áreas e Ações prioritárias	-
Outra	-
IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA	-
Diretrizes de Planeamento e Gestão	-

Participante ID 86626 Profissão/Área de atuação Indústria Data 2025-07-18	
<p><i>Relativamente ao proposto nas 1.2.1. Diretrizes de planeamento e gestão, e que ao constarem neste diploma e após aprovação do mesmo passam a vincular o proprietário privado (in página 132 – “Atendendo ao papel que desempenha no quadro de interação coordenada no sistema de gestão territorial, o PRGP irá emanar diretrizes de planeamento e gestão que vincularão diretamente todas as entidades públicas, e direta e indiretamente os particulares, relativamente às normas sobre a ocupação e utilização dos espaços florestais, como disposto no n.º 3 do Artigo 3.º do RJIGT. ”) e considerando a dúvida já apresentada em capítulo distinto sobre o momento em que estas passam a estar válidas, seria de rever as mesmas no sentido de salvaguardarem a gestão ativa da floresta existente, fazendo cumprir a lei.</i></p>	<p>Conforme acima explicitado, os PRGP enquanto programas setoriais, dirigidos aos territórios de floresta, emanam normas (diretrizes de planeamento gestão) que vinculam diretamente todas as entidades públicas, sem prejuízo da vinculação direta e imediata dos particulares relativamente à ocupação e utilização dos espaços florestais, conforme previsto no n.º 2 da artigo 7 do Decreto-Lei n.º 28 -A/2020, de 26 de junho (RJRP) na sua atual redação e nos termos do previsto no n.º3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio (RJIGT) na sua atual redação. Aquando da entrada em vigor dos PRGP as respetivas diretrizes de planeamento gestão produzem efeitos sobre os particulares, nos espaços florestais.</p> <p>Não tendo sido identificadas normas de incompatibilidades com os IGT, os PRGP vinculam as entidades da administração e devem orientar os particulares nas suas opções. Preconiza-se que a administração competente no âmbito dos seus atos de planeamento e gestão e controlo tenha em consideração as orientações dos PRGP, em articulação com as orientações e normas de instrumentos de planeamento setorial, especial e municipal e regulamentos específicos aplicáveis, formando decisões autónomas e tecnicamente fundamentadas, obviando a mera transposição dos mapeamentos do PRGP</p> <p>A aprovação dos PRGP não vai obrigar a alterar os PGF aprovados.</p>
Programa de Execução e Governança	-
Monitorização e Avaliação de Resultados	-
Outro	-
AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL	-
Metodologia	-

Participante ID 86626 Profissão/Área de atuação Indústria Data 2025-07-18	
<p><i>Está identificado no Quadro 3 – Quadro Problema do PRGP SSMTN como Problema a “Presença de áreas de florestas de eucalipto (com uma representatividade inferior a 15% da área total de eucalipto presente na AI) em pequenas propriedades, sobretudo nas freguesias de Santana e Montalvão, com gestão inadequada e mesmo abandono, que podem potenciar os riscos de incêndio rural.”, aqui a Biond gostaria de destacar duas perspetivas:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>porquê a necessidade de frisar a espécie, quando em termos percentuais e absolutos representam áreas pouco representativas em vez de focar no abandono da gestão ativa do território; e</i> - <i>o fator essencial que é o do PRGP proteger quem vive neste território, ajudando a inverter o aumento do risco de incêndio e consequente redução de rendimento, tendo como causa primária o abandono.</i> 	<p>Esta referência decorre de informação contida em entrevista com ator local, na fase de Diagnóstico de Diagnóstico Prospetivo do Programa, com a seguinte redação:</p> <p>“Na região que o Programa abrange existem significativas manchas de eucaliptais, sendo uma parte relevante destas áreas geridas pela indústria da celulose, que tem uma fábrica próxima da AI do PRGP SSMTN, e outras áreas pertencentes a pequenos proprietários. Nas entrevistas houve consenso sobre o bom estado de gestão das áreas geridas pelas empresas da indústria da celulose, em termos gerais, mas não foi revelada uma visão consensual sobre as outras áreas. Nas áreas de eucaliptais pertencentes a pequenas propriedades (especialmente em Santana e Montalvão) foi referida a existência de uma gestão inadequada ou mesmo abandono em diversos casos. Esta realidade evidencia desafios específicos na implementação de práticas de silvicultura sustentável e na articulação da gestão destes povoamentos com os objetivos de prevenção e de facilitação do combate de fogos rurais.”</p> <p>A existência de uma gestão inadequada ou mesmo abandono nas áreas referidas, foi validada em visita à AI e incluída no quadro 3 – Quadro Problema do PRGP SSMNT.</p> <p>As propostas territoriais e respetivos regimes de gestão do PRGP, no caso concreto das florestas de eucalipto (RG1, RG2 e RG4), visam melhorar as funções produtivas, incrementar a biodiversidade e contribuir para a resiliência ao fogo, mediante implementação de ações de silvicultura preventiva, têm exatamente por objetivo, ajudar a inverter esta tendência de abandono e reduzir o risco de incêndio.</p>
Fatores Críticos de Decisão	-
Articulação com as opções estratégicas	-
Outro	-

Participante ID 86624 Profissão/Área de atuação Agricultura e Pescas Data 2025-07-18	
Contributo/Sugestão da Participação	-
RELATÓRIO DO PROGRAMA	-
Diagnóstico da Situação Territorial	-
Metodologia	-
Participação pública e envolvimento dos atores locais <p><i>O Centro PINUS não é um ator local, mas sim nacional, e considera importante deixar várias ressalvas relativamente à sua participação na consulta deste PRGP:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Foram analisados e comentados apenas os tópicos para os quais consideramos ter competências e experiência relevantes que permitam uma participação construtiva — opção que não deve ser interpretada como uma desvalorização da importância de outras componentes;</i> • <i>A ausência de comentários sobre determinados aspetos não deve ser interpretada como apoio nem como discordância;</i> • <i>A nossa análise considera a perspetiva da Fileira do Pinho.</i> <p><i>A complexidade e dimensão da documentação em consulta, aliadas à simultaneidade de várias consultas públicas de PRGPs, condicionam a nossa capacidade de participação nesta consulta.</i></p> <p><i>Paralelamente à participação dos atores locais, é imprescindível envolver também as entidades que analisam o impacto transversal dos PRGP sobre uma Fileira estratégica para o país.</i></p> <p><i>Compreendemos os motivos que levam à sobreposição de consultas públicas, mas não podemos deixar de sublinhar a importância de assegurar condições para um processo de participação efetiva, que vá além de uma mera formalidade processual.</i></p>	-
Desenho da Paisagem	-
Matriz de Transição	-

Participante ID 86624 Profissão/Área de atuação Agricultura e Pescas Data 2025-07-18	
<p><i>No início do processo de preparação dos Programas de Transformação da Paisagem, o Centro PINUS comunicou o seu posicionamento transversal: reconhecimento da necessidade de mudança face à situação atual e total abertura para colaborar na construção de novas soluções.</i></p> <p><i>Acreditamos na possibilidade de compatibilizar alterações na paisagem com o fornecimento sustentado de madeira e resina às empresas da Fileira do Pinho, bem como com a oferta de serviços dos ecossistemas à sociedade. Essa mudança, em determinadas circunstâncias, poderá envolver a redução da área de pinheiro-bravo. Sublinhamos que tal redução pode ocorrer sem comprometer a produção, podendo mesmo traduzir-se num aumento da produtividade, dado o potencial de ganhos pela melhoria da gestão florestal.</i></p> <p><i>Notámos com muito agrado o reconhecimento do pinheiro-bravo enquanto importante suporte económico para o território, evidenciado pelas referências ao valor potencial das receitas geradas.</i></p> <p><i>Neste PRGP, a floresta de pinheiro-bravo ocupa uma área de cerca de 1 1077 hectares, o que corresponde a cerca de 1,7% da área total do PRGP.</i></p>	<p>A estratégia da Proposta do PRGP SSMTN para a transformação da paisagem deste território, no sentido de uma maior resiliência do território aos fogos rurais, encontra-se alinhada com as considerações apresentadas.</p>
<p><i>A documentação em consulta refere que:</i></p> <p><i>«As áreas de florestas de pinheiro-bravo, dentro das ZEC, dentro das áreas da RPFGC e das OAEGC propostas, são mantidas e geridas com funções produtivas, incluindo ações de silvicultura preventiva, de monitorização fitossanitária e gestão da vegetação sob coberto, desbastes e desramações.</i></p>	-
<p><i>Considerações finais</i></p> <p><i>Face à informação disponibilizada no âmbito da presente consulta pública, entende-se que a proposta de PRGP em análise não deverá ter um impacto significativo na Fileira do Pinho.</i></p> <p><i>Por um lado, a área ocupada por pinheiro-bravo no território do PRGP corresponde a aproximadamente 1.107 hectares, representando cerca de 1,7% da área total, o que traduz uma presença residual da espécie no conjunto do território abrangido.</i></p> <p><i>Paralelamente, pela proposta de gestão do pinhal realizada, considera-se que o presente PRGP não coloca em causa a sustentabilidade da Fileira do Pinho, nem se prevê que introduza alterações significativas ao nível da sua expressão territorial ou funcional neste contexto específico.</i></p>	-
Regime de fogo	-

Participante ID 86624 Profissão/Área de atuação Agricultura e Pescas Data 2025-07-18	
Áreas e Ações prioritárias	-
Outra	-
SUMÁRIO EXECUTIVO	-
Desenho da Paisagem – Fundamentação das Opções tomadas	-
Matriz de transição e valorização	-
Orientações destinadas à concretização da transformação da paisagem; Medidas / Recomendações	-
Áreas e Ações prioritárias	-
Outra	-
IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA	-
Diretrizes de Planeamento e Gestão	-
Programa de Execução e Governança	-
Monitorização e Avaliação de Resultados	-
Outro	-
<i>Sem comentários.</i>	-
AValiação Ambiental Estratégica – Relatório Ambiental	-
Metodologia	-
Fatores Críticos de Decisão	-
Articulação com as opções estratégicas	-
Outro	-
<i>Sem comentários.</i>	-

Participante ID 86622 Profissão/Área de atuação Agricultura e Pescas Data 2025-07-18	
Contributo/Sugestão da Participação	-
RELATÓRIO DO PROGRAMA	-
<i>A Altri Florestal subscreve a participação da Biond e adiciona de seguida alguns outros contributos</i>	
Diagnóstico da Situação Territorial	-
<i>Diagnóstico do Programa</i> <i>Além da caracterização demográfica que por si só é reveladora da tendência de risco de falta de recursos para trabalho na atividade florestal, seria importante a caracterização dos proprietários e empresários florestais para ajustar medidas adequadas às operações que o Programa requer a curto e médio prazo.</i> <i>A ocupação do solo deve ser atualizada, em particular para atualizar a área de invasoras.</i>	<p>O PRGP constitui um programa que visa definir orientações estratégicas para a transformação e gestão da paisagem, por forma a garantir a compatibilização entre o aumento da resiliência aos fogos rurais e a dinamização das atividades económicas.</p> <p>Na 2.ª Fase de elaboração do Programa, foi desenvolvido um Diagnóstico Prospetivo para a área de intervenção que contribuiu para a fundamentação das Propostas Territoriais, dos Regimes de Gestão e das Áreas e ações prioritárias, que vieram a ser preconizados. Nessa Fase foi efetuada uma caracterização da socio economia rural da área em estudo, incluindo no seu ponto 2.5.1 – Demografia e Emprego, informação relevante para fundamentar as Propostas de Transformação do Território que viram a ser estabelecidas.</p> <p>A atualização da ocupação do solo, em particular para a área de invasoras, constitui uma necessidade com a qual se concorda, mas que se encontra fora do âmbito do presente Programa. Na sua implementação devem ser consideradas as condições existentes no terreno.</p>
Metodologia	-
Participação pública e envolvimento dos atores locais	-
<i>A Altri Florestal procurou participar na medida do seu conhecimento e continua disponível para contribuir de forma construtiva para o sucesso de ações que promovam os objetivos da redução da vulnerabilidade ao fogo, melhoria dos serviços dos ecossistemas, onde a produção está incluída, e dinamização socioeconómica do território.</i>	-
Desenho da Paisagem	-

Participante

ID 86622

Profissão/Área de atuação

Agricultura e Pescas

Data

2025-07-18

Embora este PRGP procure integrar as várias valências e sistemas florestais, tratando a produção florestal no sentido da sua valorização contribuindo para os objetivos do PRGP, preocupa-nos a criação de Macroestruturas nomeadamente de conectividade ecológica. Efetivamente reúne um conjunto de estruturas/valores que podem resultar em constrangimentos adicionais à atividade de produção florestal

As Macroestruturas não integram novos constrangimentos à produção Florestal.

As **Macroestruturas da paisagem** representam nos PRGP tão somente a forma de organizar e integrar os elementos de carácter estruturador e que definem os pilares fundamentais de abordagem territorial do Desenho da Paisagem, quer ao nível das **áreas e corredores de conectividade ecológica** que integram os corredores húmidos que incluem as linhas de água, os planos de água, a vegetação ripícola existente, assim como os corredores secos que incluem os festos primários, secundários e terciários. Nas macroestruturas da paisagem são ainda incluídas as **áreas de conservação existentes** (ZEC São Mamede, ZEC Nisa/Laje da Prata, Monumento Natural das Portas de Ródão, PNSSM, Geoparque Naturtejo da Meseta Meridional, IBA's Portas de Ródão e Vale Mourão) e **as estruturas de resiliência ao fogo**, incluindo as FRPGC, as FRSGC preconizadas no SGIFR e ainda as OAEGC propostas no âmbito do PRGP.

Uma vez definidas as macroestruturas, aquilo que se pretende é que os instrumentos de gestão territorial, designadamente os PDM, tenham em consideração aquela que é a organização da paisagem preconizada nas macroestruturas dos PRGP.

Nesse sentido, as macroestruturas deverão ser consideradas nas plantas de ordenamento dos PDM e nas Estruturas Ecológicas Municipais, isto é, na estratégia territorial de ordenamento do município, sendo que no caso das estruturas de resiliência ao fogo, as mesmas teriam sempre de ser consideradas nas respetivas cartas de condicionantes, por força da aprovação dos instrumentos do SGIFR (PRA e PSA).

No caso das estruturas de conectividade ecológica, as áreas e os respetivos regimes de proteção relativos à REN, RAN e aos cursos de água que integram o DPH, têm validade por si só, independentemente da sua integração no PRGP e da existência de um programa setorial como o PRGP, que simplesmente as tem em consideração e as incorpora.

As Diretrizes e as Orientações do PRGP SSMTN foram revistas, com os objetivos de acomodar as preocupações manifestadas, em particular relativamente à floresta de produção, e clarificar a sua aplicabilidade, designadamente as Diretrizes D1 e D1.1.

Matriz de Transição

-

Participante ID 86622 Profissão/Área de atuação Agricultura e Pescas Data 2025-07-18	
<p><i>A matriz de transição, qualquer que seja, conduz sempre à redução da floresta de produção, especificamente desde que se encontre em áreas onde se criam macroestruturas de conectividade ecológica ou de resiliência. A produção aparenta ser excluída de áreas consideradas de conectividade ecológica, porque nestas só são contemplados os sistemas de proteção e conservação. Por outro lado, estruturas com REN, RAN, cabeceiras de linhas de água (necessário entender a dimensão) e corredores ecológicos ao integrarem aquelas macroestruturas, estarão a excluir a produção florestal?</i></p>	<p>Ver resposta ao ponto anterior.</p>
<p><i>A Altri Florestal entende ser necessário acautelar que a Macroestrutura de conectividade ecológica não venha a ser uma ferramenta que condicione/impeça a produção florestal. A dimensão da área de produção considerada na Matriz de transformação 'não representa a área atualmente em ZPE/ZEC, ficando a dúvida sobre as medidas que irão ser consideradas</i></p>	<p>A Proposta do PRGP SSMTN não propõe a redução de floresta de eucalipto, nem de pinheiro. Como acima referido, o PRGP SSMTN propõe para as áreas fora da ZEC São Mamede e da ZEC Nisa/Laje da Prata:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A manutenção das ocupações com o objetivo da produção de lenho (nomeadamente pinheiro-bravo e eucalipto), incluindo ações de silvicultura preventiva e gestão da vegetação sob coberto devendo ser alvo de rearborização com a mesma espécie, incluindo a aplicação dos RG de Combustíveis e de Cinegética (pinheiro-bravo) e ainda RG dos povoamentos de eucalipto (eucaliptos), transformadas assim em florestas de produção geridas com aumento da resiliência aos fogos rurais. - A manutenção das áreas agrícolas e de SAF (conforme propostas territoriais e respetivos regimes de gestão detalhados no ponto 3.2 da Parte II, Desenho da Paisagem Proposto do Relatório do Programa). - A conversão de matos em mosaicos de gestão silvo pastoril que inclui matos geridos com áreas abertas que privilegiem o pastoreio e mediante aplicação de técnicas de gestão de combustível combinadas. <p>Em conclusão, no âmbito dos macro sistemas específicos da paisagem, a transformação diferenciadora mais relevante para os objetivos do PTP é o incremento da área de mosaicos de gestão silvo pastoril, constituindo uma transformação contemplada nas áreas e ações prioritárias com financiamento próprio, incluindo remuneração dos serviços prestados pelos ecossistemas.</p>
Regime de fogo	-
<p><i>Os modelos e os resultados produzidos têm de ser ponderados e devem merecer uma análise crítica.</i></p>	<p>Os estudos apresentados no capítulo Regime e Ecologia do Fogo incluindo os dados de base, o modelo desenvolvido e a fundamentação das propostas para a resiliência do território aos fogos rurais encontram-se no ponto 2.3.2 da Parte II do Programa do PRGP SSMTN. A avaliação da estratégia de gestão de combustíveis é apresentada no ponto 1.3.2 da Parte III, do mesmo documento.</p>
Áreas e Ações prioritárias	-

Participante ID 86622 Profissão/Área de atuação Agricultura e Pescas Data 2025-07-18	
<p>As áreas prioritárias deveriam ser:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Identificação de áreas abandonadas ou sem gestão e criar mecanismos de recuperação, mantendo ou alterando - implementação ajustada das infraestruturas e medidas previstas no SGIFR; - controlo de invasoras, dando atenção às linhas de água; - gestão de galerias ripícolas – em geral em linhas de água permanentes, criando compartimentação - envolvimento de proprietários e empresas e técnicos florestais 	<p>O PRGP constitui um programa que visa definir uma orientação estratégica para a transformação e gestão da paisagem, por forma a garantir a compatibilização entre o aumento da resiliência aos fogos rurais e a dinamização das atividades económicas.</p> <p>Não são no âmbito do PRGP efetuadas as análises que se referem, p.e., a identificação de áreas abandonadas ou sem gestão ou o ajuste das redes de defesa contempladas no âmbito do SGIFR, sendo que as mesmas deverão ter lugar na implementação de outros instrumentos contemplados no PTP, à escala de projeto, como são as OIGP.</p> <p>No caso do controlo de espécies invasoras e da gestão de galerias ripícolas, o PRGP contempla sempre as intervenções nestas matérias, inclusivamente enquanto áreas e ações prioritárias, sendo que a sua identificação no presente âmbito não invalida que, no desenvolvimento de uma OIGP ou na dinamização e concretização de uma APGA, possam ser identificadas ou redefinidas outras áreas que não constam no desenho da paisagem do PRGP SSMTN.</p> <p>Relativamente ao envolvimento de partes interessadas, o PRGP desde o seu início, procurou envolver todos os atores relevantes, presentes no território, numa agregação em “bola de neve”, incluindo não só os representantes da administração local, regional e central, mas as ONG, as universidades, e as empresas e organizações, convidadas a participarem nos diferentes momentos participativos ao longo da elaboração do Programa, considerados fundamentais para o desenvolvimento da estratégia de transformação no âmbito de um PRGP, conforme descrito no presente Relatório de Discussão Pública. Em qualquer caso, a continuação do envolvimento de empresas, técnicos florestais e proprietários deverá sempre ter lugar na concretização da estratégia definida e na execução das ações que vierem a decorrer, na sequência da aprovação do PRGP e à sua implementação.</p>
Outros	-
<p>Um programa desta dimensão não apresenta uma avaliação económica da matriz proposta, nem avaliação dos serviços de ecossistema, sequestro de carbono e impacto na atividade económica, nomeadamente da indústria e pequenos proprietários e empresários. Apresenta-se o financiamento previsto, a ser apoiado por um sistema multifundos, mas não se apresenta o retorno económico desse investimento.</p>	<p>Concorda-se com a importância das avaliações referidas contudo, os conteúdos previstos na Matriz de transição e valoração dum PRGP, conforme Anexo I a que se refere o artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 28-A/2020 de 26 de junho, na sua atual redação, a Matriz de transição e valoração apresentada na Parte III do Relatório do PRGP SSMTN dá-lhe resposta incluindo a valoração matricial dos serviços dos ecossistemas, a avaliação do impacto na valoração dos serviços dos ecossistemas e da estratégia de gestão de combustíveis e a matriz de custos de transição para a implementação do Cenário de Transição Positiva que sustentou a Proposta do PRGP SSMTN.</p>

Participante ID 86622 Profissão/Área de atuação Agricultura e Pescas Data 2025-07-18
--

<p><i>Diretrizes</i></p> <p><i>Atendendo aos objetivos e enquadramento dos PRGP’s as diretrizes que se pretendem ser orientadores, não devem ser integradas em PDM, RJAAR ou outros instrumentos de gestão.</i></p> <p><i>Diretrizes que vão alterar a qualificação do solo e condicionar de forma desproporcional a floresta de produção existente ou a renovar, como a D1, D2, D3, D5 são podem ser transpostas de forma genérica impedindo a futura renovação e gestão florestal.</i></p> <p><i>Aliás todas as outras diretrizes devem ser ponderadas até porque deve ser avaliada a sua razoabilidade, proporcionalidade e operacionalização, como por exemplo a D13 e D14. Algumas das diretrizes devem ser transferidas para os Regimes de Gestão</i></p> <p><i>De facto, preocupa a referência à transposição para PDM e RJAAR e a vinculação do Programa a particulares quer por via da transposição para PDM e outros instrumentos quer pela via da vinculação da administração pública. Sendo orientações, não devem ser vinculativas.</i></p> <p><i>Como sugestão, será de ponderar um modelo transitório para teste da aplicabilidade e adesão dos proprietários às medidas propostas nos PRGP. Assim, antes de qualquer alteração de PDM e outros, deve haver um período experimental de 2 ou mais anos e uma avaliação da execução e impacto, que dê orientações do rumo a tomar e eventuais ajustes a fazer.</i></p>	<p>Não tendo sido identificadas normas de incompatibilidades com os IGT, os PRGP vinculam as entidades da administração e devem orientar os particulares nas suas opções.</p> <p>A aprovação dos PRGP não vai obrigar a alterar os PGF aprovados.</p> <p>Atendendo aos objetivos e ao papel que desempenha no quadro de interação coordenada no sistema de gestão territorial, o PRGP SSMTN enquanto programa setorial, estabelece as diretrizes e normas que irão vincular diretamente todas as entidades públicas, sem prejuízo de vincularem direta e imediatamente os particulares, relativamente às normas sobre a ocupação e utilização dos espaços florestais, como disposto n.º 2 do Artigo 7.º do Regime Jurídico da Reconversão da Paisagem (RJRP) e no n.º 3 do Artigo 3.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT). Preconiza-se que a administração competente no âmbito dos seus atos de planeamento e gestão e controlo tenha em consideração as orientações dos PRGP, em articulação com as orientações e normas de instrumentos de planeamento setorial, especial e municipal e regulamentos específicos aplicáveis, formando decisões autónomas e tecnicamente fundamentadas, obviando a mera transposição dos mapeamentos do PRGP</p> <p>Esse conteúdo normativo é estruturado segundo Diretrizes de Planeamento e Gestão designadamente Diretrizes a incorporar nos PDM, associadas à transposição, intervenção e gestão das macroestruturas e macro sistemas da paisagem; Diretrizes de transposição/aplicação do PROF Alentejo e do SGIFR, tendo em vista a sua compatibilização; Diretrizes a articular com o Regime Jurídico aplicável às Ações de Arborização e Rearborização (RJAAR) e Diretrizes para os Instrumentos de Financiamento. Inclui ainda Orientações para a transformação da paisagem que visam a gestão ativa do solo e são aplicáveis à totalidade da AI, podendo ser replicáveis à totalidade da unidade homogénea.</p> <p>As Diretrizes e Orientações do PRGP SSMTN foram revistas com os objetivos de acomodar as preocupações manifestadas, em particular relativamente às D1, D2, D3, D5, D13 e D14, e clarificar a sua aplicabilidade.</p>
SUMÁRIO EXECUTIVO	-
Desenho da Paisagem – Fundamentação das Opções tomadas	-
Matriz de transição e valorização	-
Orientações destinadas à concretização da transformação da paisagem; Medidas / Recomendações	-
Áreas e Ações prioritárias	-
Outra	-

Participante ID 86622 Profissão/Área de atuação Agricultura e Pescas Data 2025-07-18
--

IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA	-
Diretrizes de Planeamento e Gestão	-
Programa de Execução e Governança	-
Monitorização e Avaliação de Resultados	-
Outro	-
AValiação Ambiental Estratégica – Relatório Ambiental	-
Metodologia	-
Fatores Críticos de Decisão	-
Articulação com as opções estratégicas	-
Outro	-

Participante ID 86611 Profissão/Área de atuação Indústria Data 2025-07-18	
Contributo/Sugestão da Participação	-
RELATÓRIO DO PROGRAMA	-
Diagnóstico da Situação Territorial	-
Embora o documento não critique diretamente o eucalipto e o pinheiro-bravo, há uma ênfase clara em reduzir monoculturas e promover mosaicos de gestão; aumentar a biodiversidade nos eucaliptais e pinhais; melhorar a gestão silvícola e os serviços dos ecossistemas; evitar riscos associados à homogeneidade e incêndios, o que retrata um conjunto de boas praticas que todos os proprietários florestais gostariam de atingir mas cuja execução tem associado um custo elevado se for exigido em simultâneo num curto espaço de tempo.	-
Metodologia	-
<p>As espécies eucalipto e pinheiro-bravo são associadas a alta combustibilidade, mas vários estudos científicos e técnicos em Portugal reforçam que o problema dos incêndios está mais ligado à má gestão (ou à sua ausência) do que à espécie em si. O PRGP em questão aborda esta temática de forma inovadora ao prever a definição de “regimes de gestão” específicos (a saber: Regime de Gestão de Combustíveis, Regime de Gestão de Resinosas, Regime de Gestão do Castanheiro, Regime de Gestão Cinegética, Regime Silvo-Pastoril, e Regime de Gestão da Floresta Ripícola).</p> <p>A investigação científica nacional, nomeadamente os estudos do Prof. Paulo Fernandes (UTAD), demonstra que o comportamento do fogo depende mais da gestão do combustível do que da espécie florestal. A reconversão de eucalipto e pinheiro-bravo deve ser avaliada caso a caso, privilegiando a gestão ativa, a compartimentação da paisagem e a diversificação de usos como estratégias mais eficazes e sustentáveis.</p>	-

Participante ID 86611 Profissão/Área de atuação Indústria Data 2025-07-18	
<p>Os incêndios não são provocados pela floresta de produção ou por uma qualquer espécie. Gostaríamos de referir o artigo publicado na revista <i>Science of the Total Environment</i> por Fernandes, P.M., Guiomar N., Rossa, C.G. em 2019, sob o título “Analysing eucalypt expansion in Portugal as a fire-regime modifier”, em que se destaca:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ A expansão do Eucalipto não fez aumentar a área ardida em Portugal; ▪ A dimensão de um incêndio é independente das espécies florestais presentes; ▪ Ocorre um ligeiro decréscimo da severidade dos mega-incêndios em povoamentos de eucalipto; ▪ O tipo de Floresta é um dos fatores com menor influência no perigo de incêndio; <p>A intensidade de um incêndio tem uma relação inversamente proporcional com a gestão praticada no eucalipto em curta rotação;</p>	-
<p>A primeira sugestão que se considera essencial transmitir prende-se com a ponderação cuidada que deve ser dada a qualquer processo de transformação que incida em povoamentos florestais e que tem efeitos a diversos níveis. Considera-se que, estando a espécie (qualquer que ela seja) bem localizada em termos de aptidão, e não colidindo com restrições legais que possam eventualmente existir no território deve ser equacionada em primeira instância a sua manutenção e o apoio à sua gestão junto dos proprietários.</p>	Concorda-se com a sugestão, tendo sido a abordagem adotada aquando da elaboração das propostas de transformação da paisagem, designadamente na identificação das ocupações e usos do solo a manter, das ocupações e usos do solo a alterar assim como dos regimes de gestão a propor em cada caso, conforme apresentado detalhadamente no quadro 12, do ponto 3 - Estruturação e Transformação da Paisagem, da Parte II do Relatório do Programa do PRG SSMTN.
<p>Em vez de uma reconversão generalizada baseada na espécie, propõe a Biond que se aposte na:</p> <p>a) Gestão Diferenciada por Contexto</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Manutenção de povoamentos de eucalipto/pinheiro desde que respeitem um Regime de Gestão, de modo a garantir uma ação que vá de encontro aos objetivos do PRGP; ▪ Reconversão apenas em áreas de alto risco (ex: proximidade de aglomerados e zonas de interface já existentes, ou outras situações decorrentes de legislação aplicável) ou ainda onde não há viabilidade técnica ou económica de gestão. 	Não é proposta uma reconversão generalizada, mas sim fomentada a manutenção de povoamentos que respeitem um regime de gestão (no caso do eucalipto), nos precisos termos afirmados no comentário.
<p>b) Promoção de Mosaicos Funcionais</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação de faixas de descontinuidade e zonas tampão com espécies florestais adaptadas (quer sejam outras espécies, quer sejam por mosaico de idades por exemplo no caso do eucalipto). ▪ Integração de usos agrícolas e silvopastoris (em caso de haver agentes económicos com interesse). 	É precisamente a integração de usos mencionada no comentário que é proposta no âmbito da Proposta do Programa, conforme apresentado detalhadamente no quadro 12, do ponto 3 - Estruturação e Transformação da Paisagem, da Parte II do Relatório do Programa do PRGP SSMTN.

Participante ID 86611 Profissão/Área de atuação Indústria Data 2025-07-18	
c) Incentivos à Certificação e à Gestão Agrupada <ul style="list-style-type: none">Apoios à certificação florestal e à gestão conjunta (ZIF, OIGP).Remuneração por serviços dos ecossistemas condicionada à efetiva gestão. <p><i>Considera-se como vantagens da abordagem baseada na Gestão Ativa a redução do risco de incêndio com menor custo de reconversão, preservação de rendimentos florestais (madeira, biomassa), maior aceitação por parte dos proprietários florestais, e a compatibilidade com os objetivos do PRGP em termos de resiliência, biodiversidade e economia rural.</i></p>	<p>A proposta de gestão ativa referida no comentário encontra-se prevista no âmbito das 4 APGA propostas enquanto áreas piloto de gestão agregada para a promoção de iniciativas de reordenamento e gestão da paisagem, tendo em vista a promoção, dinamização e implementação de ações previstas na Proposta, que venham a ser dinamizadas por entidades organizadas e com capacidade de gestão e iniciativa, presentes no território. Constituem áreas e ações prioritárias do Programa.</p>
<p><i>Por outro lado, critério como o “Declive” não é, por si só, um critério suficiente. O declive influencia o comportamento do fogo, mas não determina automaticamente a perigosidade de um povoamento. O que agrava o risco é a continuidade do combustível, a acessibilidade limitada e a ausência de gestão ativa — fatores que podem ser mitigados com boas práticas.</i></p> <p><i>De lembrar que os declives acima de 25%, ao abrigo da legislação em vigor, podem ser mobilizados com recurso a terraços e nos quais poderá vigorar uma plantação associada à produção. A proposta sobrepõe-se à legislação em vigor, em vez de ser complementar, através da interdição de floresta de produção, eucalipto e pinheiro-bravo, nestes declives.</i></p> <p><i>Por outro lado, a reconversão em declive pode gerar novos riscos, tais como aumentar a erosão se não for bem planeada, reduzir a rentabilidade para os proprietários, desincentivando a gestão, e levar ao abandono, o que agrava o risco de incêndio a médio prazo. A reconversão deve ser criteriosa e baseada em risco real, não em critérios genéricos.</i></p>	<p>A referência ao declive 25% foi retirada da redação das diretrizes de planeamento e gestão.</p> <p>A diretriz foi integrada com seguinte redação:</p> <p>D13. Nas ações de arborização, rearborização e reconversão florestal, deve ser assegurada a manutenção de zonas abertas em mosaico, e a existência de um sistema de gestão de combustível nas seguintes condições:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Baseado em atividades como a silvo pastorícia e/ou gestão cinegética, desde que garantindo encabeçamentos eficazes para a gestão de combustível;b) Baseado em técnicas de gestão de combustível como o fogo controlado ou a remoção da vegetação;c) Uma combinação eficaz das alíneas anteriores
Participação pública e envolvimento dos atores locais	-
<p><i>Claramente a participação de proprietários e empresários florestais, é muito baixa, ou quase nula, situação transversal em todos os PRGP e não exclusivamente neste. Pode-se apontar razões culturais, mas tendo como base esta realidade, a dimensão e complexidade dos documentos em consulta deveria apresentar uma linguagem clara e acessível como forma de apelar à necessária participação.</i></p>	<p>Foi tomada boa nota das considerações apresentadas.</p>
Desenho da Paisagem	-
Matriz de Transição	

Participante ID 86611 Profissão/Área de atuação Indústria Data 2025-07-18	
<i>De facto, embora se prevejam ações prioritárias a curto prazo e outras a médio prazo, 10 anos, o planeamento florestal faz-se no mínimo a 30 anos, e por isso é no período previsto para as ações do PRGP que a análise deveria ser equacionada.</i>	Sendo certo que o horizonte de planeamento florestal é, em muitos casos, igual ou superior a 30 anos, não é menos certo que as ações previstas nos Regimes de Gestão propostos podem ser consideradas eficazmente em horizontes menores, sem prejuízo da sua desejável continuidade.
<i>Todas estas ações de transformação de floresta de produção implicarão desflorestação, nem que seja temporária, com perda significativa de produção e disponibilidade de matéria-prima para diversas indústrias e consequente perda de rendimento para os proprietários, para as empresas locais associadas à floresta, e no limite, para o país.</i>	Esta afirmação não se aplica às Propostas Territoriais e Regimes de Gestão propostos no Programa.
<p><i>Reconhece-se o esforço com a apresentação de três cenários para a transição da paisagem, o passivo, o positivo, e o ideal, contudo não pode ser admissível que se coloque como hipótese no cenário passivo “Nas áreas sob jurisdição do ICNF aplicam-se as disposições dos Planos de Gestão (PG) da ZEC São Mamede e da ZEC Nisa/Lage da Prata” e no de transição positiva “As medidas e ações propostas no âmbito do cenário de Transição Positiva aplicam-se, por princípio, a áreas fora da ZEC São Mamede e ZEC Nisa/Laje da Prata, sob jurisdição do ICNF, sendo que, dentro destas, poderão ser adotadas as propostas de transformação preconizadas na Proposta do Desenho da Paisagem, devendo aplicar-se as normas que constam dos respetivos Planos de Gestão.”.</i></p> <p><i>Esta discriminação só virá acentuar a perceção existente do maior risco de incêndio em áreas com algum regime de proteção (seja dentro da Rede Nacional de Áreas Protegidas, quer da Rede Natura 2000), e que acabaram por ser corroboradas pelo estudo do Professor Paulo Fernandes “As áreas protegidas como focos de atividade de incêndios florestais em biomas Temperados e Mediterrânicos que pode ser consultado aqui: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0301479725016457.</i></p> <p><i>A principal conclusão do estudo é que existe uma correlação significativa entre a expansão de áreas protegidas para conservação da biodiversidade e o aumento do risco de incêndios florestais para as comunidades locais. Estas correlação manifesta-se de várias formas:</i></p> <p><i>1. Maior Probabilidade e Área Ardida:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <i>As áreas protegidas, especialmente em biomas temperados (Europa, Austrália), ardem de forma desproporcional. Ou seja, a percentagem de área ardida dentro destas zonas é superior à sua representação territorial.</i> <i>Por exemplo, no Sudoeste da Europa, a área ardida dentro de zonas protegidas aumentou muito mais rapidamente do que a própria expansão dessas zonas.</i> 	-

Participante ID 86611 Profissão/Área de atuação Indústria Data 2025-07-18	
<p>2. <i>Maior Severidade do Fogo:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> Em média, a severidade dos incêndios foi 21% maior dentro das áreas protegidas nos biomas temperados e 19% maior nos biomas mediterrânicos, em comparação com áreas não protegidas. Isto significa que os incêndios nestas zonas são ecologicamente mais destrutivos. <p>3. <i>Aumento Drástico da Exposição da População:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> As pessoas que vivem dentro ou perto de áreas protegidas têm um risco muito maior (até 16 vezes mais) de serem expostas a grandes incêndios. <p><i>Esta tendência tem vindo a agravar-se nas últimas duas décadas na Europa e na Austrália, tornando cada vez mais perigoso viver nestas zonas.</i></p> <p><i>As medidas de transformação, que se espera serem financiadas, subsidiadas, por fundos públicos, bem como o pagamento de serviços de ecossistemas que se espera virem a ser gerados deverão perseguir os objetivos do PRGP de «promover o desenho da paisagem como referencial de uma nova economia dos territórios rurais, que promova uma floresta multifuncional, biodiversa e resiliente, mais rentável, com maior capacidade de sequestro de carbono e capaz de produzir melhores serviços a partir dos ecossistemas». Efetivamente, deveria haver um trabalho de identificação de locais estratégicos para a compartimentação e recuperação pelas ações de gestão de áreas abandonadas ou degradadas, que sejam áreas produtivas, de conservação ou proteção. Esta é uma outra forma de aumentar a resiliência do território.</i></p>	<p>A definição dos cenários procura garantir uma articulação total com as medidas de gestão dos PG da ZEC São Mamede e ZEC Nisa/Laje da Prata e com os regimes de proteção definidos no POPNSSM.</p> <p>Contudo, de referir que a aplicação das propostas territoriais e dos regimes de gestão tem em consideração a existência das ZEC São Mamede e ZEC Nisa/Laje da Prata, sendo que as mesmas se aplicam fora destas, à exceção das áreas da RPFGC e das OAEGC definidas no âmbito do PRGP, em conformidade com o cenário de transição positiva.</p> <p>Para as áreas integradas nas ZEC São Mamede e ZEC Nisa/Laje da Prata e não integradas nas áreas da RPFGC e das OAEGC definidas, propõe-se a replicação do mesmo tipo de propostas territoriais e regimes de gestão estabelecidos para as áreas fora das ZEC, desde que seja esse o entendimento do ICNF e devendo os mesmos ser enquadrados nas medidas de gestão dos PG das ZEC São Mamede e ZEC Nisa/Laje da Prata, explicitação que foi introduzida no texto dos cenários alternativos, concretamente para o cenário de transição positiva.</p>

Participante ID 86611 Profissão/Área de atuação Indústria Data 2025-07-18	
<p>O PRGP em apreço aposta na gestão das áreas, ao invés da reconversão. Contudo, e atendendo à existência das Macroestruturas, nomeadamente respeitantes a Estrutura ecológicas de conexão, que incluem linhas de água temporárias e efémeras, além das permanentes, REN, RAN e corredores ecológicos entre outras, fica-se na dúvida sobre que sistema florestal vai ser possível, se a floresta de produção e a sua gestão ativa vão ser possíveis. De facto, através da diretiva D1 esta macroestrutura vai ser integrada em PDM:</p> <p>D1. As macroestruturas da paisagem definidas no Desenho da Paisagem do PRGP SSMTN devem ser consideradas na planta de ordenamento dos PDM dos concelhos de Castelo de Vide, Nisa e Portalegre, atribuindo-lhe uma qualificação do solo compatível com as funções de conectividade ecológica e/ou de resiliência ao fogo, conforme definido no PRGP SSMTN. As estruturas de conectividade ecológica preconizadas no Desenho da Paisagem do PRGP SSMTN devem também ser integradas nas respetivas Estruturas Ecológicas Municipais.</p> <p>D1.1. Para as estruturas de conectividade ecológica preconizadas no Desenho da Paisagem do PRGP SSMTN, o regulamento dos PDM deve contemplar para as categorias de solo rústico:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ A arborização de espécies nativas melhoradoras do solo (revoluções longas), bem como técnicas de engenharia natural, tendo em vista o controlo da erosão nas bacias hidrográficas, em particular nas zonas de cabeceira, encostas declivosas e na envolvimento de cursos de água de regime torrencial. ▪ A valorização da rede hidrográfica e a continuidade das galerias ripícolas associadas. Esta diretriz em particular, considerando que vai alterar a qualificação do solo, vai excluir florestas de produção de uma maneira cega e sem que se vislumbre qualquer benefício. Seria de detalhar o significado de “revoluções longas”, uma vez que, no caso concreto do eucalipto, por exemplo, apesar de se efetuarem cortes de 12 em 12 anos, e em geral, apenas ao terceiro corte se procede à substituição do cepo, passando nessa circunstância a um processo de rearborização, sendo por isso revoluções de 36 anos. 	<p>As Macroestruturas não integram novos constrangimentos à produção Florestal.</p> <p>As Macroestruturas da paisagem representam nos PRGP tão somente a forma de organizar e integrar os elementos de carácter estruturador e que definem os pilares fundamentais de abordagem territorial do Desenho da Paisagem, quer ao nível das áreas e corredores de conectividade ecológica que integram os corredores húmidos que incluem as linhas de água, os planos de água, a vegetação ripícola existente, assim como os corredores secos que incluem os festos primários, secundários e terciários. Nas macroestruturas da paisagem são ainda incluídas as áreas de conservação existentes (ZEC São Mamede, ZEC Nisa/Laje da Prata, Monumento Natural das Portas de Ródão, PNSSM, Geoparque Naturtejo da Meseta Meridional, IBA's Portas de Ródão e Vale Mourão) e as estruturas de resiliência ao fogo, incluindo as FRPGC, as FRSGC preconizadas no SGIFR e ainda as OAEGC propostas no âmbito do PRGP.</p> <p>Uma vez definidas as macroestruturas, aquilo que se pretende é que os instrumentos de gestão territorial, designadamente os PDM, tenham em consideração aquela que é a organização da paisagem preconizada nas macroestruturas dos PRGP.</p> <p>Nesse sentido, as macroestruturas deverão ser consideradas nas plantas de ordenamento dos PDM e nas Estruturas Ecológicas Municipais, isto é, na estratégia territorial de ordenamento do município, sendo que no caso das estruturas de resiliência ao fogo, as mesmas teriam sempre de ser consideradas nas respetivas cartas de condicionantes, por força da aprovação dos instrumentos do SGIFR (PRA e PSA).</p> <p>No caso das estruturas de conectividade ecológica, as áreas e os respetivos regimes de proteção relativos à REN, RAN e aos cursos de água que integram o DPH, têm validade por si só, independentemente da sua integração no PRGP e da existência de um programa setorial como o PRGP, que simplesmente as tem em consideração e as incorpora.</p> <p>As Diretrizes e as Orientações do PRGP SSMTN foram revistas, com os objetivos de acomodar as preocupações manifestadas, em particular relativamente à floresta de produção, e clarificar a sua aplicabilidade, designadamente as Diretrizes D1 e D1.1.</p>

Participante ID 86611 Profissão/Área de atuação Indústria Data 2025-07-18	
<p><i>No ponto 1.1.1.3 “Directrizes de articulação com o Regime Jurídico aplicável às Ações de Arborização e Rearborização (RJAAR), na diretriz D12, considera-se que 125 metros de raio é completamente desproporcional e excessivo. A largura definida para a Rede Primária tem como objetivo ser realizada em zonas de festo, com 62,5 metros para cada lado. Para além disso, as medidas a implementar são confusas, e de impossível descrição/implementação no âmbito do RJAAR.</i></p>	<p>A diretriz foi alterada e renumerada, passando a ter a seguinte redação:</p> <p>D11. Nas ações de arborização, rearborização e reconversão florestal, deve igualmente garantir-se a identificação e intervenção adequada nas áreas dos mosaicos estratégicos de gestão de combustível:</p> <p>a) Quando localizadas exclusivamente em vales com habitats ripícolas, as intervenções a realizar incidem sobre a estrutura vertical dos combustíveis e no aumento da superfície com vegetação herbácea.</p> <p>Quando localizados em zonas de encosta a intervenção visa a obtenção de um mosaico cultural diversificado e adequado à realidade do território tendo por referência a dominância de áreas abertas e de espécies de baixa combustibilidade.</p>
<p><i>A diretiva D14 é incompreensível porque nas arborizações não existe biomassa resultante da exploração. Nas rearborizações, e no caso específico do eucalipto, esse material será incorporado na preparação do solo, servindo de fertilizante para o solo. Nas áreas com elevado declive, a biomassa poderá ajudar a reduzir o escoamento superficial e respetiva perda de solo, pelo que se considera que esta Diretriz é contraproducente.</i></p> <p><i>Sobre a importância de se deixar alguma biomassa no solo prende-se com o facto dos nossos solos de uma maneira geral terem uma percentagem de matéria orgânica baixa e por isso a remoção total de biomassa vem empobrecer na grande maioria das vezes o solo, assim deve-se deixar no terreno folhas e ramos finos, já que estas frações de biomassa proporcionam valiosos nutrientes durante o processo de decomposição e ajudam a manter as quantidades de matéria orgânica no solo. A biomassa disposta no terreno também faz algum ensombramento do solo impedindo a sua degradação. A biomassa disposta sobre o terreno também promove o combate à erosão por escorrência.</i></p> <p><i>As plantações de eucalipto em Portugal normalmente ocorrem em condições de solos pouco desenvolvidos, com pequena profundidade efetiva, elevada pedregosidade e baixa fertilidade natural. Neste contexto, a manutenção da folhada que se vai depositando no solo ao longo do ciclo de crescimento do eucalipto e a gestão dos sobrantes do corte, deixando no terreno a fração mais fina da biomassa (raminhos, folhas e casca), exercem um papel fundamental na melhoria da fertilidade do solo, na elevação dos teores de matéria orgânica e no sequestro e armazenamento de carbono orgânico no solo.</i></p>	<p>A Diretiva D14 foi suprimida.</p>

Participante ID 86611 Profissão/Área de atuação Indústria Data 2025-07-18	
<p><i>Com base neste exemplo, as diretivas devem ser cuidadosamente avaliadas e ponderada a sua não transposição nos diferentes instrumentos de gestão. Se os PRGP são orientadores e nem sequer está validado o seu benefício, na sua generalidade, não devem ser transpostos para instrumentos de gestão.</i></p>	<p>As Diretrizes e as Orientações do PRGP SSMTN foram revistas, com os objetivos de acomodar as preocupações manifestadas, em particular relativamente à floresta de produção, e clarificar a sua aplicabilidade.</p> <p>Não tendo sido identificadas normas de incompatibilidades com os IGT, os PRGP vinculam as entidades da administração e devem orientar os particulares nas suas opções.</p> <p>A aprovação dos PRGP não vai obrigar a alterar os PGF aprovados.</p> <p>De referir que os PRGP enquanto programas setoriais, dirigidos aos territórios de floresta, emanam normas (diretrizes de planeamento gestão) que vinculam diretamente todas as entidades públicas, sem prejuízo da vinculação direta e imediata dos particulares relativamente à ocupação e utilização dos espaços florestais, conforme previsto no n.º 2 da artigo 7 do Decreto-Lei n.º 28 -A/2020, de 26 de junho (regime jurídico da reconversão da paisagem) na sua atual redação e nos termos do previsto no n.º3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio (regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial) na sua atual redação. Aquando da entrada em vigor dos PRGP as respetivas diretrizes de planeamento gestão produzem efeitos sobre os particulares, nos espaços florestais. Preconiza-se que a administração competente no âmbito dos seus atos de planeamento e gestão e controlo tenha em consideração as orientações dos PRGP, em articulação com as orientações e normas de instrumentos de planeamento setorial, especial e municipal e regulamentos específicos aplicáveis, formando decisões autónomas e tecnicamente fundamentadas, obviando a mera transposição dos mapeamentos do PRGP</p>
Regime de fogo	-
Áreas e Ações prioritárias	
<p><i>O que não se pode promover é o abandono do território, ou seja, colocar os objetivos do PRGP contra os objetivos do proprietário individual, pois este é um desígnio comum que todos partilhamos, conferir sustentabilidade ao território. Saúda-se a preparação de um modelo de regime de gestão tal como referido acima.</i></p>	<p>Os objetivos do PRGP não são contrários, em nenhum caso, a objetivos do proprietário individual. Pelo contrário, é colocado a ênfase na boa gestão e regimes de incentivo a culturas e atividades que, no presente, são opções das explorações.</p>

Participante ID 86611 Profissão/Área de atuação Indústria Data 2025-07-18	
<p><i>Em vários momentos das sessões públicas de apresentação e discussão das propostas de PRGP, a Biond tem levantado a pergunta do momento a partir do qual o proprietário privado é obrigado a cumprir o PRGP. Assim, da leitura de se faz, parece que relativamente a eventuais normas de intervenção sobre a ocupação e utilização dos espaços florestais, os PRGPs são vinculativos para os particulares desde o momento em que entrem em vigor e comecem a produzir efeitos jurídicos, sem necessidade de serem transpostas para plano municipal, como por exemplo em PDM. Por outro lado, e considerando demais disposições, os PRGPs vinculam apenas as entidades públicas, só se tornando as respetivas normas vinculativas para os particulares após alteração ou atualização dos planos territoriais de âmbito intermunicipal e municipal, como o PDM, que com ele não sejam compatíveis.</i></p>	<p>Os PRGP enquanto programas setoriais, dirigidos aos territórios de floresta, emanam normas (diretrizes de planeamento gestão) que vinculam diretamente todas as entidades públicas, sem prejuízo da vinculação direta e imediata dos particulares relativamente à ocupação e utilização dos espaços florestais, conforme previsto no n.º 2 da artigo 7 do Decreto-Lei n.º 28 -A/2020, de 26 de junho (regime jurídico da reconversão da paisagem) na sua atual redação e nos termos do previsto no n.º3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio (regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial) na sua atual redação. Aquando da entrada em vigor dos PRGP as respetivas diretrizes de planeamento gestão produzem efeitos sobre os particulares, nos espaços florestais.</p> <p>Não tendo sido identificadas normas de incompatibilidades com os IGT, os PRGP vinculam as entidades da administração e devem orientar os particulares nas suas opções. Preconiza-se que a administração competente no âmbito dos seus atos de planeamento e gestão e controlo tenha em consideração as orientações dos PRGP, em articulação com as orientações e normas de instrumentos de planeamento setorial, especial e municipal e regulamentos específicos aplicáveis, formando decisões autónomas e tecnicamente fundamentadas, obviando a mera transposição dos mapeamentos do PRGP</p> <p>A aprovação dos PRGP não vai obrigar a alterar os PGF aprovados.</p>
Outra	

Participante ID 86611 Profissão/Área de atuação Indústria Data 2025-07-18	
<p>Destaca-se uma evolução na legislação europeia, que à data da regulamentação do Programa de Transformação da Paisagem não existia. Com a aprovação do Regulamento da Desflorestação (Regulamento (UE) 2023/1115), se Portugal reduzir significativamente a sua área de floresta para dar lugar à agricultura ou pastagem, poderá enfrentar consequências relevantes no âmbito da avaliação de risco prevista pelo mesmo. Este regulamento exige que operadores e comerciantes que colocam produtos no mercado da UE demonstrem que esses produtos não resultam de desflorestação nem de degradação florestal após 31 de dezembro de 2020.</p> <p>Se as estatísticas nacionais passarem a refletir um aumento da conversão de áreas florestais em usos agrícolas ou pastoris, Portugal poderá ser classificado como um país de risco médio ou elevado. Isso implicaria:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Mais obrigações para operadores portugueses, incluindo a necessidade de fornecer provas mais detalhadas da origem e legalidade dos produtos (como madeira, carne bovina, soja ou outros produtos abrangidos); 2) Perda de competitividade dos produtos portugueses nos mercados europeus, já que os operadores poderiam preferir produtos de países de baixo risco, com menos exigências de verificação; 3) Reputação ambiental afetada, comprometendo metas nacionais e europeias de neutralidade carbónica e conservação da biodiversidade; 4) Possível exclusão de certos mercados, caso as exigências de due diligence não sejam cumpridas ou haja suspeitas de incumprimento do regulamento. <p>Portanto, uma política que promova a substituição de floresta por agricultura ou pastagem pode colocar Portugal numa situação vulnerável, com impactos económicos, legais e ambientais significativos.</p>	<p>Não se prevê na Proposta do Programa nenhuma diminuição relevante da área de povoamentos florestais nem aumento relevante, nas áreas de agricultura ou pastagens.</p>

Participante ID 86611 Profissão/Área de atuação Indústria Data 2025-07-18	
<p>O Relatório de Ponderação apresenta diversas posições Críticas ao Eucalipto e ao Pinheiro-bravo e a Biond não pode deixar de referir e contestar as mesmas, nomeadamente: - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)</p> <p><i>“Considera-se que nas Áreas Classificadas (ZEC e AP) deve promover-se a conversão de eucaliptais e pinhais em floresta de folhosas autóctones. Nesse sentido, propõe-se a seguinte alteração à redação do Quadro 12 do Relatório de Programa (Páginas 69-71): “As florestas de ... (eucalipto ou pinheiro) são mantidas na sua maioria, devendo algumas áreas ser convertidas em floresta de folhosas autóctones, promovendo a heterogeneidade dos povoamentos, bem como ações de silvicultura preventiva e gestão da vegetação sob coberto. No termo da exploração poderão ser alvo de arborização nos termos da legislação em vigor, cumprindo os PG das ZEC1. Deverão ser tidas em consideração as medidas dos PG para os habitats protegidos” (sublinhado nosso), o que vai manifestamente além do que está previsto no Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra de São Mamede e mesmo no PROF Alentejo, naquela que é a SRH que engloba a área do e em vigor desde 2019, fez já uma análise técnica da aptidão do território, cenzarizando com os efeitos das alterações climáticas e que o eucalipto, tem boa ou média aptidão e que está na listagem das espécies prioritárias a privilegiar no grupo I.</i></p>	<p>Na Fase 4 de elaboração do PRGP SSMTN, em sede de Relatório de Ponderação dos Pareceres das Entidades, foi apresentada a seguinte ponderação a esta questão colocada pelo ICNF:</p> <p>“Na Proposta do PRGP SSMTN, para as áreas de eucaliptal, fora das ZEC, são preconizadas propostas territoriais e o Regime de Gestão do Eucalipto, conforme ponto 3.2 da parte II do Relatório do Programa, não se encontrando preconizada a conversão de eucaliptal para folhosas autóctones.</p> <p>De referir ainda que a conversão de eucaliptais em florestas de folhosas autóctones nas ZEC não integra as medidas complementares de conservação nas ZEC, nem é proposta nos regimes de proteção do Plano de Ordenamento do Parque Natural Serra de S. Mamede.”</p>
SUMÁRIO EXECUTIVO	-
Desenho da Paisagem – Fundamentação das Opções tomadas	-
Matriz de transição e valorização	-
Orientações destinadas à concretização da transformação da paisagem; Medidas / Recomendações	-
Áreas e Ações prioritárias	-
Outra	-
IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA	-
Diretrizes de Planeamento e Gestão	-

Participante

ID 86611

Profissão/Área de atuação

Indústria

Data

2025-07-18

Relativamente ao proposto nas 1.2. 1. Diretrizes de planeamento e gestão, e que ao constarem neste diploma e após aprovação do mesmo passam a vincular o proprietário privado (in página 3 – “Atendendo ao papel que desempenham no quadro de interação coordenada no sistema de gestão territorial, o PRGP SSMTN irá emanar diretrizes de planeamento e gestão que vincularão diretamente todas as entidades públicas, e direta e indiretamente os particulares, relativamente às normas sobre a ocupação e utilização dos espaços florestais, como disposto no n.º 3 do Artigo 3.º do RJGT. ” e in pagina 26 “Os PRGP estabelecem as diretrizes e normas que irão vincular diretamente todas as entidades públicas, sem prejuízo de vincularem direta e imediatamente os particulares, relativamente às normas sobre a ocupação e utilização dos espaços florestais.”) e considerando a dúvida já apresentada em capítulo distinto sobre o momento em que estas passam a estar válidas, seria de rever as mesmas no sentido de salvaguardarem a gestão ativa da floresta existente, fazendo cumprir a lei.

Conforme acima explicitado, os PRGP enquanto programas setoriais, dirigidos aos territórios de floresta, emanam normas (diretrizes de planeamento gestão) que vinculam diretamente todas as entidades públicas, sem prejuízo da vinculação direta e imediata dos particulares relativamente à ocupação e utilização dos espaços florestais, conforme previsto no n.º 2 da artigo 7 do Decreto-Lei n.º 28 -A/2020, de 26 de junho na sua atual redação e nos termos do previsto no n.º3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio na sua atual redação. Aquando da entrada em vigor dos PRGP as respetivas diretrizes de planeamento gestão produzem efeitos sobre os particulares, nos espaços florestais. Preconiza-se que a administração competente no âmbito dos seus atos de planeamento e gestão e controlo tenha em consideração as orientações dos PRGP, em articulação com as orientações e normas de instrumentos de planeamento setorial, especial e municipal e regulamentos específicos aplicáveis, formando decisões autónomas e tecnicamente fundamentadas, obviando a mera transposição dos mapeamentos do PRGP

Não tendo sido identificadas normas de incompatibilidades com os IGT, os PRGP vinculam as entidades da administração e devem orientar os particulares nas suas opções.

A aprovação dos PRGP não vai obrigar a alterar os PGF aprovados.

Programa de Execução e Governança

-

Monitorização e Avaliação de Resultados

-

Outro

-

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

-

Metodologia

-

Fatores Críticos de Decisão

-

Articulação com as opções estratégicas

-

Outro

-

Participante ID 86611 Profissão/Área de atuação Indústria Data 2025-07-18	
<p><i>Está identificado no Quadro 3 – Quadro Problema do PRGP SSMTN como Problema a “Presença de áreas de florestas de eucalipto (com uma representatividade inferior a 15% da área total de eucalipto presente na AI) em pequenas propriedades, sobretudo nas freguesias de Santana e Montalvão, com gestão inadequada e mesmo abandono, que podem potenciar os riscos de incêndio rural.”, aqui a Biond gostaria de destacar duas perspetivas:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>porquê a necessidade de frisar a espécie, quando em termos percentuais e absolutos representam áreas pouco representativas em vez de focar no abandono da gestão ativa do território; e</i> - <i>o fator essencial que é o do PRGP proteger quem vive neste território, ajudando a inverter o aumento do risco de incêndio e consequente redução de rendimento, tendo como causa primária o abandono.</i> 	<p>Esta referência decorre de informação contida em entrevista com ator local, na fase de Diagnóstico de Diagnóstico prospetivo do Programa, com a seguinte redação:</p> <p>“Na região que o Programa abrange existem significativas manchas de eucaliptais, sendo uma parte relevante destas áreas geridas pela indústria da celulose, que tem uma fábrica próxima da AI do PRGP SSMTN, e outras áreas pertencentes a pequenos proprietários. Nas entrevistas houve consenso sobre o bom estado de gestão das áreas geridas pelas empresas da indústria da celulose, em termos gerais, mas não foi revelada uma visão consensual sobre as outras áreas. Nas áreas de eucaliptais pertencentes a pequenas propriedades (especialmente em Santana e Montalvão) foi referida a existência de uma gestão inadequada ou mesmo abandono em diversos casos. Esta realidade evidencia desafios específicos na implementação de práticas de silvicultura sustentável e na articulação da gestão destes povoamentos com os objetivos de prevenção e de facilitação do combate de fogos rurais.”</p> <p>A existência de uma gestão inadequada ou mesmo abandono nas áreas referidas, foi validada em visita à AI e incluída no quadro 3 – Quadro Problema do PRGP SSMTN.</p> <p>As propostas territoriais e respetivos regimes de gestão do PRGP, no caso concreto das florestas de eucalipto (RG1, RG2 e RG4), visam melhorar as funções produtivas, incrementar a biodiversidade e contribuir para a resiliência ao fogo, mediante implementação de ações de silvicultura preventiva, têm exatamente por objetivo, ajudar a inverter esta tendência de abandono e reduzir o risco de incêndio.</p>

Participante ID 86604 Profissão/Área de atuação Administração Central e Local Data 2025-07-18	
Contributo/Sugestão da Participação	-
RELATÓRIO DO PROGRAMA	-
Diagnóstico da Situação Territorial	-
Metodologia	-
Participação pública e envolvimento dos atores locais	-
Desenho da Paisagem	-
Matriz de Transição	-
Regime de fogo	-
Áreas e Ações prioritárias	-

Participante ID 86604 Profissão/Área de atuação Administração Central e Local Data 2025-07-18	
<p>No decorrer da elaboração do PRGP SSMTN, e apesar dos pareceres anteriores solicitados a este município, é no âmbito da Discussão Pública que se pretende participar com outros contributos consubstanciados no seguinte descritivo:</p> <p><i>I. Enquadramento</i></p> <p>O Despacho n.º 4035/2024 de 12 de abril determina a elaboração do PRGP SSMTN, que se desenvolve por 5 fases, tendo o município de Nisa sido chamado a se pronunciar a partir da 2.ª fase.</p> <p>Sendo a participação pública uma primordial preocupação no desenvolvimento dos PRGP, têm decorrido Sessões Públicas de esclarecimento e debate, às quais o nosso município se tem associado, uma primeira a 30.05.2025 e uma segunda a 07.07.2025. No decorrer da primeira Sessão chegou-se ao consenso de que o limite das duas APGA apresentadas inicialmente, gerava dúvidas e discordância, quer na localização quer na configuração, tendo-se desde logo, dado indicação de duas áreas a considerar e que a equipa executante do Programa já introduziu nos documentos para Discussão Pública.</p> <p>Ainda no âmbito dessa primeira Sessão, ficou assente proceder-se a uma análise e estudo para redefinição das APGA, em trabalho conjunto entre o Município de Nisa e o ICNF, tendo-se desde logo agendado reuniões setoriais. Por se tratar de um trabalho a requerer a definição de uma metodologia, uma análise minuciosa do território e uma correta integração no terreno, não seria possível concluir uma nova proposta de APGA até à data limite do parecer da 3.ª Fase, pelo que se propôs apresentar a proposta já em período de Discussão Pública (4.ª Fase).</p> <p>Nesse sentido, decorreu a 20.06.2025, uma primeira reunião setorial entre técnicos do ICNF e do Município de Nisa, onde se definiu a metodologia de trabalho. Começou-se pela indicação de três pontos de maior incidência de abertura e propagação de incêndios no concelho de Nisa, tendo em conta o conhecimento empírico do território, para os quais se esboçaram as correspondentes 3 áreas de base que deram origem às APGA a propor.</p>	<p>Dada a discordância manifestada face à proposta de delimitação das APGA propostas pela equipa técnica, foram integradas no PRGP as propostas apresentadas pelo ICNF em conjunto com o Município de Nisa, de acordo com a metodologia definida, bem como com as respetivas justificações definidas por estas mesmas entidades.</p>

Participante ID 86604 Profissão/Área de atuação Administração Central e Local Data 2025-07-18	
<p><i>II. Análise</i></p> <p><i>As Áreas Integradas de Gestão de Paisagem (AIGP) definem um modelo de gestão agrupada dirigido a contextos de microterritórios específicos, operacionalizado através de OIGP (Operações Integradas de Gestão da Paisagem), com o objetivo de aumentar a dimensão das áreas (florestal e agrícola) geridas, de modo a alcançar uma maior resiliência aos fogos rurais e maior valorização do capital natural.</i></p> <p><i>Para este PRGP, não foram estabelecidas quaisquer AIGP, contudo, destas ainda fazem parte as Áreas Piloto de Gestão Agregada (APGA), embora com um caráter de menor formalidade face a características e requisitos específicos, continuam a ser áreas estratégicas para a promoção de iniciativas de reordenamento e gestão da paisagem. Assim, a equipa produtora do Programa propõe a criação de duas áreas, de mera localização indicativa, tendo a sua delimitação assentado num conjunto de pressupostos técnicos pouco (ou nada) explícitos, que apenas se subentendem através da indicação das características dessas áreas. Ou seja, aparentemente os pressupostos seriam: 1) integrar pelo menos um aglomerado urbano; 2) integrar linhas de água; 3) áreas ocupadas por florestas de eucaliptos ou de sobreiros, pastagens e matos.</i></p>	<p>Os pressupostos técnicos que tiveram por base a proposta de delimitação das APGA apresentadas, encontravam-se presentes tanto no Relatório do Programa como no Sumário Executivo (de acordo com a versão disponível na fase de Discussão Pública), pressupostos esses que são expressamente mantidos pela autarquia, conforme é referido no ponto 6. desta participação, onde é referido que “(...) as pretensões continuam, basicamente, a ser as mesmas definidas pela equipa de projeto”.</p> <p>A localização das APGA apresentadas foram sempre, em todos os PRGP produzidos, propostas com carácter indicativo, uma vez que a sua concretização ficará sempre dependente do dinamismo apresentado pelas entidades relevantes na gestão do território.</p> <p>Em virtude da detalhada proposta apresentada admite-se que o ICNF e o município de Nisa se encontram em condições para virem a dinamizar estas áreas-piloto.</p>
<p><i>Independentemente da metodologia utilizada pela equipa de projeto, não se concordou com as 2 APGA apresentadas inicialmente, não só pela falta de definição concreta de critérios, como pela localização em si das áreas, ambas completamente a contornar as Zonas Especiais de Conservação (ZEC) de forma a não as integrar, parecendo ser esse um dos critérios, apesar de não referido.</i></p>	<p>Conforme referido anteriormente, os pressupostos técnicos subjacentes às APGA propostas foram apresentados em sede própria, tendo os mesmos sido comunicados nas sessões públicas que ocorreram ao longo do processo.</p> <p>A proposta inicial de não incluir áreas da ZEC Nisa/Lage da Prata e ZEC São Mamede, prende-se com o facto de, no âmbito das propostas territoriais formuladas de acordo com o cenário adotado (cenário de transição positiva), as mesmas não possuírem financiamento direto nestas áreas. A oportunidade que se pretendia criar com a proposta das APGA fora das áreas de ZEC, devia-se particularmente ao facto de se poder concentrar em áreas com potencial financiamento enquadrado diretamente no programa de execução do PRGP, as ações que se consideravam mais relevantes para os objetivos do Programa.</p>
<p><i>Contudo, a principal motivação de discordância com essas áreas, está relacionada com a sua localização, que não se considera uma boa estratégia tendo em conta a pretensão geral do Programa “ (...) antecipar a relevância da definição de referenciais específicos, para a transformação da paisagem em cada território a planejar, com a identificação de áreas e ações prioritárias, que visam direcionar o investimento público e privado no sentido de acelerar a redução da vulnerabilidade aos fogos rurais e de impulsionar novas atividades económicas para robustecimento da economia rural (...)”</i></p>	<p>Dada a discordância manifestada face à proposta de delimitação das APGA propostas pela equipa técnica, foram integradas no PRGP SSMTN as propostas apresentadas pelo ICNF em conjunto com o Município de Nisa, de acordo com a metodologia definida, bem como com as respetivas justificações definidas por estas mesmas entidades.</p>

Participante ID 86604 Profissão/Área de atuação Administração Central e Local Data 2025-07-18	
Identificam-se na realidade territorial (e histórica) do concelho, áreas com maior vulnerabilidade aos incêndios do que aquelas apresentadas inicialmente, pelo que se encetou um trabalho de análise e definição de parâmetros de forma a desenvolver uma proposta de APGA que tenha melhor enquadramento no território e nos objetivos do Programa.	-
i. Metodologia e Critérios Como se referiu atrás, para a criação das APGA, aparentemente a preocupação foi de integrar bacias hidrográficas de ribeiras (Rib.ª de Palhais, Rib.ª de Alferreira e Rib.ª de St.º António de Arez, que por sinal, são altamente sazonais e de fraca representatividade no território concelhio) e áreas de florestas, pastagens e matos, com o objetivo de promover a instalação e valorização das galerias ripícolas, constituir mosaicos de gestão silvo-pastoril, com áreas abertas que privilegiem o pastoreio e a gestão cinegética, bem como a promoção das funções produtivas das florestas de eucalipto e de proteção/conservação das florestas de sobreiro. Contudo, considera-se de maior conveniência, dadas as características do território, assentar em objetivos de resiliência aos grandes incêndios e à gestão de combustível, considerando por exemplo as áreas de maior perigosidade e risco de incêndio associadas a históricos pontos de abertura do fogo e às características geomorfológicas do território.	-
Assim, partiu-se do pressuposto de estabelecer os critérios de base para a delimitação das APGA, considerando-se os seguintes:	-
1. Pontos problemáticos de abertura de incêndios – foram identificados, conjuntamente com o ICNF, os locais que, devido às suas características fisiográficas, permitiram a transmissão do fogo entre concelhos e mesmo em relação ao país vizinho;	-
2. Áreas Prioritárias de Prevenção e Segurança (APPS) – foram definidas áreas com reconhecido interesse na proteção contra incêndios florestais e correspondem a territórios onde a suscetibilidade a incêndio rural é particularmente elevada. São ainda áreas onde o fogo tem presença regular e com potencial para elevada severidade, sendo prioritária a implementação de medidas que reduzam a sua frequência e comportamento potencial;	-
3. Ocupação do solo – foram sobretudo, consideradas as ocupações por matos e florestas mal geridas, tanto de eucaliptos, como de sobreiros, pinheiros e azinheiras, tendo como referência a shapefile PRGPSSMTN_SITUACAO_REFERENCIA.shp (fornecida pela equipa produtora) com enfoque no campo OC_Atual. A escolha das referidas ocupações não invalida a integração de outras, como Agricultura e Pastagens;	-

Participante ID 86604 Profissão/Área de atuação Administração Central e Local Data 2025-07-18	
4. Declives – seguiu-se como referência os territórios com declives mais acentuados, superiores a 16%, uma vez que é reconhecidamente um dos fatores de maior influência na propagação e progressão dos incêndios. A maior ou menor inclinação de uma encosta tem influência determinante na propagação dos incêndios, uma vez que, quanto mais inclinada for maior é o efeito das colunas de convecção que aquecem a vegetação acima do incêndio, aumentando a velocidade de propagação no sentido ascendente;	-
5. Outros pontos de interesse – considerou-se pertinente a observação de pontos de interesse, que podem ser de várias dimensões/natureza, nomeadamente, paisagísticos, turísticos, naturais (fauna e flora) ou mesmo económicos;	-
6. Referências físicas – a preocupação em ter uma delimitação de APGA colada à realidade do território, e que permita uma fácil identificação no terreno, levou a adotar várias referências de limite, como caminhos, muros e faixas de gestão de combustível visíveis como as das Linhas Elétricas. Em situações de ausência de referência no terreno, valeu a referência do cadastro rústico e a delimitação da ocupação do solo supracitada.	-
ii. Propostas de APGA Definida a metodologia e os critérios a adotar, seguiu-se com a identificação dos pontos de abertura de incêndios, que deram origem aos maiores fogos ocorridos no Concelho de Nisa, tendo-se identificado três pontos fundamentais:	-

Participante

ID 86604

Profissão/Área de atuação

Administração Central e Local

Data

2025-07-18

A. APGA Ribeira de Figueiró – As características do relevo nesta zona, com vales bastante encaixados e declives acima dos 16%, favorecendo o fenómeno da convecção natural (fluxo ascendente de ar devido a um incêndio) foi uma das principais motivações para a escolha deste ponto. Outro aspeto muito importante da topografia tem a ver com as linhas de água existentes, sobretudo porque no encontro de duas encostas com vales apertados e declives acentuados, como acontece nesta ligação do Ocreza com o Tejo, aumenta consideravelmente a perigosidade de ocorrerem incêndios.

Além destas características fisiográficas, refira-se o histórico de passagem dos maiores incêndios decorridos em Nisa, que tiveram origem nos concelhos vizinhos a norte do Tejo, como aconteceu nos anos de 2003 e 2017.

De mencionar ainda, que nesta área o relevo muito sinuoso com acentuados meandros em linhas de água, como é o caso dos vales encaixados na Ribeira do Figueiró, exemplifica bem os locais que dão origem ao fenómeno designado por chaminé, onde a vegetação é mais densa e, geralmente, a progressão ascendente do incêndio é reforçada pela configuração do terreno muito perigosa e pelas condições extremas de propagação que provoca.

Relativamente à perigosidade, as APPS definidas no âmbito do Programa Sub-regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PSA), foram utilizadas como base de referência, com enfoque nas áreas de tipologia B e C, com fator de Perigosidade 4 e 5 (correspondentes às classes “alta” e “muito alta”). Assim, num exercício de análise espacial, que assenta na interceção dos critérios APPS, declives e ocupação do solo, foi estabelecida a APGA Ribeira de Figueiró, com 2104 ha.

A preocupação com as linhas de água, dada a sua vegetação ripícola e morfologia, foi uma constante neste procedimento, de forma que é um ponto em comum nas 4 APGA propostas, tendo-se neste caso integrado a Ribeira de Figueiró, uma das mais importantes no Concelho, que faz fronteira de Nisa (a sul) com Castelo de Vide, sendo de considerável valor paisagístico e de grande representatividade, por atravessar todo o Concelho rumo ao Tejo. Além desta ribeira há ainda outros pontos de interesse nesta APGA que importa referir: o PR1 - Trilho das Jans e o seu complemento o PR11 - Trilho da Barca d'Amieira, com passadiços, miradouros e ponte suspensa; o Muro de Sirga na margem sul do Tejo, a Ponte Medieval sobre a Ribeira de Figueiró classificada desde 1961 como Imóvel de Interesse Público; o antigo edifício do Complexo Turístico do Rio Tejo – Fratel e o bairro/estaleiro da época da construção da Barragem do Fratel, que podem vir a despertar interesse e valor turístico para a região.

Participante

ID 86604

Profissão/Área de atuação

Administração Central e Local

Data

2025-07-18

B. APGA Portas de Ródão – Da mesma forma que no caso anterior, este teve como referência as características do relevo, com vales bastante encaixados e declives acima dos 16%, sobretudo na crista quartzítica das Portas de Ródão e na Ribeira de Fivenro. Neste caso a maior perigosidade está no encontro de duas encostas com vales apertados, como é evidente o maior estreito que o Tejo sofre, nas Portas de Ródão, com grande probabilidade de abertura de incêndios, existindo aliás exemplos dessas ocorrências em anos anteriores (2003 e 2017).

No que toca a linhas de água esta APGA tem como protagonista, além do Rio Tejo, um outro afluente, a Ribeira de Fivenro, onde o relevo é sinuoso com vários meandros, podendo ocorrer o já referido fenómeno designado por chaminé, embora estas encostas e vales não sejam tão acentuadas como na Ribeira de Figueiró, mas ainda assim poderá haver uma progressão favorável do incêndio, decorrente de outros fatores coadjuvantes.

Relativamente à perigosidade, as APPS utilizadas como base de referência para esta APGA, foram sobretudo as áreas de tipologia A e C, com fator de Perigosidade 4 e 5, que no exercício de análise espacial atrás referido, foram conjugadas com os declives e a ocupação do solo, dando origem à APGA Portas de Ródão, com 4313 ha.

No que se refere a outros pontos de interesse, esta talvez seja a APGA mais rica do Concelho de Nisa, sobretudo ao nível paisagístico e natural. Destaque central, desde logo, para os elementos geológicos que dão grande substância ao Geoparque – Naturtejo da Meseta Meridional, como é o caso das Portas de Ródão e do Conhal, para além de serem parte integrante do Monumento Natural das Portas de Ródão, classificado desde 2009 (Decreto Regulamentar nº 7/2009, de 20 de maio). São ainda fundamentais para a avifauna, pelo que integram a Zona Importante para as Aves (IBA) Portas de Rodão e Vale Mourão, em cerca de 420 ha.

Outro elemento de destaque na paisagem natural desta APGA, é a presença de vastas áreas de raros e valiosos socalcos construídos em xisto, que importa proteger e preservar, bem como das azenhas que se encontram ao longo da Ribeira de Fivenro.

Numa perspetiva da importância económica nesta APGA, identificam-se pelo menos dois focos: i) turísticos, desde alojamentos de TER até à restauração associada à pesca no rio e aos 5 percursos pedestres que aí ocorrem (PR4 - Trilhos do Conhal; PR5 - À descoberta de S. Miguel; PR6 - Rota dos Açudes; PR9 - Trilho da Mina de Ouro do Conhal; GR40 - Caminho Interior Português de Santiago); ii) produtivos, com toda a vertente de floresta de produção (eucalipto, pinheiro, sobreiro e algum olival) sobretudo na Serra de S. Miguel, e a vertente do mel com importantes níveis de produção e a existência de muitos muros apiárias, que além do uso poderão ainda ter valor histórico e turístico, pelo que a sua preservação é de considerar.

Participante

ID 86604

Profissão/Área de atuação

Administração Central e Local

Data

2025-07-18

C. APGA Ribeira de S. João

Como no caso do ponto A correspondente à APGA Ribeira de Figueiró, as características do relevo no ponto C são semelhantes, com vales bastante encaixados e declives acima dos 16%. Mais um caso em que o fenómeno de convecção natural, devido à confluência de duas linhas de água - Ribeira de S. João a desaguar no Rio Sever - faz aumentar consideravelmente a progressão dos incêndios, tornando-se num importante ponto de acesso que não deve ser descurado.

Além dessa situação, temos nesta área outra vez representado o fenómeno de chaminé, dado o relevo muito sinuoso com acentuados meandros em linhas de água e vegetação muito densa, a contribuir para uma progressão ascendente do incêndio, associada à extrema dificuldade de combate às chamas.

No histórico de incêndios com passagem neste ponto destaca-se o incêndio de grandes proporções que aconteceu em 2014, que afetou os dois concelhos vizinhos e Espanha. Quanto à perigosidade de incêndio, as APPS consideradas como base de referência, assentaram nas áreas de tipologia B e C, com fator de Perigosidade 4 e 5, que em análise com os critérios de declives e de ocupação do solo, deu origem à APGA Ribeira de S. João, com 1010,8 ha no Concelho de Nisa, mas que terá continuidade no Concelho de Castelo de Vide, no seguimento do trabalho conjunto desenvolvido com o ICNF.

Relativamente a outros pontos de interesse, no que se reporta ao Concelho de Nisa, há a mencionar valores paisagístico e naturais, que se enquadram no PR8 - Trilhos do Moinho Branco e valores económicos, como é o caso das florestas de sobreiro, azinheira e eucalipto a necessitarem de gestão, e o caso das Zonas de Caça Turística (ZCT Herdade do Vale da Figueira com uma pequena parte em Nisa) a necessitar de uma especial e cuidada gestão, por estar em ZEC (Sítio de S. Mamede).

Participante ID 86604 Profissão/Área de atuação Administração Central e Local Data 2025-07-18	
<p><i>D. APGA Póvoa e Meadas</i></p> <p><i>As três anteriores APGA propostas tiveram como fator comum, serem pontos problemáticos de abertura de incêndios, terem APPS de maior perigosidade e declives mais acentuados, porém, esta não decorre da mesma metodologia. Foi considerada pela preocupação e necessidade de valorização da Ribeira de Nisa, em dois pontos fulcrais, a Barragem do Poio no Concelho de Nisa e a Barragem de Póvoa e Meadas no Concelho de Castelo de Vide. Estas duas barragens são referência importante para APGA na medida em que carecem de gestão específica, não só por estarem em ZEC, mas por terem grande necessidade de controlo de infestantes e invasoras, que podem por em causa a qualidade da água para abastecimento à população, como é o caso da Barragem de Póvoa e Meadas.</i></p> <p><i>A ocupação do solo nesta APGA foi um fator importante, onde além de prevalecerem os matos, é muito rica no que se refere a floresta/montado de azinheira e de carvalhos, que no lado de Nisa se observa a norte da estrada do Patalou, próximo ao afluente da Ribeira de Nisa que faz o limite dos dois concelhos. De salientar a particularidade da ocorrência de montados de carvalho-negral, que são considerados uma formação raríssima a nível nacional.</i></p>	-
<p><i>III. Conclusão</i></p> <p><i>1. No desenvolvimento e acompanhamento dos trabalhos do PRGP SSMTN, encontra-se a decorrer o período de Discussão Pública até dia 18 do presente mês. Entretanto, têm ocorrido Sessões Públicas de esclarecimento e debate, mas desde logo na primeira, ficou clara a discordância com as APGA apresentadas pela equipa de projeto, quer por parte do Município de Nisa, quer por outras entidades, nomeadamente o ICNF.</i></p> <p><i>2. A referida discordância baseava-se na localização pouco explícita das APGA e desfasada da realidade e reais carências do território. Para além de assentar em 2 ribeiras sazonais e de fraca representatividade (Rib.ª de Palhais, Rib.ª de Alferreira e Rib.ª de St.º António de Arez) o objetivo central seria o de promover a valorização das galerias ripícolas, constituir mosaicos de gestão silvo-pastoril e incutir funções produtivas das florestas de eucalipto e de proteção/conservação das florestas de sobreiro. Contudo, e apesar desses objetivos não descuráveis, considera-se de maior conveniência, dadas as características do território, assentar em objetivos de resiliência aos grandes incêndios e à gestão de combustível.</i></p>	-

Participante

ID 86604

Profissão/Área de atuação

Administração Central e Local

Data

2025-07-18

3. Neste pressuposto, estabeleceu-se apresentar novas propostas de APGA, mediante trabalho conjunto entre o Município de Nisa e o ICNF, tendo-se iniciado com a definição de 6 critérios de base, que foram os seguintes:
- a. Pontos problemáticos de abertura de incêndios – locais que, devido às suas características fisiográficas, são facilitadores da propagação do fogo;
 - b. Áreas Prioritárias de Prevenção e Segurança (APPS) – são as áreas onde o fogo tem presença regular e com potencial para elevada severidade, sendo prioritária a implementação de medidas que reduzam a sua frequência e comportamento potencial;
 - c. Ocupação do solo – foi dada a primazia às ocupações por matos e florestas mal geridas, tanto de eucaliptos, como de sobreiros, pinheiros e azinheiras, não invalidando a integração de outras, como Agricultura e Pastagens;
 - d. Declives – foram referência os territórios com declives mais acentuados, superiores a 16%, uma vez que é reconhecidamente um dos fatores de maior influência na propagação e progressão dos incêndios;
 - e. Outros pontos de interesse – considerou-se pertinente a observação de pontos de interesse a vários níveis, como paisagísticos, turísticos, naturais ou mesmo económicos;
 - f. Referências físicas – no sentido de facilitar a identificação das APGA no terreno, adotaram-se várias referências de limite, como caminhos, ou outras faixas de gestão de combustível. Em situações de ausência de referência no terreno, o apoio foi o cadastro rústico.
4. Definida a metodologia e os critérios a adotar, procedeu-se à identificação dos pontos de abertura de incêndios, que deram origem aos maiores fogos ocorridos no Concelho de Nisa, tendo-se identificado três pontos fundamentais: A – Foz do Rio Ocreza e Ribeira de Figueiró; B – Portas de Ródão e C – Foz da Ribeira de S. João.
5. Esses três pontos deram origem às: APGA Ribeira de Figueiró com 2104 ha; APGA Portas de Ródão com 4313 ha e APGA Ribeira de S. João com cerca de 1731 ha na totalidade, dos quais 1010,8 ha no Concelho de Nisa. Porém, foi criada uma outra APGA que não seguiu a mesma metodologia, a APGA Póvoa e Meadas que foi considerada devido à preocupação e necessidade de valorização da Ribeira de Nisa, em dois pontos fulcrais, a Barragem do Poio com a parte oeste no Concelho de Nisa e a Barragem de Póvoa e Meadas no Concelho de Castelo de Vide, por carecem de gestão específica ao estarem em ZEC e apresentarem grande necessidade de controlo de infestantes e invasoras. Esta última APGA proposta, conta com cerca de 2362 ha na totalidade, dos quais apenas 541 ha no Concelho de Nisa.

Participante ID 86604 Profissão/Área de atuação Administração Central e Local Data 2025-07-18	
<p>6. Por fim, há a referir que as pretensões para estas APGA continuam, basicamente, a ser as mesmas definidas pela equipa de projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Instalação e valorização das galerias ripícolas nas principais linhas de água; ▪ Constituição de mosaicos de gestão silvo-pastoril, com áreas abertas que privilegie o pastoreio, como forma de controlo de biomassa e diminuição da suscetibilidade aos fogos rurais, bem como a gestão cinegética; ▪ Gestão sustentável de matos (incluindo em AEGC), com aplicação de técnicas de gestão de combustível combinadas; ▪ Manutenção e promoção das funções produtivas das florestas de eucalipto, através de práticas de gestão e utilização de estações com boa aptidão produtiva e obtenção de adicionalidade na provisão de serviços dos ecossistemas, no âmbito da regulação hidrológica, conservação do solo, e biodiversidade; ▪ Manutenção das funções produtivas e de proteção/conservação das florestas de sobreiro. <p>Com base nos pressupostos, esta Autarquia contribui, no âmbito da Discussão Pública do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra de S. Mamede e Terras de Nisa, com a redefinição das Áreas Piloto de Gestão Agregada, discutidas e desenvolvidas em parceria com o ICNF.</p>	<p>Dada a discordância manifestada face à proposta de delimitação das APGA apresentadas pela equipa técnica, foram integradas no PRGP SSMTN as propostas apresentadas pelo ICNF em conjunto com o Município de Nisa, de acordo com a metodologia definida, bem como com as respetivas justificações explicitadas por estas mesmas entidades.</p>
Outra	-
SUMÁRIO EXECUTIVO	-
Desenho da Paisagem – Fundamentação das Opções tomadas	-
Matriz de transição e valorização	-
Orientações destinadas à concretização da transformação da paisagem; Medidas / Recomendações	-
Áreas e Ações prioritárias	-
Outra	-
IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA	-
Diretrizes de Planeamento e Gestão	-

Participante ID 86604 Profissão/Área de atuação Administração Central e Local Data 2025-07-18

Programa de Execução e Governança	-
Monitorização e Avaliação de Resultados	-
Outro	-
NA	-
AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL	-
Metodologia	-
Fatores Críticos de Decisão	-
Articulação com as opções estratégicas	-
Outro	-
NA	-

Participante ID 86576 Profissão/Área de atuação Administração Central e Local Data 2025-07-18	
Contributo/Sugestão da Participação	-
RELATÓRIO DO PROGRAMA	-
Diagnóstico da Situação Territorial	-
Metodologia	-
Participação pública e envolvimento dos atores locais	-
Desenho da Paisagem	-
Matriz de Transição	-
Regime de fogo	-
Áreas e Ações prioritárias	-
<p><i>Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra de S. Mamede e Terras de Nisa (PRGP SSMTN) - Proposta de Alteração de Áreas Piloto de Gestão Agregada (APGA)</i></p> <p><i>I. Introdução</i></p> <p><i>O concelho de Castelo de Vide localiza-se no nordeste alentejano, integrado no distrito de Portalegre, em pleno Parque Natural da Serra de São Mamede (PNSSM). Destaca-se pelo seu relevo acidentado, com colinas e vales profundamente encaixados, e uma paisagem marcada pela riqueza natural e pela diversidade de espécies autóctones. O município é limitado a norte e oeste por Nisa, a sul pelo Crato e Portalegre, a este por Marvão e a nordeste por Espanha, e apresenta uma área de cerca de 265 km². Composto por quatro freguesias – Nossa Senhora da Graça de Póvoa e Meadas, Santa Maria da Devesa, Santiago Maior e São João Baptista, embora apenas três destas se encontram abrangidas pelo PRGP SSMTN, o concelho tem cerca de 3 121 habitantes (2021). A ocupação do solo é dominada por áreas rurais, com relevo para usos agrícolas, florestais e espaços naturais protegidos inseridos no PNSSM. Predominam os povoamentos de espécies autóctones, matos e zonas de pastagem, com fragmentos urbanos centrados nas localidades principais (Castelo de Vide e Póvoa e Meadas).</i></p>	

Participante ID 86576 Profissão/Área de atuação Administração Central e Local Data 2025-07-18	
<p><i>O PRGP SSMTN representa uma iniciativa crucial para promover a resiliência das comunidades rurais face aos incêndios rurais e às alterações climáticas. Este projeto reveste-se de especial importância para o concelho de Castelo de Vide na média em que propõe transformar a paisagem, adotando medidas inovadoras de gestão dos espaços florestais e agrícolas, através da promoção da gestão agregada de pequenas propriedades, da valorização do capital natural e da dinamização de atividades económicas sustentáveis baseadas nos recursos endógenos do território.</i></p> <p><i>A gestão dos espaços rurais tem como objetivo de sustentabilidade o aumento da resiliência do território aos incêndios rurais e a outros riscos no quadro das mudanças climáticas. Um dos objetivos operacionais do PRGP SSMTN é o de aumentar a área com gestão agregada de pequenas propriedades, preferencialmente através de entidades e organizações coletivas, potenciando o aumento da produtividade e da rentabilidade dos ativos florestais e a melhoria do ordenamento e conservação dos espaços rurais.</i></p> <p><i>As Áreas de Intervenção Prioritária integram, no contexto dos PRGP, as Áreas Integradas de Gestão de Paisagem (AIGP). Estas visam aumentar a dimensão da área florestal e agrícola gerida de modo a alcançar uma escala que promova a resiliência aos fogos rurais e a valorização do capital natural. No que respeita a AIGP, na AI do PRGP SSMTN não está integrada nenhuma AIGP constituída.</i></p> <p><i>Além das AIGP, também integram as designadas Áreas de Intervenção Prioritária, as Áreas Piloto de Gestão Agregada (APGA) que, apresentando um carácter de menor formalidade face a características e requisitos específicos das suas áreas de intervenção, constituem áreas estratégicas para a promoção de iniciativas de reordenamento e gestão da paisagem, atendendo às opções de gestão e transformação propostas nos PRGP. A dinamização e implementação destas ações nas APGA, ficarão a cargo de entidades organizadas, com iniciativa e capacidade de gestão, presentes no território. A proposta do PRGP SSMTN inclui a criação de três APGA.</i></p>	-

Participante ID 86576 Profissão/Área de atuação Administração Central e Local Data 2025-07-18	
<p><i>II. Enquadramento</i></p> <p><i>A proposta do PRGP SSMTN, agora em discussão pública, inclui a criação de três APGA. No decorrer da primeira Sessão Pública de esclarecimento, realizada no passado dia 30.05.2025 na Câmara Municipal de Castelo de Vide, chegou-se ao consenso de que o limite das APGA apresentadas gerava dúvidas e discordância, quer na localização quer na configuração.</i></p> <p><i>Foi ainda definido, na referida sessão pública de esclarecimento, que iria proceder-se a uma análise/estudo para redefinição das APGA, trabalho esse que seria desenvolvido pelos técnicos do ICNF e do Município de Nisa.</i></p> <p><i>Tratando-se de um trabalho a requerer a definição de uma metodologia e de uma análise minuciosa à escala local, realizou-se uma reunião setorial entre os técnicos do ICNF e do Município de Nisa, onde foi definida a metodologia a seguir na identificação de potenciais áreas de APGA a apresentar em sede de discussão pública.</i></p>	<p>Dada a discordância manifestada face à proposta de delimitação das APGA apresentadas pela equipa técnica, foram integradas no PRGP SSMTN as propostas apresentadas pelo ICNF em conjunto com o Município de Nisa, de acordo com a metodologia definida, bem como com as respetivas justificações explicitadas por estas mesmas entidades.</p>
<p><i>III. Metodologia e Critérios</i></p> <p><i>Considerou-se de maior conveniência, dadas as características do território, assentar a metodologia a seguir, em objetivos de resiliência aos grandes incêndios, à gestão de combustível e à valorização de povoamentos de espécies autóctones com maior resiliência à passagem dos Incêndios rurais (IR).</i></p> <p><i>Assim, partiu-se do pressuposto de estabelecer os critérios de base para a delimitação das APGA, considerando-se os seguintes:</i></p> <ol style="list-style-type: none"> <i>1. Pontos problemáticos de entrada dos grandes incêndios – foram identificados, conjuntamente com o ICNF, os locais que, devido às suas características fisiográficas e histórico, se consideram caminhos preferenciais de progressão dos IR na área do PRGP SSMTN ou na sua envolvente;</i> <i>2. Áreas Prioritárias de Prevenção e Segurança (APPS) – Foi dada especial atenção às áreas inseridas em APPS, uma vez que se trata de áreas que foram identificadas como apresentando grande suscetibilidade e probabilidade de ocorrência de IR e com potencial para que os mesmos possam atingir níveis elevados de severidade, considerando-se prioritário a implementação, nesta áreas, de medidas que possam minimizar a suscetibilidade e a probabilidade do território aos IR, bem como em caso de ocorrência dos mesmos, reduzir a sua severidade;</i> 	-

Participante

ID 86576

Profissão/Área de atuação

Administração Central e Local

Data

2025-07-18

3. *Ocupação do solo – foram sobretudo, consideradas as ocupações por matos e florestas não geridas, ou com gestão manifestamente deficitária, tanto de eucaliptais, como de Quercíneas spp e de áreas de pinhal, tendo como referência a shapefile PRGPSSMTN_SITUACAO_REFERENCIA.shp (fornecida pela equipa produtora). A escolha das referidas ocupações não invalida a integração de outras ocupações do solo, distintas das aqui identificadas;*
4. *Declives – seguiu-se como referência os territórios com declives mais acentuados, uma vez que é reconhecidamente um dos fatores de maior influência na propagação e progressão dos incêndios. A maior ou menor inclinação de uma encosta tem influência determinante na propagação dos incêndios, uma vez que, quanto maior o declive de uma encosta, maior será o efeito das colunas de convecção que aquecem a vegetação acima do incêndio, aumentando a velocidade de propagação no sentido ascendente;*
5. *Outros pontos de interesse – considerou-se pertinente a observação de pontos de interesse, que podem ser de várias dimensões/natureza, nomeadamente, paisagísticos, turísticos, naturais (fauna e flora) ou mesmo económicos;*
6. *Referências físicas – a preocupação em ter uma delimitação de APGA colada à realidade do território, e que permita uma fácil identificação no terreno, levou a adotar várias referências de limites, tais como a rede viária ou as linhas de água. Em situações de ausência de referência no terreno, valeu a referência dos limites presentes no cadastro rústico.*

-

Participante

ID 86576

Profissão/Área de atuação

Administração Central e Local

Data

2025-07-18

IV. Propostas de novas Áreas Piloto de Gestão Agregada

a. APGA da Ribeira do Figueiró

A APGA da Ribeira do Figueiró situa-se na sua totalidade no concelho de Nisa, mais concretamente na União de Freguesias de Arez e Amieira do tejo apresentando uma área total de 2104ha.

As características do relevo nesta zona, com vales bastante encaixados e declives acima dos 16%, favorecendo o fenómeno da convecção natural (fluxo ascendente de ar devido a um incêndio), foram as principais motivações para a identificação desta área potencial de APGA. Também a presença de variadas linhas de água naquele território e a confluência entre si, são uma preocupação acrescida em caso de IR, pela capacidade que estas apresentam não só de impulsionarem a propagação do IR, como de originar a abertura do mesmo, originando várias frentes de fogo, a consequente necessidade de reposicionamento dos meios e o acréscimo das dificuldades de supressão.

Trata-se de uma área que além da conjugação das suas caraterísticas fisiográficas com a ocupação do solo que apresenta, já de si uma combinação bastante problemática em caso de ocorrência de IR no local, apresenta ainda um histórico significativo de entrada de IR no concelho de Nisa, provenientes dos concelhos vizinhos, como são exemplo o verificado nos anos de 2013 e de 2017.

No respeitante à perigosidade de incêndio rural e consequentemente às áreas inseridas em APPS, refere o nº 3 do art.º 41º do decreto-lei 82/2021, de 13 de outubro, na sua atual redação, “A perigosidade de incêndio Rural identifica territórios onde os incêndios são mais prováveis e podem ser mais severos, orientando as intervenções de redução de carga combustível e o condicionamento ao incremento de valor em áreas onde a sua exposição implique perdas com elevada probabilidade”.

Ao nível da Perigosidade de IR, parte significativa da área inserida nesta APGA, insere-se nos níveis 4 e 5 de perigosidade (Classe Alta e Muito Alta).

No que se refere à ocupação do solo, na área da presente APGA, predominam as áreas ocupadas com Matos, floresta de eucaliptos e SAF de Sobreiros.

Participante ID 86576 Profissão/Área de atuação Administração Central e Local Data 2025-07-18	
<p><i>b. APGA das Portas de Ródão</i></p> <p>A APGA das Portas de Rodão situa-se na sua totalidade no concelho de Nisa, mais concretamente na União de Freguesias do Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e São Simão, na Freguesia de Montalvão e na Freguesia de Santana, apresentando uma área total de 4313ha. Tal como na APGA da Ribeira do Figueiró, também aqui as características do relevo, com vales bastante encaixados e declives acima dos 16%, que favorecem o fenómeno da convecção natural (fluxo ascendente de ar devido a um incêndio), foram as principais motivações para a identificação desta área potencial de APGA.</p> <p>A presença de variadas linhas de água naquele território e a confluência entre si são uma preocupação acrescida em caso de IR, pela capacidade que estas apresentam não só de impulsionarem a propagação do IR, como de originar abertura do mesmo, originando várias frentes de fogo, a consequente necessidade de reposicionamento dos meios e o acréscimo das dificuldades de supressão desses IR.</p> <p>Trata-se de uma área que além da conjugação das suas caraterísticas fisiográficas com a ocupação do solo que apresenta, já de si uma combinação bastante problemática em caso de ocorrência de IR no local, apresenta ainda um histórico significativo de entrada de IR no concelho de Nisa, provenientes do concelho vizinho de Vila Velha de Rodão.</p> <p>De realçar ainda, que na área da presente APGA está inserida a área do Monumento Natural das Portas de Rodão, classificado desde 2009 (decreto regulamentar n.º 7/2009, de 20 de maio), área de especial interesse de conservação e proteção. Integra ainda, parcialmente, a Zona Importante para Aves (IBA) das Portas de Rodão e Vale Mourão.</p> <p>No respeitante à perigosidade de incêndio rural e consequentemente às áreas inseridas em APPS, refere o nº 3 do art.º 41º do decreto-lei 82/2021, de 13 de outubro, na sua atual redação, “A perigosidade de incêndio Rural identifica territórios onde os incêndios são mais prováveis e podem ser mais severos, orientando as intervenções de redução de carga combustível e o condicionamento ao incremento de valor em áreas onde a sua exposição implique perdas com elevada probabilidade”.</p> <p>Ao nível da Perigosidade de IR, parte significativa da área inserida nesta APGA, insere-se nos níveis 4 e 5 de perigosidade (Classe Alta e Muito Alta).</p> <p>No que se refere à ocupação do solo, na área da presente APGA, predominam as áreas ocupadas com Matos e com florestas de eucaliptos e pinheiro bravo.</p>	-

Participante ID 86576 Profissão/Área de atuação Administração Central e Local Data 2025-07-18	
<p><i>c. APGA Ribeira de S. João</i></p> <p><i>A APGA da Ribeira de São João situa-se nos concelhos de Nisa e de Castelo de Vide, mais concretamente na Freguesia de Montalvão (concelho de Nisa) e na Freguesia de Nossa Senhora da Graça de Póvoa e Meadas (concelho de Castelo de Vide), apresentando uma área total de 1731ha.</i></p> <p><i>Também nesta APGA, as características do relevo, com vales bastante encaixados e declives acima dos 16%, que favorecem o fenómeno da convecção natural (fluxo ascendente de ar devido a um incêndio), foram as principais motivações para a identificação desta área potencial de APGA. A presença de variadas linhas de água naquele território, com principal destaque para a confluência da ribeira de São João com o Rio Sever, representam uma preocupação acrescida em caso de IR, pela mesma razão apresentada para as APGA anteriores, ou seja a sua capacidade de, não só impulsionarem a propagação do IR, mas também de originar a abertura do mesmo, originando várias frentes de fogo, a consequente necessidade de reposicionamento dos meios e o acréscimo das dificuldades de supressão desses IR.</i></p> <p><i>Trata-se de uma área que além da conjugação das suas caraterísticas fisiográficas com a ocupação do solo que apresenta, já de si uma combinação bastante problemática em caso de ocorrência de IR no local, apresenta ainda um histórico significativo de caminho preferencial de propagação de IR e de passagem dos mesmos entre os concelhos de Nisa e Castelo de Vide e até mesmo para Espanha, como são exemplo os IR verificados nos anos de 2005 e de 2014. No respeitante à perigosidade de incêndio rural e consequentemente às áreas inseridas em APPS, refere o n.º 3 do art.º 41º do decreto-lei 82/2021, de 13 de outubro, na sua atual redação, “A perigosidade de incêndio Rural identifica territórios onde os incêndios são mais prováveis e podem ser mais severos, orientando as intervenções de redução de carga combustível e o condicionamento ao incremento de valor em áreas onde a sua exposição implique perdas com elevada probabilidade”.</i></p> <p><i>Ao nível da Perigosidade de IR, parte significativa da área inserida nesta APGA, insere-se nos níveis 4 e 5 de perigosidade (Classe Alta e Muito Alta).</i></p> <p><i>No que se refere à ocupação do solo, na área da presente APGA, predominam as áreas ocupadas com Matos e com florestas de eucaliptos e de azinheiras.</i></p>	-

Participante

ID 86576

Profissão/Área de atuação

Administração Central e Local

Data

2025-07-18

d. APGA de Póvoa e Meadas

Localizada ao redor da Albufeira de Póvoa e Meadas, em zona de grande afluência de usuários do espelho de água da referida albufeira, abrange território no concelho de Castelo de Vide (freguesias de N. S. da Graça de Póvoa e Meadas, Santiago Maior e São João Batista) e no concelho de Nisa (União de Freguesias de Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e São Simão), num total de 2362ha.

As três anteriores APGA propostas tiveram como ponto de partida o facto de serem pontos problemáticos de abertura de incêndios, de terem APPS de maior perigosidade e declives mais acentuados, ou um histórico significativo de IR na sua área.

A presente APGA, não sendo uma área com elevado histórico de incêndios de grandes dimensões, ou não apresentando um relevo potencialmente tão problemático como as APGA apresentadas anteriormente, apresenta, ainda assim, um potencial significativo para que estes possam vir a ocorrer, essencialmente devido à ausência de gestão em parte significativa da APGA, a qual é potenciada pela elevada presença humana no período estival, mas também pelos difíceis acessos para os meios de combate terrestres, fruto da deficitária rede viária existente em boa parte da sua área de abrangência.

Também a necessidade de valorização da Ribeira de Nisa, em dois pontos fulcrais, com são a Barragem do Poio no Concelho de Nisa e na Barragem de Póvoa e Meadas no Concelho de Castelo de Vide, foram determinantes para a identificação da presente área de APGA. Ao nível do relevo, a área abrangida apresenta grande variabilidade, apresentando declives elevados nas margens de parte dos espelhos de águas, das Barragens do Poio e de Póvoa e Meadas, e principalmente nas margens da Ribeira de Nisa, com especial incidência a jusante da Barragem de Póvoa e Meadas, na sua ligação à Barragem do Poio, os quais contrapõem com os declives pouco acentuados da restante área.

No respeitante à perigosidade de incêndio rural e consequentemente às áreas inseridas em APPS, refere o nº 3 do art.º 41º do decreto-lei 82/2021, de 13 de outubro, na sua atual redação, “A perigosidade de incêndio Rural identifica territórios onde os incêndios são mais prováveis e podem ser mais severos, orientando as intervenções de redução de carga combustível e o condicionamento ao incremento de valor em áreas onde a sua exposição implique perdas com elevada probabilidade”.

Participante

ID 86576

Profissão/Área de atuação

Administração Central e Local

Data

2025-07-18

As áreas de Perigosidade de IR, mais significativas (Classes Alta e Muito Alta), localizam-se de forma mais vincada na área envolvente da Albufeira de Póvoa e Meadas, e no extremo Sul e Noroeste da APGA.

No que se refere à ocupação do solo, na área da presente APGA, predominam as áreas ocupadas com Quercíneas (com destaque para o *Quercus pyrenaica*), matos e eucaliptal, com gestão deficiente ou até mesmo com ausência total de gestão. Na área inserida na presente proposta de APGA, e principalmente nas margens das Barragens do Poio e de Póvoa e Meadas, mas também nas margens da Ribeira de São João, encontramos ainda áreas significativas de Invasoras lenhosas do género *Acácia*, as quais urge eliminar e reconverter para vegetação ripícola autóctone.

V. Conclusão

A apresentação das presentes propostas de APGA prendem-se essencialmente com o facto de se considerar que estas vão de forma mais assertiva ao encontro das necessidades do território do PRGP SSMTN, não só naquilo que diz diretamente respeito ao necessário aumento da resiliência do território à ocorrência e passagem de incêndios rurais, mas também naquilo que são a salvaguarda dos valores ambientais presentes no território.

A implementação e redefinição das Áreas Piloto de Gestão Agregada em Castelo de Vide reveste-se de particular relevância para o concelho, não só por reforçar a prevenção e a resiliência face aos incêndios rurais, mas também por promover uma gestão integrada e sustentável do território. Estas áreas permitem articular esforços entre proprietários, entidades locais e organismos públicos, potenciando a valorização dos recursos florestais e agrícolas, incentivando a coesão social e económica e criando oportunidades para a dinamização do setor rural. Para um concelho com significativa riqueza ambiental e patrimonial, como Castelo de Vide, a adoção deste modelo de gestão integrada constitui uma oportunidade estratégica para inverter o abandono dos terrenos e fomentar a proteção ativa da paisagem e da biodiversidade, beneficiando a comunidade local e a sociedade em geral.

Solicita-se, por isso, que estas propostas sejam cuidadosamente analisadas e consideradas para inclusão no futuro programa, assegurando-se que Castelo de Vide beneficia das ferramentas mais inovadoras e eficazes de ordenamento do território, fator determinante para a proteção da biodiversidade, a valorização económica e a melhoria da qualidade de vida da sua população.

Outra**SUMÁRIO EXECUTIVO****Desenho da Paisagem – Fundamentação das Opções tomadas**

Dada a discordância manifestada face à proposta de delimitação das APGA apresentadas pela equipa técnica, foram integradas no PRGP SSMTN as propostas apresentadas pelo ICNF em conjunto com o Município de Nisa, de acordo com a metodologia definida, bem como com as respetivas justificações explicitadas por estas mesmas entidades.

Participante ID 86576 Profissão/Área de atuação Administração Central e Local Data 2025-07-18	
Matriz de transição e valorização	-
Orientações destinadas à concretização da transformação da paisagem; Medidas / Recomendações	-
Áreas e Ações prioritárias	-
Outra	-
IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA	-
Diretrizes de Planejamento e Gestão	-
Programa de Execução e Governança	-
Monitorização e Avaliação de Resultados	-
Igual ao comentário apresentado no ponto Áreas e Ações prioritárias do RELATÓRIO DO PROGRAMA	
Outro	-
AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL	-
Metodologia	-
Fatores Críticos de Decisão	-
Articulação com as opções estratégicas	-
Igual ao comentário apresentado no ponto Áreas e Ações prioritárias do RELATÓRIO DO PROGRAMA	
Outro	-

Participante ID 86305 Profissão/Área de atuação Desporto Data 2025-07-12	
Contributo/Sugestão da Participação	-
RELATÓRIO DO PROGRAMA	-
Diagnóstico da Situação Territorial	-
Venho aqui deixar o meu comentário acerca desde programa, existe e devido a agricultura em Portugal devido aos governos anteriores e atuais um abandono ao mundo rural onde as florestas não têm encabeçamento para ovinos ou caprinos por parte do IFAP o que acontece e que ficam terras florestadas abandonadas sem uso de pastoreio, este programa pelo que li não tem objetivos claros nem possível sucesso muito pelo contrário. Obrigado	Foi tomada nota do comentário apresentado.
Metodologia	-
Participação pública e envolvimento dos atores locais	-
Desenho da Paisagem	-
Matriz de Transição	-
Regime de fogo	-
Áreas e Ações prioritárias	-
Outra	-
SUMÁRIO EXECUTIVO	-
Desenho da Paisagem – Fundamentação das Opções tomadas	-
Matriz de transição e valorização	-
Orientações destinadas à concretização da transformação da paisagem; Medidas / Recomendações	-
Áreas e Ações prioritárias	-
Outra	-

Participante ID 86305 Profissão/Área de atuação Desporto Data 2025-07-12	
IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA	-
Diretrizes de Planeamento e Gestão	-
Igual ao comentário apresentado no ponto Diagnóstico da Situação Territorial do RELATÓRIO DO PROGRAMA	-
Programa de Execução e Governança	-
Monitorização e Avaliação de Resultados	-
Outro	-
AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL	-
Metodologia	-
Fatores Críticos de Decisão	-
Articulação com as opções estratégicas	-
Outro	-
Igual ao comentário apresentado no ponto Diagnóstico da Situação Territorial do RELATÓRIO DO PROGRAMA	-

Participante ID 85840 Profissão/Área de atuação Comércio e Serviços Data 2025-07-07	
Contributo/Sugestão da Participação	-
RELATÓRIO DO PROGRAMA	-
Diagnóstico da Situação Territorial	-
Metodologia	-
Participação pública e envolvimento dos atores locais	-
Desenho da Paisagem	-
Matriz de Transição	-
Regime de fogo	-
Áreas e Ações prioritárias	-
Outra <p><i>Boa noite, em opinião construtiva, e em resumo, julgo que a grande prevenção deverá ser feita no sentido de incentivar os proprietários conforme o projeto piloto lançado pelo fundo ambiental em forma tentada de limpeza dos terrenos com valores mais razoáveis! Os caminhos em parcerias com o ICNF, uma vez que possuem máquina para abertura de caminhos intransitáveis, deverá ser ativada e os caminhos poderiam que estar transitáveis! A limpeza junto ao rio xevora conforme à muitos atrás merecia ser revista! Encontra-se tudo cheio de silvas...</i></p> <p><i>Criar mosaicos em zonas de difícil acesso!</i></p> <p><i>Existe uma grande lacuna num possível incêndio, para o acesso à água. Em acessos a viaturas pesadas para os carros de combate a incêndios, deveriam ser criados estrategicamente caminhos ao rio xevora. Existindo água o ano todo na referida ribeira um autotanque deverá poder ter acesso e voltar facilmente! Neste momento na zona junto à Espanha, não conheço acesso nenhum! A charca existente na serra de São Mamede-carvalho neste momento não tem água para o helicóptero. Na serra limítrofe em Chola, os espanhóis possuem 3 ou 4 tanques prontos para uma ocasião inesperada. Numa visita aos mesmos é bonito ver a prontidão que poderão ter numa ocorrência!</i></p>	Foi tomada nota dos comentários apresentados.
SUMÁRIO EXECUTIVO	-

Participante ID 85840 Profissão/Área de atuação Comércio e Serviços Data 2025-07-07	
Desenho da Paisagem – Fundamentação das Opções tomadas	-
Matriz de transição e valorização	-
Orientações destinadas à concretização da transformação da paisagem; Medidas / Recomendações	-
Áreas e Ações prioritárias	-
Outra	-
IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA	-
Diretrizes de Planejamento e Gestão	-
Igual ao comentário apresentado no ponto Outro do RELATÓRIO DO PROGRAMA	-
Programa de Execução e Governança	-
Monitorização e Avaliação de Resultados	-
Outro	-
AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL	-
Metodologia	-
Fatores Críticos de Decisão	-
Articulação com as opções estratégicas	-
Outro	-
Igual ao comentário apresentado no ponto Outro do RELATÓRIO DO PROGRAMA	-

Participante ID 85803 Profissão/Área de atuação Agricultura e Pescas Data 2025-07-06	
Contributo/Sugestão da Participação	-
RELATÓRIO DO PROGRAMA	-
Diagnóstico da Situação Territorial	-
Metodologia	-
Participação pública e envolvimento dos atores locais	-
Desenho da Paisagem	-
Matriz de Transição	-
Regime de fogo	-
Áreas e Ações prioritárias	-
Outra	-
<p><i>Venho expressar o profundo protesto e indignação face à contínua destruição das Zonas Especiais de Conservação (ZEC) em território português, áreas protegidas ao abrigo da Rede Natura 2000 e fundamentais para a preservação da biodiversidade e do equilíbrio ecológico do nosso país.</i></p> <p><i>Estas zonas não são apenas reservas de espécies únicas e habitats sensíveis; representam um compromisso nacional e europeu com a sustentabilidade, a proteção ambiental e a luta contra as alterações climáticas. Infelizmente, temos assistido à sua degradação por via de projetos de construção, exploração agrícola intensiva, instalação de infraestruturas, e falta de fiscalização adequada.</i></p> <p><i>A destruição destas áreas não é apenas um atentado ao património natural português, mas também uma violação dos compromissos ambientais assumidos por Portugal perante a União Europeia. A perda de biodiversidade e a fragmentação de ecossistemas trarão consequências graves a médio e longo prazo, tanto para o ambiente como para a saúde e o bem-estar das populações locais.</i></p>	<p>A Proposta do PRGP SSMTN não propõe qualquer iniciativa que promova destruição nas áreas das ZEC São Mamede e ZEC Nisa/ / Lage da Prata e tem como principais objetivos a redução da vulnerabilidade do território aos fogos rurais, a valorização da aptidão dos solos e a melhoria dos serviços prestados pelos ecossistemas e o aumento do valor do território e dinamização da economia local.</p> <p>Esclarece-se, conforme ponto 3.2 Propostas Territoriais e Regimes de Gestão da Parte II- Desenho da Paisagem Proposto do Relatório do Programa do PRGP SSMTN que:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ A aplicação das Propostas Territoriais tem em consideração a existência das ZEC São Mamede e ZEC Nisa/Laje da Prata, sendo que as mesmas se aplicam fora destas, à exceção das áreas da RPFGC e das OAEGC definidas no âmbito do PRGP, em conformidade com o cenário de transição positiva; ▪ Nas áreas integradas nas ZEC e não integradas nas áreas da RPFGC e das OAEGC definidas, poderão aplicar-se o mesmo tipo de propostas definidas para as áreas fora das ZEC, sendo que as mesmas deverão ser enquadradas nas medidas dos Planos de Gestão das ZEC e nos regimes de gestão do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra de São Mamede.

Participante

ID 85803

Profissão/Área de atuação

Agricultura e Pescas

Data

2025-07-06

O futuro ambiental do nosso país está nas vossas mãos. Como cidadãos conscientes e preocupados, recusamos aceitar passivamente a destruição silenciosa do que é de todos nós. Pedimos que estas preocupações sejam tidas em consideração e que haja uma ação rápida, firme e coerente em defesa da natureza e das gerações futuras.

Assim, o Decreto-Lei n.º 4/2025, que permite com ligeireza que a alteração do uso e ocupação atual do solo e modificação do coberto vegetal seja possível nas Zonas Especiais de Conservação (ZEC), é absolutamente contra os interesses dos Portugueses e futuros Portugueses. Repudiam-se os atuais planos de alteração do uso do solo para a ZEC de São Mamede e outras ZECs em território português.

Os documentos fornecidos são insuficientes e incompletos: não permitem uma avaliação correta da situação, pelo que não é possível considerar que esta seja uma consulta pública isenta e genuinamente interessada na participação dos cidadãos.

Exige-se assim:

- A suspensão imediata de quaisquer projetos com impacto negativo nas ZEC;
- A revisão rigorosa dos procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental;
- A fiscalização efetiva e transparente das atividades desenvolvidas dentro das áreas protegidas;
- O reforço da proteção legal e a valorização das Zonas Especiais de Conservação no

SUMÁRIO EXECUTIVO

Desenho da Paisagem – Fundamentação das Opções tomadas

Matriz de transição e valorização

Orientações destinadas à concretização da transformação da paisagem; Medidas / Recomendações

Áreas e Ações prioritárias

Outra

IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

Diretrizes de Planeamento e Gestão

Igual ao comentário apresentado no ponto Outra do RELATÓRIO DO PROGRAMA

Participante ID 85803 Profissão/Área de atuação Agricultura e Pescas Data 2025-07-06	
Programa de Execução e Governança	-
Monitorização e Avaliação de Resultados	-
Outro	-
AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL	-
Metodologia	-
Fatores Críticos de Decisão	-
Articulação com as opções estratégicas	-
Outro	-
Igual ao comentário apresentado no ponto Outra do RELATÓRIO DO PROGRAMA	-

Participante

ID 85800

Profissão/Área de atuação

Indústria

Data

2025-07-06

Contributo/Sugestão da Participação

-

RELATÓRIO DO PROGRAMA

-

Diagnóstico da Situação Territorial

-

Vimos por este meio expressar o nosso profundo protesto e indignação face à contínua destruição das Zonas Especiais de Conservação (ZEC) em território português, áreas protegidas ao abrigo da Rede Natura 2000 e fundamentais para a preservação da biodiversidade e do equilíbrio ecológico do nosso país.

Estas zonas não são apenas reservas de espécies únicas e habitats sensíveis; representam um compromisso nacional e europeu com a sustentabilidade, a proteção ambiental e a luta contra as alterações climáticas. Infelizmente, temos assistido à sua degradação por via de projetos de construção, exploração agrícola intensiva, instalação de infraestruturas, e falta de fiscalização adequada.

A destruição destas áreas não é apenas um atentado ao património natural português, mas também uma violação dos compromissos ambientais assumidos por Portugal perante a União Europeia. A perda de biodiversidade e a fragmentação de ecossistemas trarão consequências graves a médio e longo prazo, tanto para o ambiente como para a saúde e o bem-estar das populações locais.

O futuro ambiental do nosso país está nas vossas mãos. Como cidadãos conscientes e preocupados, recusamos aceitar passivamente a destruição silenciosa do que é de todos nós. Pedimos que estas preocupações sejam tidas em consideração e que haja uma ação rápida, firme e coerente em defesa da natureza e das gerações futuras.

A Proposta do PRGP SSMTN não propõe qualquer iniciativa que promova destruição nas áreas das ZEC São Mamede e ZEC Nisa/ / Lage da Prata e tem como principais objetivos a redução da vulnerabilidade do território aos fogos rurais, a valorização da aptidão dos solos e a melhoria dos serviços prestados pelos ecossistemas e o aumento do valor do território e dinamização da economia local.

Esclarece-se, conforme ponto 3.2 Propostas Territoriais e Regimes de Gestão da Parte II- Desenho da Paisagem Proposto do Relatório do Programa do PRGP SSMTN que:

- A aplicação das Propostas Territoriais tem em consideração a existência das ZEC São Mamede e ZEC Nisa/Laje da Prata, sendo que as mesmas se aplicam fora destas, à exceção das áreas da RPFGC e das OAEGC definidas no âmbito do PRGP, em conformidade com o cenário de transição positiva;
- Nas áreas integradas nas ZEC e não integradas nas áreas da RPFGC e das OAEGC definidas, poderão aplicar-se o mesmo tipo de propostas definidas para as áreas fora das ZEC, sendo que as mesmas deverão ser enquadradas nas medidas dos Planos de Gestão das ZEC e nos regimes de gestão do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra de São Mamede.

Metodologia

-

Participação pública e envolvimento dos atores locais

-

Desenho da Paisagem

-

Matriz de Transição

-

Regime de fogo

-

Áreas e Ações prioritárias

-

Participante ID 85800 Profissão/Área de atuação Indústria Data 2025-07-06	
Outra	-
SUMÁRIO EXECUTIVO	-
Desenho da Paisagem – Fundamentação das Opções tomadas	-
Matriz de transição e valorização	-
Orientações destinadas à concretização da transformação da paisagem; Medidas / Recomendações	-
Áreas e Ações prioritárias	-
Outra	-
IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA	-
Diretrizes de Planeamento e Gestão	-
Programa de Execução e Governança	-
Monitorização e Avaliação de Resultados	-
Outro	-

Participante

ID 85800

Profissão/Área de atuação

Indústria

Data

2025-07-06

O Decreto-Lei n.º 4/2025, que permite com ligeireza que a alteração do uso e ocupação atual do solo e modificação do coberto vegetal seja possível nas Zonas Especiais de Conservação (ZEC), é absolutamente contra os interesses dos Portugueses e futuros Portugueses. Repudiam-se os atuais planos de alteração do uso do solo para a ZEC de São Mamede e outras ZECs em território português.

Os documentos fornecidos são insuficientes e incompletos: não permitem uma avaliação correta da situação, pelo que não é possível considerar que esta seja uma consulta pública isenta e genuinamente interessada na participação dos cidadãos.

Exige-se assim:

- A suspensão imediata de quaisquer projetos com impacto negativo nas ZEC;
- A revisão rigorosa dos procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental;
- A fiscalização efetiva e transparente das atividades desenvolvidas dentro das áreas protegidas;
- O reforço da proteção legal e a valorização das Zonas Especiais de Conservação no planeamento territorial;
- O cumprimento rigoroso da legislação europeia.

A Proposta do PRGP SSMTN não propõe qualquer iniciativa que promova destruição nas áreas das ZEC São Mamede e ZEC Nisa/ / Lage da Prata e tem como principais objetivos a redução da vulnerabilidade do território aos fogos rurais, a valorização da aptidão dos solos e a melhoria dos serviços prestados pelos ecossistemas e o aumento do valor do território e dinamização da economia local.

Esclarece-se, conforme ponto 3.2 Propostas Territoriais e Regimes de Gestão da Parte II- Desenho da Paisagem Proposto do Relatório do Programa do PRGP SSMTN que:

- A aplicação das Propostas Territoriais tem em consideração a existência das ZEC São Mamede e ZEC Nisa/Laje da Prata, sendo que as mesmas se aplicam fora destas, à exceção das áreas da RPFGC e das OAEGC definidas no âmbito do PRGP, em conformidade com o cenário de transição positiva;
- Nas áreas integradas nas ZEC e não integradas nas áreas da RPFGC e das OAEGC definidas, poderão aplicar-se o mesmo tipo de propostas definidas para as áreas fora das ZEC, sendo que as mesmas deverão ser enquadradas nas medidas dos Planos de Gestão das ZEC e nos regimes de gestão do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra de São Mamede.

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL

-

Metodologia

-

Fatores Críticos de Decisão

-

Igual ao comentário apresentado no ponto Diagnóstico da Situação Territorial do RELATÓRIO DO PROGRAMA e no ponto Outro da IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

-

Articulação com as opções estratégicas

-

Outro

-

Participante ID 85772 Profissão/Área de atuação Agricultura e Pescas Data 2025-07-05	
Contributo/Sugestão da Participação	-
RELATÓRIO DO PROGRAMA	-
Diagnóstico da Situação Territorial	-
Metodologia	-
Participação pública e envolvimento dos atores locais	-
<p><i>Exmos venho aqui expressar o meu descontentamento em relação a alteração da paisagem que aqui esta bem explicito nos documentos, em primeiro lugar trata se de area zona especial de conservacao rede natura 2000.</i></p> <p><i>A area em questao abriga varios habitats de variadas especies com suscetibilidade de extinção tais como os abibes cinzerao falcoes, poupa, cucos cotovias entre outras,. tem se vindo a decadas devalorizar o mundo rural terras que deixarem de ser pastoreadas por cabras e ovelhas ou seja aumentando o risco de incendio por mao criminosa... sou contra a qualquer tipo de alteração ao patrimonio natural da nossa regioa!</i></p>	<p>A Proposta do PRGP SSMTN não propõe qualquer iniciativa que promova a alteração da paisagem pondo em risco o estatuto de conservação nas áreas das ZEC São Mamede e ZEC Nisa/ / Lage da Prata e tem como principais objetivos a redução da vulnerabilidade do território aos fogos rurais, a valorização da aptidão dos solos e a melhoria dos serviços prestados pelos ecossistemas e o aumento do valor do território e dinamização da economia local.</p> <p>Esclarece-se, conforme ponto 3.2 Propostas Territoriais e Regimes de Gestão da Parte II- Desenho da Paisagem Proposto do Relatório do Programa do PRGP SSMTN que:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ A aplicação das Propostas Territoriais tem em consideração a existência das ZEC São Mamede e ZEC Nisa/Laje da Prata, sendo que as mesmas se aplicam fora destas, à exceção das áreas da RPFGC e das OAEGC definidas no âmbito do PRGP, em conformidade com o cenário de transição positiva; ▪ Nas áreas integradas nas ZEC e não integradas nas áreas da RPFGC e das OAEGC definidas, poderão aplicar-se o mesmo tipo de propostas definidas para as áreas fora das ZEC, sendo que as mesmas deverão ser enquadradas nas medidas dos Planos de Gestão das ZEC e nos regimes de gestão do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra de São Mamede.
Desenho da Paisagem	-
Matriz de Transição	-
Regime de fogo	-
Áreas e Ações prioritárias	-
Outra	-
SUMÁRIO EXECUTIVO	-

Participante ID 85772 Profissão/Área de atuação Agricultura e Pescas Data 2025-07-05	
Desenho da Paisagem – Fundamentação das Opções tomadas	-
Matriz de transição e valorização	-
Orientações destinadas à concretização da transformação da paisagem; Medidas / Recomendações	-
Áreas e Ações prioritárias	-
Outra	-
IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA	-
Diretrizes de Planeamento e Gestão	-
Programa de Execução e Governança	-
Monitorização e Avaliação de Resultados	-
Igual ao comentário apresentado no ponto Participação pública e envolvimento dos atores locais do RELATÓRIO DO PROGRAMA	-
Outro	-
AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL	-
Metodologia	-
Fatores Críticos de Decisão	-
Igual ao comentário apresentado no ponto Participação pública e envolvimento dos atores locais do RELATÓRIO DO PROGRAMA	-
Articulação com as opções estratégicas	-
Outro	-

Participante ID 85770 Profissão/Área de atuação Agricultura e Pescas Data 2025-07-04	
Contributo/Sugestão da Participação	-
RELATÓRIO DO PROGRAMA	-
Diagnóstico da Situação Territorial	-
Metodologia	-
Participação pública e envolvimento dos atores locais	-
Desenho da Paisagem	-
Matriz de Transição	-
Regime de fogo	-
Áreas e Ações prioritárias	-
Outra	-
<i>Um relatório que ignora a legislação e as acções permitidas em zona de protecção. Recursos a naturais de todos, ecossistemas únicos, a saque.</i>	Foi tomada nota do comentário.
SUMÁRIO EXECUTIVO	-
Desenho da Paisagem – Fundamentação das Opções tomadas	-
Matriz de transição e valorização	-
Orientações destinadas à concretização da transformação da paisagem; Medidas / Recomendações	-
Áreas e Ações prioritárias	-
Outra	-
IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA	-
Diretrizes de Planeamento e Gestão	-

Participante ID 85770 Profissão/Área de atuação Agricultura e Pescas Data 2025-07-04	
<i>Reitero. Uma iniciativa que devia dar vergonha e que a ser executada ficará como uma nódoa mais no território - pior ainda por um outlet construído em zona natura 2000. Num cenário de alterações climáticas graves, apostamos por destruir, com recurso a planos de ordenamento do território com mais anos do que muitos dos votantes do governo. Tenham vergonha</i>	Foi tomada nota do comentário.
Programa de Execução e Governança	-
Monitorização e Avaliação de Resultados	-
Outro	-
AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL	-
Metodologia	-
Fatores Críticos de Decisão	-
Articulação com as opções estratégicas	-
Outro	-
<i>Vamos lutar até ao fim por proteger o que é de todos</i>	Foi tomada nota do comentário.

Participante ID 85769 Profissão/Área de atuação Comunicação Social Data 2025-07-04	
Contributo/Sugestão da Participação	-
RELATÓRIO DO PROGRAMA	-
Diagnóstico da Situação Territorial	-
Metodologia	-
Participação pública e envolvimento dos atores locais	-
Desenho da Paisagem	-
<i>Enquanto cidadão empenhado no futuro climático, na sustentabilidade dos nossos territórios e na defesa da biodiversidade em Portugal, venho manifestar a minha oposição às orientações propostas no Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP) da Serra de São Mamede.</i> <i>1. Incompatibilidade com os compromissos climáticos nacionais</i> <i>O PRGP prevê transformações que, em vez de salvaguardarem ecossistemas naturais, incentivam a artificialização do território e modelos de exploração florestal ou agroflorestal de retorno rápido. Esta abordagem contraria os compromissos assumidos por Portugal no âmbito do Acordo de Paris e da Estratégia Europeia para a Biodiversidade 2030, que exigem a proteção de habitats, a recuperação de ecossistemas degradados e o reforço da resiliência natural face às alterações climáticas.</i> <i>2. Privatização da paisagem e fragilidade fundiária</i> <i>Num país onde mais de 90 % da terra é privada, programas desta natureza tendem a canalizar subsídios para grandes proprietários, em detrimento do interesse público. Sem garantias sólidas de proteção da biodiversidade e de participação efetiva da sociedade civil, corre-se o risco de perpetuar a concentração fundiária e excluir pequenos proprietários e comunidades locais, cujas práticas sustentáveis são frequentemente ignoradas.</i>	-

Participante ID 85769 Profissão/Área de atuação Comunicação Social Data 2025-07-04	
<p>3. <i>Destruição de habitats naturais</i></p> <p><i>A simplificação da paisagem — seja por monoculturas, faixas corta-fogo excessivas ou outras formas de “gestão ativa” — elimina mosaicos naturais cruciais para a fauna e flora autóctones. Sob o pretexto de aumentar a “resiliência ao fogo”, podem ser suprimidos matos, carvalhais e galerias ripícolas, precisamente os habitats mais ricos em biodiversidade e com maior capacidade de retenção de humidade e menor inflamabilidade.</i></p> <p>4. <i>Biodiversidade como aliada na adaptação climática</i></p> <p><i>A ciência tem demonstrado que a biodiversidade é essencial para a regulação dos ecossistemas, sequestro de carbono, conservação da água e mitigação de fenómenos extremos. A homogeneização da paisagem provoca o efeito inverso: perda de serviços ecossistémicos, maior vulnerabilidade à seca e aos fogos e degradação dos solos.</i></p> <p>5. <i>Necessidade de transparência e avaliação ambiental rigorosa</i></p> <p><i>Programas desta escala devem ser sujeitos a Avaliação Ambiental Estratégica independente, contemplando cenários alternativos baseados na conservação da natureza. Devem ainda apresentar indicadores concretos de impacto, designadamente:</i></p> <p><i>Quantos hectares de habitats naturais serão afetados?</i></p> <p><i>Qual será o efeito sobre espécies protegidas e corredores ecológicos?</i></p> <p><i>Que mecanismos de monitorização existem para aferir, a longo prazo, a eficácia das medidas propostas?</i></p> <p><i>Sem responder de forma clara a estas questões, o PRGP da Serra de São Mamede constitui um risco para o património natural, social e climático do território. Por isso, rejeito as soluções atualmente apresentadas e exijo uma reformulação centrada na proteção dos ecossistemas, na participação das comunidades locais e no cumprimento dos compromissos nacionais e europeus de conservação e clima.</i></p>	<p>A Proposta do PRGP SSMTN não propõe qualquer iniciativa que promova incompatibilidade com os compromissos climáticos nacionais assumidos, a privatização da paisagem e a fragilidade fundiária, a destruição de habitats naturais ou da biodiversidade como são as preocupações elencadas, nas áreas das ZEC São Mamede e ZEC Nisa/ / Lage da Prata. O presente Programa tem como principais objetivos a redução da vulnerabilidade do território aos fogos rurais, a valorização da aptidão dos solos e a melhoria dos serviços prestados pelos ecossistemas e o aumento do valor do território e dinamização da economia local.</p> <p>Esclarece-se ainda que, conforme ponto 3.2 Propostas Territoriais e Regimes de Gestão da Parte II- Desenho da Paisagem Proposto do Relatório do Programa do PRGP SSMTN:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ A aplicação das Propostas Territoriais tem em consideração a existência das ZEC São Mamede e ZEC Nisa/Laje da Prata, sendo que as mesmas se aplicam fora destas, à exceção das áreas da RPFGC e das OAEGC definidas no âmbito do PRGP, em conformidade com o cenário de transição positiva; ▪ Nas áreas integradas nas ZEC e não integradas nas áreas da RPFGC e das OAEGC definidas, poderão aplicar-se o mesmo tipo de propostas definidas para as áreas fora das ZEC, sendo que as mesmas deverão ser enquadradas nas medidas dos Planos de Gestão das ZEC e nos regimes de gestão do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra de São Mamede.
Matriz de Transição	-
Regime de fogo	-
Áreas e Ações prioritárias	-
Outra	-
SUMÁRIO EXECUTIVO	-

Participante ID 85769 Profissão/Área de atuação Comunicação Social Data 2025-07-04	
Desenho da Paisagem – Fundamentação das Opções tomadas	-
Matriz de transição e valorização	-
Orientações destinadas à concretização da transformação da paisagem; Medidas / Recomendações	-
Áreas e Ações prioritárias	-
Outra	-
IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA	-
Diretrizes de Planejamento e Gestão	-
Programa de Execução e Governança	-
Monitorização e Avaliação de Resultados	-
Outro	-
<i>Ver comentário anterior</i>	
AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL	-
Metodologia	-
Fatores Críticos de Decisão	-
<i>Ver primeiro comentário</i>	
Articulação com as opções estratégicas	-
Outro	-

Participante ID 85768 Profissão/Área de atuação Administração Central e Local Data 2025-07-04	
Contributo/Sugestão da Participação	-
RELATÓRIO DO PROGRAMA	-
Diagnóstico da Situação Territorial	-
<p><i>Vimos por este meio expressar o nosso profundo protesto e indignação face à contínua destruição das Zonas Especiais de Conservação (ZEC) em território português, áreas protegidas ao abrigo da Rede Natura 2000 e fundamentais para a preservação da biodiversidade e do equilíbrio ecológico do nosso país.</i></p> <p><i>Estas zonas não são apenas reservas de espécies únicas e habitats sensíveis; representam um compromisso nacional e europeu com a sustentabilidade, a proteção ambiental e a luta contra as alterações climáticas. Infelizmente, temos assistido à sua degradação por via de projetos de construção, exploração agrícola intensiva, instalação de infraestruturas, e falta de fiscalização adequada.</i></p> <p><i>A destruição destas áreas não é apenas um atentado ao património natural português, mas também uma violação dos compromissos ambientais assumidos por Portugal perante a União Europeia. A perda de biodiversidade e a fragmentação de ecossistemas trarão consequências graves a médio e longo prazo, tanto para o ambiente como para a saúde e o bem-estar das populações locais.</i></p> <p><i>O futuro ambiental do nosso país está nas vossas mãos. Como cidadãos conscientes e preocupados, recusamos aceitar passivamente a destruição silenciosa do que é de todos nós. Pedimos que estas preocupações sejam tidas em consideração e que haja uma ação rápida, firme e coerente em defesa da natureza e das gerações futuras.</i></p> <p><i>Assim, o Decreto-Lei n.º 4/2025, que permite com ligeireza que a alteração do uso e ocupação atual do solo e modificação do coberto vegetal seja possível nas Zonas Especiais de Conservação (ZEC), é absolutamente contra os interesses dos Portugueses e futuros Portugueses. Repudiam-se os atuais planos de alteração do uso do solo para a ZEC de São Mamede e outras ZECs em território português.</i></p>	<p>A Proposta do PRGP SSMTN não propõe qualquer iniciativa que promova destruição nas áreas das ZEC São Mamede e ZEC Nisa/ / Lage da Prata e tem como principais objetivos a redução da vulnerabilidade do território aos fogos rurais, a valorização da aptidão dos solos e a melhoria dos serviços prestados pelos ecossistemas e o aumento do valor do território e dinamização da economia local.</p> <p>Esclarece-se, conforme ponto 3.2 Propostas Territoriais e Regimes de Gestão da Parte II- Desenho da Paisagem Proposto do Relatório do Programa do PRGP SSMTN que:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ A aplicação das Propostas Territoriais tem em consideração a existência das ZEC São Mamede e ZEC Nisa/Laje da Prata, sendo que as mesmas se aplicam fora destas, à exceção das áreas da RPFGC e das OAEGC definidas no âmbito do PRGP, em conformidade com o cenário de transição positiva;▪ Nas áreas integradas nas ZEC e não integradas nas áreas da RPFGC e das OAEGC definidas, poderão aplicar-se o mesmo tipo de propostas definidas para as áreas fora das ZEC, sendo que as mesmas deverão ser enquadradas nas medidas dos Planos de Gestão das ZEC e nos regimes de gestão do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra de São Mamede.
Metodologia	-
Participação pública e envolvimento dos atores locais	-

Participante ID 85768 Profissão/Área de atuação Administração Central e Local Data 2025-07-04	
Desenho da Paisagem	-
Matriz de Transição	-
Regime de fogo	-
Áreas e Ações prioritárias	-
Outra	-
SUMÁRIO EXECUTIVO	-
Desenho da Paisagem – Fundamentação das Opções tomadas	-
Matriz de transição e valorização	-
Orientações destinadas à concretização da transformação da paisagem; Medidas / Recomendações	-
Áreas e Ações prioritárias	-
Outra	-
IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA	-
Diretrizes de Planeamento e Gestão	-
Programa de Execução e Governança	-
Monitorização e Avaliação de Resultados	-
Outro	-

Participante ID 85768 Profissão/Área de atuação Administração Central e Local Data 2025-07-04	
Os documentos fornecidos são insuficientes e incompletos: não permitem uma avaliação correta da situação, pelo que não é possível considerar que esta seja uma consulta pública isenta e genuinamente interessada na participação dos cidadãos. Exige-se assim: <ul style="list-style-type: none"> - A suspensão imediata de quaisquer projetos com impacto negativo nas ZEC; - A revisão rigorosa dos procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental; - A fiscalização efetiva e transparente das atividades desenvolvidas dentro das áreas protegidas; - O reforço da proteção legal e a valorização das Zonas Especiais de Conservação no planeamento territorial; - O cumprimento rigoroso da legislação europeia. 	Foi tomada nota dos comentários.
AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL	-
Metodologia	-
Fatores Críticos de Decisão	-
Articulação com as opções estratégicas	-
Outro	-
Não existem nenhuma garantias de que foi efetuada uma revisão rigorosa dos procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental.	-

Participante

ID 85767

Profissão/Área de atuação

Administração Central e Local

Data

2025-07-04

Contributo/Sugestão da Participação

-

RELATÓRIO DO PROGRAMA

-

Diagnóstico da Situação Territorial

-

Enquanto cidadã preocupada com o futuro climático, a sustentabilidade dos nossos territórios e a preservação da biodiversidade em Portugal, venho manifestar a minha oposição às soluções propostas no âmbito do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP) da Serra de São Mamede.

1. Contradições com os Compromissos Climáticos de Portugal

O PRGP propõe alterações na paisagem que, em vez de protegerem os ecossistemas naturais, promovem a artificialização do território e uma visão produtivista baseada em modelos florestais ou agroflorestais de rendimento rápido. Isto colide frontalmente com os compromissos assumidos por Portugal no âmbito do Acordo de Paris e da Estratégia da União Europeia para a Biodiversidade 2030, que apelam à proteção de habitats naturais, restauro de ecossistemas degradados e aumento da resiliência natural às alterações climáticas.

2. Privatização da Paisagem e Fragilidade da Propriedade

Num país onde mais de 90% do território é privado, muitos destes programas têm servido para subsidiar grandes proprietários em detrimento do bem comum. Sem garantias robustas de salvaguarda da biodiversidade e de envolvimento efetivo da sociedade civil, arrisca-se a perpetuar a lógica de concentração da terra e exclusão dos pequenos proprietários e comunidades locais, que têm práticas sustentáveis muitas vezes ignoradas.

3. Destruição de Habitats Naturais

A simplificação da paisagem, seja através de monoculturas, corta-fogos excessivos ou outras formas de "gestão ativa", tende a eliminar mosaicos naturais fundamentais para a fauna e flora autóctones. Em nome de uma suposta "resiliência aos fogos", corre-se o risco de eliminar zonas de matos, carvalhais ou galerias ripícolas – exatamente os habitats mais ricos em biodiversidade e que, ironicamente, têm maior capacidade de retenção de humidade e menor inflamabilidade.

4. Biodiversidade como Aliada na Adaptação Climática

Vários estudos científicos demonstram que a biodiversidade desempenha um papel essencial na regulação dos ecossistemas, retenção de carbono, conservação de água e mitigação de extremos climáticos. A destruição de habitats e a homogeneização da paisagem promovem o efeito oposto: perda de serviços de ecossistema, maior vulnerabilidade à seca e ao fogo, e empobrecimento dos solos.

A Proposta do PRGP SSMTN não propõe qualquer iniciativa que promova incompatibilidade com os compromissos climáticos nacionais assumidos, a privatização da paisagem e a fragilidade fundiária, a destruição de habitats naturais ou da biodiversidade como são as preocupações elencadas, nas áreas de intervenção do PRGP.

O presente Programa tem como principais objetivos o estabelecimento dum desenho da paisagem que promova a redução da vulnerabilidade do território aos fogos rurais, a valorização da aptidão dos solos e a melhoria dos serviços prestados pelos ecossistemas e o aumento do valor do território e dinamização da economia local.

Participante ID 85767 Profissão/Área de atuação Administração Central e Local Data 2025-07-04	
5. <i>Exigência de Transparência e Avaliação de Impacto Ambiental</i> <i>Este tipo de programas deve ser sujeito a Avaliação Ambiental Estratégica independente, com cenários alternativos verdadeiramente baseados na conservação da natureza. Deve também apresentar indicadores concretos de impacto:</i> <i>Quantos hectares de habitats naturais serão afetados?</i> <i>Qual o impacto nas espécies protegidas e corredores ecológicos?</i> <i>Que mecanismos existem para monitorizar a eficácia destas medidas a longo prazo?</i>	
Metodologia	-
Participação pública e envolvimento dos atores locais	-
Desenho da Paisagem	-
Matriz de Transição	-
Regime de fogo	-
Áreas e Ações prioritárias	-
Outra	-
SUMÁRIO EXECUTIVO	-
Desenho da Paisagem – Fundamentação das Opções tomadas	-
Matriz de transição e valorização	-
Orientações destinadas à concretização da transformação da paisagem; Medidas / Recomendações	-
Áreas e Ações prioritárias	-
Outra	-
IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA	-
Diretrizes de Planeamento e Gestão	-

Participante ID 85767 Profissão/Área de atuação Administração Central e Local Data 2025-07-04	
Comentário completo acima	
Programa de Execução e Governança	-
Monitorização e Avaliação de Resultados	-
Outro	-
AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL	-
Metodologia <p>As avaliações ambientais estratégicas infelizmente são sempre conduzidas por entidades sob a alçada do governo e, portanto, não são completamente isentas e muitas vezes favorecem os interesses dos interessados e não os reais interesses da população. O ICNF está a perder credibilidade junto do povo, quando assistimos a ecocídios assinados pelo ICNF todos os dias neste país. As Zecs sempre foram violadas e a legislação da directiva habitats não é corretamente aplicada em Portugal senão não veríamos projetos turísticos e residenciais com centenas de hectares a serem aprovados como na ZEC farnão ferro/lagoa de albufeira e no Meco. Todos os anos sentimos mais os efeitos do calor devido à inexistência de barreiras naturais que arrefecem o solo, os ventos têm sido mais destrutivos pelo menos motivo, havendo cada vez menos árvores existe cada vez menos impermeabilização dos solos que tem resultado em constantes inundações...os animais que há poucos anos enchiam estes espaços são cada vez mais raros. Estamos definitivamente a regredir, e vamos ter um fim muito feio se assim continuarmos.</p>	Foi tomada nota dos comentários.
Fatores Críticos de Decisão	-
Articulação com as opções estratégicas	-
Outro	-

Participante ID 85766 Profissão/Área de atuação Administração Central e Local Data 2025-07-04	
Contributo/Sugestão da Participação	-
RELATÓRIO DO PROGRAMA	-
Diagnóstico da Situação Territorial	-
Metodologia	-
Participação pública e envolvimento dos atores locais	-
Desenho da Paisagem	-
Matriz de Transição	-
Regime de fogo	-
Áreas e Ações prioritárias	-
<i>Venho por este meio contestar o mapa anexo à regulamentação das áreas abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 4/2025, que na alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º, diz que: "1 - Na ZEC São Mamede são interditos os seguintes atos ou atividades:(...) d) A alteração do uso e ocupação atual do solo e modificação do coberto vegetal na área identificada no anexo ao presente decreto-lei e do qual faz parte integrante;"</i> , por considerar que as áreas identificadas na ZEC de São Mamede desrespeitam profundamente os ecossistemas e a biodiversidade da área em questão. É necessária a preservação de corredores ecológicos e de refúgios climáticos que as áreas abrangidas no mapa anexo não respeitam de todo. É inadmissível que sejam postos em causa anos de esforço de classificação e proteção de zonas sensíveis e mais, que seja contornada a legislação europeia! Repudio veementemente estas novas alterações, apelando ao bom senso dos decisores políticos, para que sejam preservadas as zonas que carecem de especial proteção na sua totalidade e não apenas fora das "zonas brancas".	Foi tomada nota dos comentários.
Outra	-
SUMÁRIO EXECUTIVO	-
Desenho da Paisagem – Fundamentação das Opções tomadas	-
Matriz de transição e valorização	-

Participante ID 85766 Profissão/Área de atuação Administração Central e Local Data 2025-07-04	
Orientações destinadas à concretização da transformação da paisagem; Medidas / Recomendações	-
Áreas e Ações prioritárias	-
Outra	-
IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA	-
Diretrizes de Planejamento e Gestão	-
Igual ao Comentário apresentado no ponto Áreas e Ações prioritárias do RELATÓRIO DO PROGRAMA	-
Programa de Execução e Governança	-
Monitorização e Avaliação de Resultados	-
Outro	-
AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL	-
Metodologia	-
Fatores Críticos de Decisão	-
Articulação com as opções estratégicas	-
Outro	-
<i>Inexistente neste processo de participação</i>	-

Participante ID 85765 Profissão/Área de atuação Comércio e Serviços Data 2025-07-04	
Contributo/Sugestão da Participação	-
RELATÓRIO DO PROGRAMA	-
Diagnóstico da Situação Territorial	-
Metodologia	-
Participação pública e envolvimento dos atores locais	-
Desenho da Paisagem	-
Matriz de Transição	-
<i>Não concordo com a alteração designada.</i>	-
Regime de fogo	-
Áreas e Ações prioritárias	-
Outra	-
SUMÁRIO EXECUTIVO	-
Desenho da Paisagem – Fundamentação das Opções tomadas	-
Matriz de transição e valorização	-
Orientações destinadas à concretização da transformação da paisagem; Medidas / Recomendações	-
Áreas e Ações prioritárias	-
Outra	-
IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA	-
Diretrizes de Planeamento e Gestão	-
<i>Não concordo com a alteração designada.</i>	-

Participante ID 85765 Profissão/Área de atuação Comércio e Serviços Data 2025-07-04	
Programa de Execução e Governança	-
Monitorização e Avaliação de Resultados	-
Outro	-
AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL	-
Metodologia	-
<i>Não concordo com a alteração designada.</i>	-
Fatores Críticos de Decisão	-
Articulação com as opções estratégicas	-
Outro	-

Participante ID 85604 Profissão/Área de atuação Comércio e Serviços Data 2025-06-23	
Contributo/Sugestão da Participação	-
RELATÓRIO DO PROGRAMA	-
Diagnóstico da Situação Territorial	-
Metodologia	-
Participação pública e envolvimento dos atores locais	-
Desenho da Paisagem <i>Com o mundo a tornar-se cada vez mais digital, em que cada vez mais recursos são dirigidos para a alimentação de data centers cada vez maiores e potentes - com índices de utilização de energia e perturbação territorial absurdamente elevados - há-de chegar o dia em que o genuíno, o natural, o silêncio, a contemplação terão um valor incalculável e uma procura grande e de excelência. Conseguir prever e preparar os territórios para isso é essencial para a sua riqueza e preservação.</i>	Foi tomada nota do comentário.
Matriz de Transição	-
Regime de fogo	-
Áreas e Ações prioritárias	-
Outra	-
SUMÁRIO EXECUTIVO	-
Desenho da Paisagem – Fundamentação das Opções tomadas	-
Matriz de transição e valorização	-
Orientações destinadas à concretização da transformação da paisagem; Medidas / Recomendações	-
Áreas e Ações prioritárias	-
Outra	-

Participante ID 85604 Profissão/Área de atuação Comércio e Serviços Data 2025-06-23	
IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA	-
Diretrizes de Planejamento e Gestão	-
Programa de Execução e Governança	-
Monitorização e Avaliação de Resultados	-
Igual ao comentário apresentado no ponto Desenho da Paisagem do RELATÓRIO DO PROGRAMA	-
Outro	-
AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL	-
Metodologia	-
Igual ao comentário apresentado no ponto Desenho da Paisagem do RELATÓRIO DO PROGRAMA	-
Fatores Críticos de Decisão	-
Articulação com as opções estratégicas	-
Outro	-

3.5.2 Outras participações

Seguidamente é apresentada a ponderação da participação com o **ID 86580 – ICNF, I.P.**, submetida no Portal Participa e enviada à DGT por e-mail, durante o Período da Discussão Pública.

Para efeitos de ponderação da participação, foi adotado o formato do quadro enviado pela Entidade por e-mail, conforme se apresenta abaixo.

Quadro 8 – Quadro de análise e ponderação da participação

I. **Relatório de Ponderação**

(Relativamente aos pontos do N/ Ofício n.º S-018008/2025, de 06/06/2025 nos quais se detetaram desconformidades)

N.º	Questão levantada pelo ICNF	Resposta da DGT	Observações	Ponderação
Relatório de Diagnóstico prospetivo				
1.1.3	«(...) não há referência aos diplomas que concluem o processo de designação da ZEC de São Mamede (Decreto-Lei n.º 4/2025, de 6 de fevereiro) e ZEC de Nisa/Lage de Prata (Decreto-Lei n.º 30/2025, de 20 de março)»	Os referidos diplomas foram incluídos.	Os diplomas Decreto-Lei n.º 4/2025, de 6 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 30/2025, de 20 de março foram incluídos no Quadro 13 do Relatório de Diagnóstico Prospetivo (Página 81), <u>no entanto devem, também, constar no Quadro 19 do Relatório do Programa (Páginas 122 e 124).</u>	Os diplomas foram incluídos no Quadro 19 do Relatório do Programa.

N.º	Questão levantada pelo ICNF	Resposta da DGT	Observações	Ponderação
1.2.3.3	<p>«Para as áreas que incidem nas ZEC propõe-se acrescentar às propostas territoriais algumas medidas que constam dos respetivos Planos de Gestão (PG), tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> SAF “Garantir a recuperação dos montados de sobreiro, azinheira e carvalho- negral, em particular dos mais envelhecidos” e “Promover a regeneração da componente arbórea do montado”. Outras folhosas: “Implementar ações de recuperação de ecossistemas ripícolas”. Áreas de espécies lenhosas exóticas invasoras: “Realizar ações de controlo de espécies (fauna e flora) exóticas invasoras” e “Executar um plano de deteção precoce e erradicação imediata de novas populações de espécies (fauna e flora) exóticas invasoras”. Matos: “Manter ou recuperar os bosquetes ou maciços arbóreos de elevado valor ecológico” e “Proteger os matos higrófilos”. Florestas de sobreiro, azinheira e outros carvalhos: “Manter ou recuperar os bosquetes ou maciços arbóreos de elevado valor ecológico” e “Promover a regeneração natural das florestas”. Florestas de eucalipto, pinheiro bravo e pinheiro manso: “Criar mosaico/heterogeneidade em áreas de monocultura”, “Promover a conversão de espécies de crescimento rápido para folhosas autóctones” e “As florestas de são mantidas, assegurando a sua função de proteção do solo e promovendo opções de utilização produtiva, sendo garantida a implementação de ações de silvicultura preventiva, monitorização fitossanitária, gestão da vegetação sob coberto, desbastes e desramações de acordo com os planos de gestão das ZEC» 	<p>Reforça-se a ideia de que as propostas de transformação da paisagem deste território (propostas territoriais e regimes de gestão), poderão não ficar restringidas às áreas fora das ZEC e das RPFGC e das OAEGC. Nas áreas integradas nas ZEC e não integradas nas RPFGC e nas OAEGC, estas propostas ser replicadas, tal como previstas para as áreas fora das ZEC, desde que esse seja o entendimento do ICNF e dos atores do território.</p> <p>As referidas medidas solicitadas para serem acrescentadas às propostas territoriais para dentro das ZEC, seria uma repetição, uma vez que constam dos PG das ZEC em vigor e serão necessariamente implementadas nestas áreas.</p> <p>Face ao exposto, não se mostra necessário serem acrescentadas às propostas territoriais, uma vez que a sua consideração e aplicação, para as áreas dentro das ZEC, enquanto medidas dos PG das ZEC, estão sempre previstas na nossa proposta.</p>	<p>Faz-se menção ao cumprimento genérico do Plano de Gestão das ZEC. No entanto no que respeita às <u>Florestas de eucalipto, pinheiro bravo e pinheiro manso e nas áreas de espécies lenhosas exóticas invasoras deve ser retirado do texto “Manter o uso” e substituir por “Dar cumprimento aos Planos de Gestão das ZEC”.</u></p>	<p>No que respeita às áreas de espécies de lenhosas exóticas invasoras, não é proposto manter o uso. Para dentro da ZEC <i>poderão ser controladas (ações de eliminação/erradicação e seguimento)</i> e transformadas progressivamente em florestas de espécies de folhosas autóctones de acordo com a legislação vigente, cumprindo o PG da ZEC S. Mamede.</p> <p>Para as áreas de eucalipto, pinheiro bravo e pinheiro manso, foi retirado “Manter o uso” e foi substituído por “Dar cumprimento aos PG das ZEC”, seguido das propostas previstas para fora das ZEC, no sentido destas poderem ser replicadas nas áreas dentro das ZEC, se esse for o entendimento do ICNF.</p>

N.º	Questão levantada pelo ICNF	Resposta da DGT	Observações	Ponderação
1.2.3.8	<p>«Considera-se que nas Áreas Classificadas (ZEC e AP) deve promover-se a conversão de eucaliptais e pinhais em floresta de folhosas autóctones. Nesse sentido, propõe-se a seguinte alteração à redação do Quadro 12 do Relatório de Programa (Páginas 69-71): “As florestas de ... (eucalipto ou pinheiro) são mantidas na sua maioria, devendo algumas áreas ser convertidas em floresta de folhosas autóctones, promovendo a heterogeneidade dos povoamentos, bem como ações de silvicultura preventiva e gestão da vegetação sob coberto. No termo da exploração poderão ser alvo de arborização nos termos da legislação em vigor, cumprindo os PG das ZEC1. Deverão ser tidas em consideração as medidas dos PG para os habitats protegidos”»</p>	<p>Na Proposta do PRGP SSMTN, para as áreas de eucaliptal, fora das ZEC, são preconizadas propostas territoriais e o Regime de Gestão do Eucalipto, conforme ponto 3.2 da parte II do Relatório do Programa, não se encontrando preconizada a conversão de eucaliptal para folhosas autóctones.</p> <p>De referir ainda que a conversão de eucaliptais em florestas de folhosas autóctones nas ZEC não integra as medidas complementares de conservação nas ZEC, nem é proposta nos regimes do Plano de Ordenamento do Parque Natural Serra de S. Mamede.</p>	<p>No Artigo 35.º (Floresta) do POPNSSM, pode ler-se:</p> <p>“2—Nas áreas de produção florestal existentes devem ser desenvolvidos, em consonância com a entidade competente, trabalhos de manutenção e de beneficiação conducentes a uma correcta gestão e exploração florestal dos povoamentos, na perspectiva da conservação da natureza, dos habitats com valor ecológico e da prevenção de incêndios, nomeadamente:</p> <p>a) Nos espaços de floresta de produção deve ser <u>promovida a reconversão dos actuais eucaliptais para povoamentos de espécies autóctones adequadas às condições edafoclimáticas locais;</u></p> <p>b) Devem ser preferencialmente utilizadas para arborização as folhosas autóctones, nomeadamente: sobreiro, azinheira, carvalho-negral, castanheiro, noqueira e cerejeira;</p> <p>c) Deve ser promovida a instalação e garantida a conservação de corredores ecológicos ao longo dos espaços florestais.” Assim, entende-se que nas áreas abrangidas pelas Áreas Protegidas e pelas Áreas Classificadas deveria ser definida esta medida.</p>	<p>O Artigo 35.º do POPNSSM referido, encontra-se inserido no Capítulo V – Usos e Atividades cujos princípios orientadores são definidos no Artigo 30.º do qual se transcreve a parte relevante do n.º 2;</p> <p>2 - Salvo o disposto na legislação geral e específica aplicável, ou no presente Regulamento, nomeadamente no que respeita aos diferentes níveis de proteção delimitados na área do POPNSSM, são permitidos os seguintes usos e atividades, para os quais se <u>recomenda, nos artigos seguintes, um conjunto de práticas de acordo com os objetivos de conservação da natureza em presença e de correta gestão dos recursos naturais:</u></p> <p>a) Agricultura</p> <p>...</p> <p>e) Floresta</p> <p>...</p> <p>As recomendações do POPNSSM consideram a necessidade de ressaltar o disposto na “legislação geral e específica” - O próprio PG da ZEC S. Mamede não inclui nenhuma disposição que adira à Questão e Observações do ICNF.</p> <p>Procura-se na proposta um equilíbrio entre as atividades produtivas e a conservação. Nas áreas incluídas na ZEC S. Mamede, o Plano de Gestão orienta esse equilíbrio. Nas áreas fora da ZEC é proposto um Regime de Gestão dos Povoamentos de Eucalipto com uma orientação que responde objetivamente à alínea c) do Artigo 35.º atrás referido.</p>

<i>N.º</i>	<i>Questão levantada pelo ICNF</i>	<i>Resposta da DGT</i>	<i>Observações</i>	<i>Ponderação</i>
				<p>Em síntese, as propostas territoriais e regimes de gestão para as florestas de eucalipto preconizam: <u>para fora das ZEC</u> a sua manutenção e promoção da produtividade através das práticas de gestão e utilização de estações com boa aptidão produtiva e a obtenção de adicionalidade na provisão de serviços dos ecossistemas, no âmbito da regulação hidrológica, conservação do solo e biodiversidade, mediante a aplicação dos Regimes de Gestão de Combustíveis, de Gestão dos Povoamentos de Eucalipto e de Gestão da Cinegética e promovida a monitorização fitossanitária, com possível rearborização nos termos da legislação em vigor. Promove assim a manutenção das funções produtivas, o incremento da biodiversidade, a adicionalidade na provisão dos serviços dos ecossistemas e o aumento da resiliência ao fogo; <u>para dentro das áreas de ZEC</u>, as florestas de eucalipto devem dar cumprimento aos PG das ZEC, podendo ser promovida a heterogeneidade dos povoamentos e a implementação de ações de silvicultura preventiva e gestão da vegetação sob coberto e promovida a monitorização fitossanitária, replicando assim as propostas preconizadas para fora das ZEC, se for esse o entendimento do ICNF.</p>

N.º	Questão levantada pelo ICNF	Resposta da DGT	Observações	Ponderação
1.3.3	<p>«(...) Dada a importância dos olivais tradicionais das encostas, deveriam ser identificadas as áreas onde estes ocorrem.</p> <p>Considera-se que as alterações produzidas são adequadas desde que sejam posteriormente consideradas como áreas a recuperar.</p>	<p>Não obstante a importância dos olivais tradicionais das encostas, a equipa técnica não possui os dados suficientes para que seja possível efetuar a identificação e delimitação de todas as áreas de olivais tradicionais classificados como matagais na AI do PRGP.</p>	<p>Não foi acolhida a sugestão do ICNF. Reitera-se a necessidade de identificar as áreas ocupadas por olival tradicional, bem como propor medidas específicas para a recuperação destes espaços agrícolas.</p>	<p>Reiteramos que as áreas de olivais tradicionais, de inequívoca relevância, não se encontram identificados na cartografia da COS 2018 que constitui a base cartográfica de trabalho do presente PRGP SSMTN. A sua identificação e delimitação seria exequível recorrendo a trabalho de campo, que não está previsto no âmbito deste trabalho. Será incluída a sua existência e interesse de futura recuperação, nos Temas e Ações relevantes do Quadro 2 da Parte II – Desenho da Paisagem Proposto, do Relatório do Programa. Nas Propostas territoriais, para as áreas agrícolas, refere-se “Também a recuperação de áreas agrícolas consideradas relevantes na paisagem, de que são exemplo os olivais tradicionais das encostas abandonados, uma vez identificados e cartografados, deverão ser alvo de ações de revitalização do seu potencial e produtividade, contribuindo para o equilíbrio dos ecossistemas, aumento da área de pastoreio assim como para a redução dos riscos de incêndios rurais” e foi incluído um indicador no Programa de Monitorização e Avaliação da implementação, tendo em vista o controlo da Área de olivais tradicionais revitalizada (ha).</p>
1.3.11	<p>«(...) A alteração proposta não foi aceite, apesar de referido no quadro de ponderação que “foi tomada boa nota”. Tendo em conta a mais-valia que seria potenciar o pastoreio nas áreas atualmente não pastoreadas, considera-se que as áreas recuperadas deveriam retomar o seu potencial para pastoreio. Nesse sentido, reforça-se a necessidade de aceitação da proposta expressa no nosso ofício anterior.»</p>	<p>Uma das propostas territoriais do PRGP SSMTN inclui a conversão das áreas de matos em áreas de mosaico silvopastoril, o que claramente potencia o pastoreio nessas áreas.</p>	<p>Não foi acolhida a sugestão do ICNF. O mosaico silvopastoril, sendo um espaço florestal não engloba o olival tradicional que corresponde a um espaço agrícola.</p>	<p>Respondido em 1.3.3</p>

N.º	Questão levantada pelo ICNF	Resposta da DGT	Observações	Ponderação
1.4.1	«Na Página 157 pode ler-se “A Serra de São Mamede constitui uma região do Alto Alentejo marcada por uma área montanhosa com altitudes superiores a 1.000 metros, contrastando com as zonas de altitudes mais moderadas nas Terras de Nisa, caracterizadas por planícies e colinas.” Julga-se não estar correto pois a única zona que tem essa altitude está bem fora da AI, refira-se que a cota mais alta dentro da AI são 827m. A alteração proposta não foi aceite.»	A redação do referido parágrafo foi aferida para incluir a sugestão mencionada e para explicitar de melhor forma que se está a efetuar uma caracterização genérica da Serra de São Mamede e das áreas das “Terras de Nisa”, cuja área de intervenção deste PRGP abrange apenas parte.	A redação foi alterada para: “Na região do Alto Alentejo, encontra-se a Serra de São Mamede, uma marcada área montanhosa com altitudes que chegam a ser superiores a 1.000 metros, contrastando com as zonas de altitudes mais moderadas nas Terras de Nisa, caracterizadas por planícies e colinas. A AI do PRGP SSMTN, abrange uma parte desta Serra, cuja cota mais alta são (substituir por é) 827m dentro desta AI, bem como uma parte das Terras de Nisa, em (eliminar em) com particular incidência sobre a área que se encontra mais próxima ao rio Tejo.” Aceita-se a alteração do texto, devendo ser feitas as correções acima identificadas.	O texto foi alterado.
2.1.2	«Na página 169 devem ser feitas as seguintes alterações: Onde se lê “Existem significativas áreas de eucalipto que apresentam genericamente um bom estado de gestão e uma distribuição de razoável heterogeneidade, incluindo manchas de montado, matagal e sistemas agroflorestais que, gerando orlas entre estes últimos e o eucaliptal, contribuem para a prevenção e facilitação do combate aos fogos rurais” deve acrescentar-se que as áreas de eucaliptal inseridas nas Áreas Classificadas e nas Áreas	Quanto à primeira sugestão, referente a “...as áreas de eucaliptal inseridas nas Áreas Classificadas e nas Áreas Protegidas devem ser convertidas em floresta de folhosas autóctones” constitui uma proposta não preconizada pelo PRGP para as áreas fora das ZEC. Verifica-se ainda que esta conversão de eucaliptais em florestas de folhosas autóctones nas ZEC não é uma medida complementar de conservação da ZEC São Mamede nem da ZEC Nisa Laje da Prata, nem é proposta no Plano de Ordenamento do PN Serra de São Mamede. Quanto à segunda sugestão, foi integrada.	No que respeita a primeira questão ver observações do ponto 1.2.3.8 Relativamente à segunda questão foi acolhida a alteração proposta.	Esclarecido em 1.2.3.8
2.1.3	«Na página 170, relativamente ao Fator Crítico de Decisão (FCD) 3 - Serviços dos Ecossistemas, onde se lê “serviços de regulação e manutenção, que se referem aos benefícios associados ao controlo dos processos naturais, tais como a regulação hidrológica, o controlo de erosão, a regulação climática, a polinização, a manutenção de populações (deve acrescentar-se “de espécies protegidas”) e habitats ou o controlo do risco de Incêndio (deve acrescentar-se “a conservação e o aumento da biodiversidade”);	Foi incluída a recomendação.	Tal como sugerido, foi acrescentado (na página 173, antiga página 170) “conservação e o aumento da biodiversidade”, contudo não foi acrescentado ao texto “manutenção de populações <u>de espécies protegidas</u> e habitats”	Foi acrescentado ao texto no Relatório Ambiental.

N.º	Questão levantada pelo ICNF	Resposta da DGT	Observações	Ponderação
2.1.4	«Na Página 181 do RA) onde se lê: “Manutenção de populações (deve ser acrescentado “de espécies protegidas”), habitats, refúgio e áreas de alimentação”.»	Foi incluída a recomendação.	Embora seja referido que foi incluída a recomendação. O texto da página 183 (antiga página 181) “Manutenção de populações, habitats, refúgio e áreas de alimentação” mantém-se sem a alteração proposta.	Foi acrescentado no texto do Relatório Ambiental
2.4.3	«Na justificação foi-nos informado que foi tida boa nota da recomendação, contudo o sobrepastoreio em áreas com nível de aridez elevado não foi considerado um problema. Não se encontra referências sobre medidas de gestão de espécies presa, tais como coelho, lebre e perdiz.»	O sobrepastoreio em áreas com nível de aridez elevado foi integrado enquanto problema.	Quanto ao sobrepastoreio em áreas com nível de aridez elevado foi integrado no Quadro 3 – Quadro Problema. Relativamente às medidas de gestão das espécies presa não foram encontradas referências.	Estão incluídas no Regime de Gestão Cinegética
3.2.4	«Nesta AEGC deve ser promovida a conversão de eucaliptais em floresta de folhosas autóctones nas Zonas Especiais de Conservação e nas Áreas Protegidas.»	Nas áreas de eucaliptal, fora das ZEC, são preconizadas propostas territoriais e o Regime de Gestão do Eucalipto, conforme ponto 3.2 da parte II do Relatório do Programa. Atendendo à sugestão, refere-se que nas OAEGC, dentro das ZEC e AP, a proposta do PRGP SSMTN preconiza a aplicação do Regime de Gestão do Eucalipto e as medidas de silvicultura preventiva específicas para essas áreas, conforme ponto 3.2 da parte II do Relatório do Programa. De referir ainda que a conversão de eucaliptais em florestas de folhosas autóctones nas ZEC não integra as medidas complementares de conservação nas ZEC, nem é proposta nos regimes do Plano de Ordenamento do Parque Natural Serra de S. Mamede.	Ver observações nos pontos 1.2.3.8 e 2.1.2.	Esclarecido em 1.2.3.8

N.º	Questão levantada pelo ICNF	Resposta da DGT	Observações	Ponderação
3.2.5	«[3] Gestão de matos: corresponde a áreas homogéneas ocupadas essencialmente com matos heliófilos ou mosaicos de matos e pastagens, e onde podem ser aplicadas várias técnicas de gestão de combustível, preferencialmente uma combinação de fogo controlado e pastorícia;»	-----	Alteração a [3], propondo-se a seguinte redação: “Gestão de matos: corresponde a áreas homogéneas ocupadas essencialmente com matos heliófilos ou mosaicos de matos e pastagens, e onde podem ser aplicadas várias técnicas de gestão de combustível. Sempre que o tipo de vegetação o permita deverá privilegiar-se uma combinação de fogo controlado e pastorícia. Contudo, a técnica de gestão com fogo controlado não é possível de concretizar em estevais – tipo de matos que dominam a paisagem na AI – para os quais deverão ser utilizadas outras técnicas em combinação com a pastorícia.” (Página 56)	O texto passou a ter a seguinte redação: “Gestão de matos: corresponde a áreas homogéneas ocupadas essencialmente com matos heliófilos ou mosaicos de matos e pastagens, e onde podem ser aplicadas várias técnicas de gestão de combustível uma combinação de fogo controlado quando aplicável e/ou mediante tratamento prévio e pastorícia”
3.2.7	«Deve ser ponderada a substituição da palavra “mosaicos” por se confundir com “mosaico de parcelas de gestão”.»	“Mosaico” é um termo recorrentemente utilizado em áreas técnicas e científicas como a ecologia da paisagem, a ecologia do fogo ou a gestão cinegética, pelo que se afigura adequada a sua manutenção ao longo dos documentos que integram o Programa.	Não foi considerada a substituição da palavra “mosaicos” para não se confundir com o conceito de “mosaico de parcelas de gestão”, conforme tinha sido recomendada no parecer do ICNF. Propõe-se a sua substituição por “parcelas” (“Parcelas de gestão silvo-pastoril”).	Nos contextos em que a palavra mosaico é utilizada, designadamente “Mosaico de gestão silvo-pastoril”, considera-se que não ocorre a confusão mencionada no âmbito da Proposta do PRGP SSMTN e que o termo é utilizado no presente PRGP e em todos os outros elaborados e em elaboração.
3.3.1.2	«(...) No RG2 deve ser acrescentada a seguinte redação: “iv) a conversão de eucaliptais em floresta de folhosas autóctones nas Zonas Especiais de Conservação e nas Áreas Protegidas”.»	A integração no RG não será efetuada uma vez que para as áreas de eucaliptal, fora das ZEC, são preconizadas propostas territoriais e o Regime de Gestão do Eucalipto, conforme ponto 3.2 da parte II do Relatório do Programa. De referir ainda que a conversão de eucaliptais em florestas de folhosas autóctones nas ZEC não integra as medidas complementares de conservação nas ZEC, nem é proposta nos regimes do Plano de Ordenamento do Parque Natural Serra de S. Mamede.	Ver observações nos pontos 1.2.3.8 e 2.1.2. ·Reitera-se que ao “RG2 – O regime de gestão dos povoamentos de eucalipto” deverá ser acrescentada uma nova alínea conforme parecer do ICNF, com a seguinte redação: “iv) a conversão de eucaliptais em florestas de folhosas autóctones nas Zonas Especiais de Conservação e nas Áreas Protegidas.” (Página 63)	Respondido em 1.2.3.8

N.º	Questão levantada pelo ICNF	Resposta da DGT	Observações	Ponderação
3.3.1.3	«Propõe-se a seguinte alteração na redação “RG3 – O regime de gestão dos montados de sobreiro, azinho e carvalho-negral destina-se a fomentar a regeneração dos montados e a melhoria do seu estado sanitário, bem como a proteção de núcleos de vegetação natural e a produção pecuária sustentável de bovinos e ovinos, que lhes está associada.”»	Foi produzida a alteração do Regime no sentido indicado no comentário.	No texto da página 50 foi alterado o termo montado para povoamento, passando a redação a ser a seguinte: “RG3 – <u>O regime de gestão dos povoamentos de sobreiro, azinheira e carvalho-negral</u> destina-se a fomentar a regeneração dos povoamentos e a melhoria do seu estado sanitário, bem como a proteção de núcleos de vegetação natural, no contexto da produção pecuária eficiente de bovinos e ovinos, que lhes está associada” Considera-se que na redação devem constar os montados e os povoamentos de sobreiro, azinheira e carvalho-negral.	O texto passou a ter a seguinte redação: “RG3 – <u>O regime de gestão dos povoamentos de sobreiro, azinheira e carvalho-negral</u> destina-se a fomentar a regeneração dos povoamentos, incluindo os montados, e a melhoria do seu estado sanitário, bem como a proteção de núcleos de vegetação natural, no contexto da produção pecuária eficiente de bovinos e ovinos, que lhes está associada”

N.º	Questão levantada pelo ICNF	Resposta da DGT	Observações	Ponderação
3.3.2	<p>«Propõem-se a criação de um regime de gestão dos povoamentos de pinheiro-bravo, destinado à implementação de uma melhor silvicultura aplicável à espécie no território do PRGP, tendo em consideração: i) a necessidade de promover a produtividade através das práticas de gestão; ii) a necessidade de obter adicionalidade na provisão de serviços dos ecossistemas no âmbito da regulação hidrológica, conservação do solo e biodiversidade; iii) a articulação com os regimes de gestão de combustível, gestão cinegética e gestão da floresta ripícola; iv) a substituição do pinhal em floresta de folhosas autóctones (habitats) no Monumento Natural das Portas de Rodão. Com este regime será possível atender aos territórios adjacentes e com situações similares, quer no MNPR (na área coincidente com o Distrito de Castelo Branco), quer em áreas adjacentes do PNSSM.»</p>	<p>A proposta não será acomodada, conforme justificação apresentada no ponto 3.4.15.</p>	<p>Reitera-se a necessidade de acrescentar um novo RG 6 sobre "a criação de um regime de gestão dos povoamentos de pinheiro-bravo", destinado à implementação de uma melhor silvicultura aplicável à espécie no território do PRGP. (Página 64)</p>	<p>A inclusão de Regimes de Gestão nos PRGP visa incidir sobre os sistemas cuja dinâmica é determinante na gestão da paisagem. Os povoamentos de pinheiro-bravo ocupam 0.8% da área do PRGP SSMTN e localizam-se essencialmente nas freguesias de Santana e União das Freguesias de Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e S. Simão. A gestão dos povoamentos de pinheiro-bravo é particularmente relevante quando se localizam em OAEGC, o que ocorre em parte dos povoamentos existentes. Para esses povoamentos em particular, o PRGP SSMTN preconiza a aplicação da silvicultura preventiva, isto é, a aplicação de técnicas silvícolas (e.g desbastes, podas, cortes seletivos) com o objetivo de: 1) Reduzir a carga combustível; 2) Melhorar a estrutura da vegetação; 3) Facilitar o combate ao fogo. No presente PRGP em análise e atendendo às novas 4 propostas de APGA apresentadas e incluídas na Proposta do Programa, verifica-se que cerca de 63% da área de Pinheiro Bravo existente na AI, se encontra incluído nestas APGA propostas, designadamente na APGA da Ribeira de Figueiró e na APGA das Portas de Rodão Constituindo as APGA áreas prioritárias com financiamento para a sua implementação, este permitirá financiar a aplicação de técnicas de silvicultura preventiva, não alocando financiamento à aplicação de um Regime de Gestão a uma cultura que representa apenas 0.8% da área do PRGP SSMTN.</p>

N.º	Questão levantada pelo ICNF	Resposta da DGT	Observações	Ponderação
3.3.4	<p>«De acordo com o previsto no Relatório (Página 59) durante o período de vigência do PRGP SSMTN “serão efetivados financiamentos públicos ao investimento, manutenção dos investimentos e remuneração dos SE para as áreas e ações identificadas como prioritárias e atendendo ao conjunto de propostas que apresenta, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Da alteração da ocupação do solo, nomeadamente através: <p>(...) Incluir “conversão de eucaliptais em florestas de folhosas autóctones nas Zonas Especiais de Conservação e nas Áreas Protegidas”.»</p>	<p>Na Proposta do PRGP SSMTN, para as áreas de eucaliptal, fora das ZEC, são preconizadas propostas territoriais e o Regime de Gestão do Eucalipto, conforme ponto 3.2 da parte II do Relatório do Programa, não se encontrando preconizada a conversão de eucaliptal para folhosas autóctones.</p> <p>De referir ainda que a conversão de eucaliptais em florestas de folhosas autóctones nas ZEC não integra as medidas complementares de conservação nas ZEC, nem é proposta nos regimes do Plano de Ordenamento do Parque Natural Serra de S. Mamede.</p>	<p>Ver observações nos pontos 1.2.3.8 e 2.1.2. Aos considerando que constam “Da alteração da ocupação do solo, nomeadamente através:”, acrescentar um ponto relativo à “conversão de eucaliptais em florestas de folhosas autóctones nas Zonas Especiais de Conservação e nas Áreas Protegidas”. (Página 74)</p>	Respondido em 1.2.3.8

N.º	Questão levantada pelo ICNF	Resposta da DGT	Observações	Ponderação
3.4.15	«Considera-se que falta criar um regime de gestão dos povoamentos de pinheiro-bravo. (ver nos Regimes)»	<p>A inclusão de Regimes de Gestão nos PRGP visa incidir sobre os sistemas cuja dinâmica é determinante na gestão da paisagem. Os povoamentos de pinheiro-bravo ocupam 0.8% da área do PRGP SSMTN. Os povoamentos localizam-se essencialmente nas freguesias de Santana e União das Freguesias de Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e S. Simão. A gestão dos povoamentos de pinheiro-bravo é particularmente relevante quando se localizam em Áreas Estratégicas de Gestão de Combustível o que ocorre em parte dos povoamentos existentes. Para esses povoamentos em particular o PRGP preconiza a aplicação da silvicultura preventiva, isto é, a aplicação de técnicas silvícolas (e.g desbastes, podas, cortes seletivos) com o objetivo de:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Reduzir a carga combustível; 2) Melhorar a estruturada vegetação; 3) Facilitar o combate ao fogo. <p>No caso do PRGP em análise propõe-se que a área estratégica de gestão de combustível com maior ocupação de pinheiro-bravo, se integre numa APGA, o que permitirá financiar a aplicação de técnicas de silvicultura preventiva, permitindo assim evitar a aplicação de um Regime de Gestão aplicável a uma cultura que representa apenas 0.8% da área do PRGP.</p>	Ver poto 3.3.2.	Respondido em 3.3.2

N.º	Questão levantada pelo ICNF	Resposta da DGT	Observações	Ponderação
3.4.18	«O19. Incremento da heterogeneidade dos povoamentos de eucalipto, aumentando a biodiversidade do eucaliptal gerido incluindo manchas de montado, matagal e sistemas agroflorestais, sem prejuízo da produção lenhosa.»	-----	Substituir a redação da O19, passando a constar: "Incremento da heterogeneidade espacial no interior dos povoamentos de eucalipto, promovendo a sua compartimentação através da valorização de formações vegetais de porte arbóreo já presentes ou a instalar, que deverão ser constituídas por espécies autóctones, criando-se assim as condições para o incremento da biodiversidade. Neste contexto, deverão ser preservadas ou promovidas manchas de sobreiral, de azinhal, de carvalho, de medronhal, ou de montados e sistemas agroflorestais." (Página 154)	A antiga O19 mudou a numeração e passou a ter a seguinte redação: O8. "Incremento da heterogeneidade espacial no interior dos povoamentos de eucalipto, sem prejuízo da produção lenhosa, promovendo a sua compartimentação, através da valorização de formações vegetais herbáceas, arbustivas e arbóreas, já presentes ou a instalar, que deverão ser constituídas por espécies autóctones, criando-se condições para o incremento da biodiversidade. Neste contexto deverão ser preservadas ou promovidas manchas de sobreiral, de azinhal, de carvalho, de medronhal, ou de montados e sistemas agroflorestais".
3.5.3	«Para o PRGP SSMTN foram criadas duas APGA, a APGA Norte e a APGA Sul, seguindo um conjunto de pressupostos técnicos que se considerou relevantes para a sua delimitação e propostas de transformação. Embora estas duas áreas se encontrem predominantemente ocupadas por florestas de eucalipto considera-se que as mesmas se encontram atualmente bem geridas, não necessitando de iniciativas de reordenamento e gestão adicionais.»	Conforme sugestão, das duas áreas propostas, foi mantida a APGA Sul, agora designada "AP GA Oeste" conforme justificação presente no ponto 1.1 da Parte V do Relatório do Programa.	Ver as propostas de APGA descritas no número II deste parecer.	Dada a discordância manifestada face à proposta de delimitação das APGA propostas pela equipa técnica, foram integradas no PRGP as propostas apresentadas pelo ICNF em conjunto com o Município de Nisa, de acordo com a metodologia definida, bem como com as respetivas justificações definidas por estas mesmas entidades.
3.5.4	Propõe-se a inclusão de duas novas Áreas Piloto de Gestão Agrupada (APGA), correspondentes aos territórios abrangidos pelas Áreas Protegidas do Monumento Natural das Portas de Ródão (MNPR) e do Parque Natural da Serra de São Mamede (PNSSM).	A proposta foi acolhida, tendo sido criadas duas novas APGA, designadas "APGA Portas de Ródão" e "APGA Este".	Ver as propostas de APGA descritas no número II deste parecer.	Ver ponderação ao ponto 3.5.3

N.º	Questão levantada pelo ICNF	Resposta da DGT	Observações	Ponderação
3.5.5	«A proposta de criação de uma APGA no MNPR justifica-se pela elevada perigosidade da área em termos de risco de incêndio, pela necessidade urgente de gestão e conversão das manchas de pinhal-bravo, bem como pela importância da salvaguarda dos valores naturais — nomeadamente, espécies protegidas da flora e fauna — e pela oportunidade de alargar e consolidar áreas de habitat de zimbro. As intervenções a promover nesta área seriam coerentes com os objetivos de conservação e ordenamento definidos para a área protegida, contribuindo para uma gestão mais eficaz e sustentável do território.»	As justificações foram integradas na descrição da “APGA Portas de Ródão”, conforme ponto 1.1 da Parte V do Relatório do Programa.	Ver as propostas de APGA descritas no número II deste parecer e readaptar a redação das páginas 143 e 144.	Ver ponderação ao ponto 3.5.3
3.5.6	«Adicionalmente, propõe-se a integração na APGA do MNPR de toda a área afetada pelo incêndio de 2017, a qual se estende pela Serra de São Miguel e atinge a localidade de Salavessa, no concelho de Nisa. Esta zona reveste-se de especial relevância, não apenas pela necessidade de restaurar ecossistemas degradados, mas também pela possibilidade de valorização e ordenamento do mosaico silvopastoril, incluindo os matos e quercíneas existentes, potenciando simultaneamente a resiliência ecológica e o desenvolvimento rural.»	Respondido no ponto 3.5.5.	Ver as propostas de APGA descritas no número II deste parecer e readaptar a redação sobre essa matéria.	Ver ponderação ao ponto 3.5.3
3.5.7	«A Ribeira de Fivenro e as suas encostas assumem uma importância acrescida, destacando-se pela presença de uma galeria ripícola com valor ecológico — cuja recuperação se revela interessante —, pela ocorrência de espécies protegidas e pela singularidade de elementos do património cultural e natural, como os açudes em xisto e antigas azenhas. Estes elementos constituem uma mais-valia para a valorização do território, seja ao nível da conservação, seja do ecoturismo e da criação de percursos pedestres. A reabilitação das encostas íngremes e a sua infraestruturação são igualmente fundamentais para a prevenção do risco de erosão e para a promoção de uma paisagem mais resiliente ao incêndio.»	Respondido no ponto 3.5.5.	Ver as propostas de APGA descritas no número II deste parecer e readaptar a redação sobre essa matéria.	Ver ponderação ao ponto 3.5.3

N.º	Questão levantada pelo ICNF	Resposta da DGT	Observações	Ponderação
3.5.8	«A proposta de uma APGA para o PNSSM, pode envolver apenas a área da Serra de Castelo de Vide e a vertente SW da Serra das Carreiras (Portalegre), ou toda a área que envolve a barragem de Póvoa e Meadas, o caminho municipal 1007 e o limite Este da AI no concelho de Castelo de Vide desde a localidade de Póvoa e Meadas até à Serra de Castelo de Vide.»	As justificações foram integradas na descrição da “APGA Este”, conforme ponto 1.1 da Parte V do Relatório do Programa.	Ver as propostas de APGA descritas no número II deste parecer e readaptar a redação sobre essa matéria.	Ver ponderação ao ponto 3.5.3
3.5.9	«Em toda esta área o importante é sem dúvida restabelecer os montados de Quercus pyrenaica (adensamentos/arborizações) na planície, e a melhoria silvícola dos bosquetes e redução da carga de combustível nas encostas da serra.»	Respondido no ponto 3.5.8.	Ver as propostas de APGA descritas no número II deste parecer e readaptar a redação sobre essa matéria.	Ver ponderação ao ponto 3.5.3

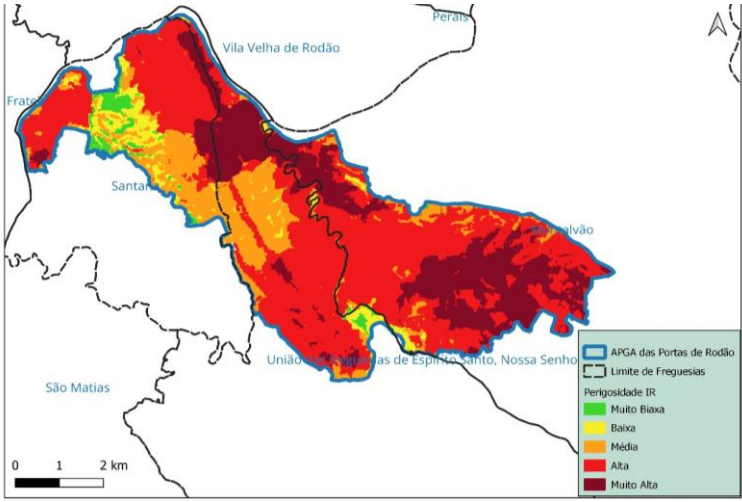
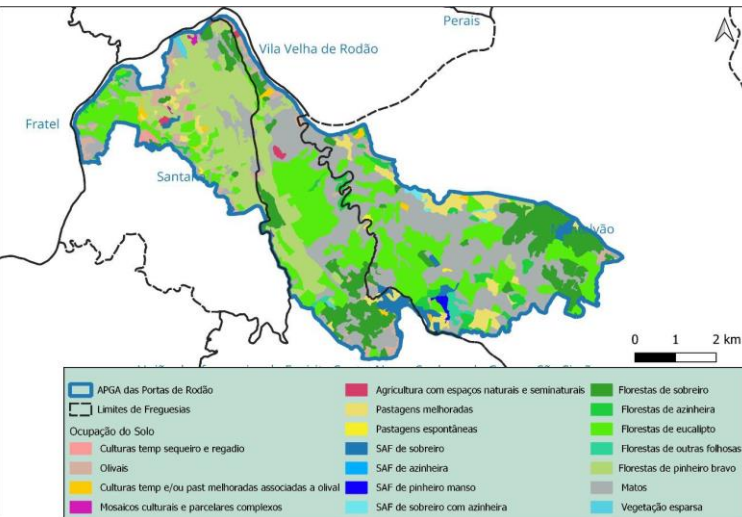
Questão do ICNF	Ponderação
II. Áreas Piloto de Gestão Agregada (APGA) – Proposta de alteração	
1. Introdução	
<p>A gestão dos espaços rurais tem como objetivo de sustentabilidade o aumento da resiliência do território aos incêndios rurais e a outros riscos no quadro das mudanças climáticas. Um dos objetivos operacionais do PRGP SSMTN é o de aumentar a área com gestão agregada de pequenas propriedades, preferencialmente através de entidades e organizações coletivas, potenciando o aumento da produtividade e da rentabilidade dos ativos florestais e a melhoria do ordenamento e conservação dos espaços rurais.</p> <p>As Áreas de Intervenção Prioritária integram, no contexto dos PRGP, as Áreas Integradas de Gestão de Paisagem (AIGP). Estas visam aumentar a dimensão da área florestal e agrícola gerida de modo a alcançar uma escala que promova a resiliência aos fogos rurais e a valorização do capital natural. No que respeita a AIGP, na AI do PRGP SSMTN não está integrada nenhuma AIGP constituída.</p> <p>Além das AIGP, também integram as designadas Áreas de Intervenção Prioritária, as Áreas Piloto de Gestão Agregada (APGA) que, apresentando um carácter de menor formalidade face a características e requisitos específicos das suas áreas de intervenção, constituem áreas estratégicas para a promoção de iniciativas de reordenamento e gestão da paisagem, atendendo às opções de gestão e transformação propostas nos PRGP. A dinamização e implementação destas ações nas APGA, ficarão a cargo de entidades organizadas, com iniciativa e capacidade de gestão, presentes no território. A proposta do PRGP SSMTN inclui a criação de três APGA (Figura 28 da Página 146 do Relatório do Programa):</p>	
2. Enquadramento	
<p>A proposta do PRGP SSMTN, agora em discussão pública, inclui a criação de três APGA.</p> <p>No decorrer da primeira Sessão Pública de esclarecimento, realizada no passado dia 30/05/2025 na Câmara Municipal de Castelo de Vide, chegou-se ao consenso de que o limite das APGA apresentadas gerava dúvidas e discordância, quer na localização quer na configuração.</p> <p>Foi ainda definido, na referida sessão pública de esclarecimento, que iria proceder-se a uma análise/estudo para redefinição das APGA, trabalho esse que seria desenvolvido pelos técnicos do ICNF e do Município de Nisa.</p> <p>Tratando-se de um trabalho a requerer a definição de uma metodologia e de uma análise minuciosa à escala local, realizou-se uma reunião setorial entre os técnicos do ICNF e do Município de Nisa, onde foi definida a metodologia a seguir na identificação de potenciais áreas de APGA a apresentar em sede de discussão pública.</p>	<p>Dada a discordância manifestada face à proposta de delimitação das APGA propostas pela equipa técnica, foram integradas no PRGP as propostas apresentadas pelo ICNF em conjunto com o Município de Nisa, de acordo com a metodologia definida, bem como com as respetivas justificações definidas por estas mesmas entidades.</p>

Questão do ICNF	Ponderação
<p>3. Metodologia e Critérios</p> <p>Considerou-se de maior conveniência, dadas as características do território, assentar a metodologia a seguir, em objetivos de resiliência aos grandes incêndios, à gestão de combustível e à valorização de povoamentos de espécies autóctones com maior resiliência à passagem dos Incêndios rurais (IR).</p> <p>Assim, partiu-se do pressuposto de estabelecer os critérios de base para a delimitação das APGA, considerando-se os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ <u>Pontos problemáticos de entrada dos grandes incêndios</u> – foram identificados, conjuntamente com o ICNF, os locais que, devido às suas características fisiográficas e histórico, se consideram caminhos preferenciais de progressão dos IR na área do PRGP SSMTN ou na sua envolvente; ➤ <u>Áreas Prioritárias de Prevenção e Segurança (APPS)</u> – Foi dada especial atenção às áreas inseridas em APPS, uma vez que se trata de áreas que foram identificadas como apresentando grande suscetibilidade e probabilidade de ocorrência de IR e com potencial para que os mesmos possam atingir níveis elevados de severidade, considerando-se prioritário a implementação, nesta áreas, de medidas que possam minimizar a suscetibilidade e a probabilidade do território aos IR, bem como em caso de ocorrência dos mesmos, reduzir a sua severidade; ➤ <u>Ocupação do solo</u> – foram sobretudo, consideradas as ocupações por matos e florestas não geridas, ou com gestão manifestamente deficitária, tanto de eucaliptais, como de Quercíneas spp e de áreas de pinhal, tendo como referência a shapefile PRGPSSMTN_SITUACAO_REFERENCIA.shp (fornecida pela equipa produtora). A escolha das referidas ocupações não invalida a integração de outras ocupações do solo, distintas das aqui identificadas; ➤ <u>Declives</u> – seguiu-se como referência os territórios com declives mais acentuados, uma vez que é reconhecidamente um dos fatores de maior influência na propagação e progressão dos incêndios. A maior ou menor inclinação de uma encosta tem influência determinante na propagação dos incêndios, uma vez que, quanto maior o declive de uma encosta, maior será o efeito das colunas de convecção que aquecem a vegetação acima do incêndio, aumentando a velocidade de propagação no sentido ascendente; ➤ <u>Outros pontos de interesse</u> – considerou-se pertinente a observação de pontos de interesse, que podem ser de várias dimensões/natureza, nomeadamente, paisagísticos, turísticos, naturais (fauna e flora) ou mesmo económicos; ➤ <u>Referências físicas</u> – a preocupação em ter uma delimitação de APGA colada à realidade do território, e que permita uma fácil identificação no terreno, levou a adotar várias referências de limites, tais como a rede viária ou as linhas de água. Em situações de ausência de referência no terreno, valeu a referência dos limites presentes no cadastro rústico. 	

Questão do ICNF	Ponderação
4. Propostas de novas Áreas Piloto de Gestão Agregada	
<p>a. APGA da Ribeira do Figueiró</p> <p>A APGA da Ribeira do Figueiró situa-se na sua totalidade no concelho de Nisa, mais concretamente na União de Freguesias de Arez e Amieira do Tejo apresentando uma área total de 2104ha.</p> <p>As características do relevo nesta zona, com vales bastante encaixados e declives acima dos 16%, favorecendo o fenómeno da convecção natural (fluxo ascendente de ar devido a um incêndio), foram as principais motivações para a identificação desta área potencial de APGA.</p> <p>Também a presença de variadas linhas de água naquele território e a confluência entre si, são uma preocupação acrescida em caso de IR, pela capacidade que estas apresentam não só de impulsionarem a propagação do IR, como de originar a abertura do mesmo, originando várias frentes de fogo, a consequente necessidade de reposicionamento dos meios e o acréscimo das dificuldades de supressão.</p> <p>Trata-se de uma área que além da conjugação das suas características fisiográficas com a ocupação do solo que apresenta, já de si uma combinação bastante problemática em caso de ocorrência de IR no local, apresenta ainda um histórico significativo de entrada de IR no concelho de Nisa, provenientes dos concelhos vizinhos, como são exemplo o verificado nos anos de 2013 e de 2017.</p> <p>No respeitante à perigosidade de incêndio rural e consequentemente às áreas inseridas em APPS, refere o nº 3 do art.º 41º do decreto-lei 82/2021, de 13 de outubro, na sua atual redação, “A perigosidade de incêndio Rural identifica territórios onde os incêndios são mais prováveis e podem ser mais severos, orientando as intervenções de redução de carga combustível e o condicionamento ao incremento de valor em áreas onde a sua exposição implique perdas com elevada probabilidade”.</p> <p>Ao nível da Perigosidade de IR, como se pode observar na Figura 1 abaixo, parte significativa da área inserida nesta APGA, insere-se nos níveis 4 e 5 de perigosidade (Classe Alta e Muito Alta).</p> <p>No que se refere à ocupação do solo, podemos observar na figura 2 que na área da presente APGA, predominam as áreas ocupadas com Matos, Floresta de eucaliptos e SAF de Sobreiros.</p>	

Questão do ICNF	Ponderação
<div><p>Figura 1 – Perigosidade APGA da Ribeira do Figueiró</p></div> <div><p>Figura 2 – Ocupação do Solo APGA da Ribeira do Figueiró</p></div>	

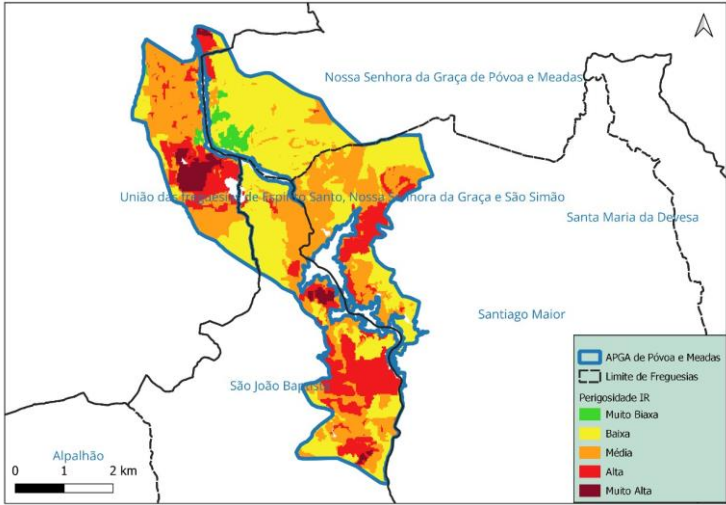
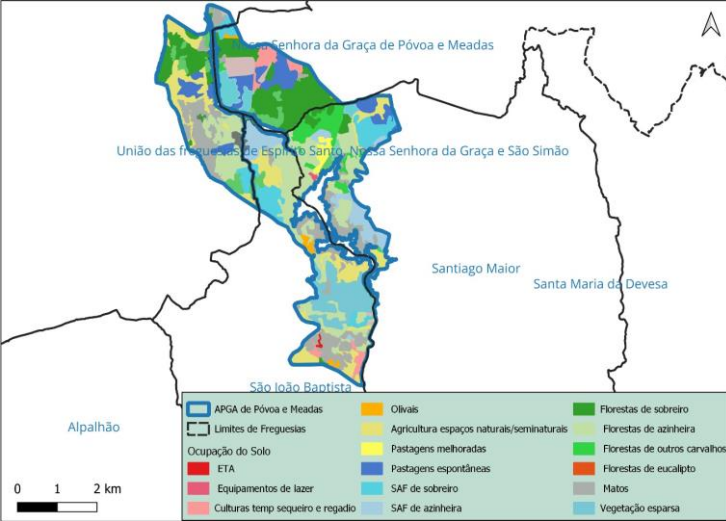
Questão do ICNF	Ponderação
<p>b. APGA das Portas de Ródão</p> <p>A APGA das Portas de Rodão situa-se na sua totalidade no concelho de Nisa, mais concretamente na União de Freguesias do Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e São Simão, na Freguesia de Montalvão e na Freguesia de Santana, apresentando uma área total de 4313ha.</p> <p>Tal como na APGA da Ribeira do Figueiró, também aqui as características do relevo, com vales bastante encaixados e declives acima dos 16%, que favorecem o fenómeno da convecção natural (fluxo ascendente de ar devido a um incêndio), foram as principais motivações para a identificação desta área potencial de APGA.</p> <p>A presença de variadas linhas de água naquele território e a confluência entre si são uma preocupação acrescida em caso de IR, pela capacidade que estas apresentam não só de impulsionarem a propagação do IR, como de originar abertura do mesmo, originando várias frentes de fogo, a consequente necessidade de reposicionamento dos meios e o acréscimo das dificuldades de supressão desses IR.</p> <p>Trata-se de uma área que além da conjugação das suas características fisiográficas com a ocupação do solo que apresenta, já de si uma combinação bastante problemática em caso de ocorrência de IR no local, apresenta ainda um histórico significativo de entrada de IR no concelho de Nisa, provenientes do concelho vizinho de Vila Velha de Rodão.</p> <p>De realçar ainda, que na área da presente APGA está inserida a área do Monumento Natural das Portas de Rodão, classificado desde 2009 (decreto regulamentar n.º 7/2009, de 20 de maio), área de especial interesse de conservação e proteção. Integra ainda, parcialmente, a Zona Importante para Aves (IBA) das Portas de Rodão e Vale Mourão.</p> <p>No respeitante à perigosidade de incêndio rural e consequentemente às áreas inseridas em APPS, refere o n.º 3 do art.º 41º do decreto-lei 82/2021, de 13 de outubro, na sua atual redação, “A perigosidade de incêndio Rural identifica territórios onde os incêndios são mais prováveis e podem ser mais severos, orientando as intervenções de redução de carga combustível e o condicionamento ao incremento de valor em áreas onde a sua exposição implique perdas com elevada probabilidade”.</p> <p>Ao nível da Perigosidade de IR, como se pode observar na Figura 3 abaixo, parte significativa da área inserida nesta APGA, insere-se nos níveis 4 e 5 de perigosidade (Classe Alta e Muito Alta).</p> <p>No que se refere à ocupação do solo, podemos observar na figura 4 que na área da presente APGA, predominam as áreas ocupadas com Matos e com florestas de eucaliptos e pinheiro bravo.</p>	

Questão do ICNF	Ponderação
<div><p>Mapa de Perigosidade APGA das Portas de Rodão. O mapa mostra a área da APGA das Portas de Rodão, delimitada por uma linha azul, e os limites das freguesias de Vila Velha de Rodão, Peralta, Fratel, Santa Maria, São Matias, União das Freguesias de Espinho Santo, Nossa Senhora da Esperança e Alvão. A perigosidade é classificada em cinco níveis: Muito Baixa (verde), Baixa (amarelo), Média (laranja), Alta (vermelho) e Muito Alta (marrom). A escala é de 0 a 2 km.</p></div> <p>Figura 3 – Perigosidade APGA das Portas de Rodão</p> <div><p>Mapa de Ocupação do Solo APGA das Portas de Rodão. O mapa mostra a mesma área da APGA das Portas de Rodão, delimitada por uma linha azul, e os limites das freguesias de Vila Velha de Rodão, Peralta, Fratel, Santa Maria, São Matias, União das Freguesias de Espinho Santo, Nossa Senhora da Esperança e Alvão. A ocupação do solo é classificada em 15 tipos: Agricultura com espaços naturais e seminaturais, Pastagens melhoradas, Pastagens espontâneas, SAF de sobreiro, SAF de azinheira, SAF de pinheiro manso, SAF de sobreiro com azinheira, Florestas de sobreiro, Florestas de azinheira, Florestas de eucalipto, Florestas de outras folhosas, Florestas de pinheiro bravo, Matos, Vegetação esparsa, Culturas temp. secoireiro e regadio, Olivais, Culturas temp. e/ou past. melhoradas associadas a olival, Mosaicos culturais e parcelares complexos. A escala é de 0 a 2 km.</p></div> <p>Figura 4 – Ocupação do Solo APGA das Portas de Rodão</p>	

Questão do ICNF	Ponderação
<p>c. APGA Ribeira de S. João</p> <p>A APGA da Ribeira de São João situa-se nos concelhos de Nisa e de Castelo de Vide, mais concretamente na Freguesia de Montalvão (concelho de Nisa) e na Freguesia de Nossa Senhora da Graça de Póvoa e Meadas (concelho de Castelo de Vide), apresentando uma área total de 1731ha.</p> <p>Também nesta APGA, as características do relevo, com vales bastante encaixados e declives acima dos 16%, que favorecem o fenómeno da convecção natural (fluxo ascendente de ar devido a um incêndio), foram as principais motivações para a identificação desta área potencial de APGA.</p> <p>A presença de variadas linhas de água naquele território, com principal destaque para a confluência da Ribeira de São João com o Rio Sever, representam uma preocupação acrescida em caso de IR, pela mesma razão apresentada para as APGA anteriores, ou seja a sua capacidade de, não só impulsionarem a propagação do IR, mas também de originar a abertura do mesmo, originando várias frentes de fogo, a consequente necessidade de reposicionamento dos meios e o acréscimo das dificuldades de supressão desses IR.</p> <p>Trata-se de uma área que além da conjugação das suas características fisiográficas com a ocupação do solo que apresenta, já de si uma combinação bastante problemática em caso de ocorrência de IR no local, apresenta ainda um histórico significativo de caminho preferencial de propagação de IR e de passagem dos mesmos entre os concelhos de Nisa e Castelo de Vide e até mesmo para Espanha, como são exemplo os IR verificados nos anos de 2005 e de 2014.</p> <p>No respeitante à perigosidade de incêndio rural e consequentemente às áreas inseridas em APPS, refere o nº 3 do art.º 41º do decreto-lei 82/2021, de 13 de outubro, na sua atual redação, "A perigosidade de incêndio Rural identifica territórios onde os incêndios são mais prováveis e podem ser mais severos, orientando as intervenções de redução de carga combustível e o condicionamento ao incremento de valor em áreas onde a sua exposição implique perdas com elevada probabilidade".</p> <p>Ao nível da Perigosidade de IR, como se pode observar na Figura 5 abaixo, parte significativa da área inserida nesta APGA, insere-se nos níveis 4 e 5 de perigosidade (Classe Alta e Muito Alta).</p> <p>No que se refere à ocupação do solo, podemos observar na figura 6 que na área da presente APGA, predominam as áreas ocupadas com Matos e com florestas de eucaliptos e de azinheiras.</p>	

Questão do ICNF	Ponderação
<div><p>Figura 5 – Perigosidade APGA da Ribeira de São João</p></div> <div><p>Figura 6 – Ocupação do Solo APGA da Ribeira de São João</p></div>	

Questão do ICNF	Ponderação
<p>d. APGA de Póvoa e Meadas</p> <p>Localizada ao redor da Albufeira de Póvoa e Meadas, em zona de grande afluência de usuários do espelho de água da referida albufeira, abrange território no concelho de Castelo de Vide (freguesias de N. S. da Graça de Póvoa e Meadas, Santiago Maior e São João Batista) e no concelho de Nisa (União de Freguesias de Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e São Simão), num total de 2362ha.</p> <p>As três anteriores APGA propostas tiveram como ponto de partida o facto de serem pontos problemáticos de abertura de incêndios, de terem APPS de maior perigosidade e declives mais acentuados, ou um histórico significativo de IR na sua área.</p> <p>A presente APGA, não sendo uma área com elevado histórico de incêndios de grandes dimensões, ou não apresentando um relevo potencialmente tão problemático como as APGA apresentadas anteriormente, apresenta, ainda assim, um potencial significativo para que estes possam vir a ocorrer, essencialmente devido à ausência de gestão em parte significativa da APGA, a qual é potenciada pela elevada presença humana no período estival, mas também pelos difíceis acessos para os meios de combate terrestres, fruto da deficitária rede viária existente em boa parte da sua área de abrangência.</p> <p>Também a necessidade de valorização da Ribeira de Nisa, em dois pontos fulcrais, como são a Barragem do Poio no Concelho de Nisa e a Barragem de Póvoa e Meadas no Concelho de Castelo de Vide, foram determinantes para a identificação da presente área de APGA.</p> <p>Ao nível do relevo, a área abrangida apresenta grande variabilidade, apresentando declives elevados nas margens de parte dos espelhos de águas, das Barragens do Poio e de Póvoa e Meadas, e principalmente nas margens da Ribeira de Nisa, com especial incidência a jusante da Barragem de Póvoa e Meadas, na sua ligação à Barragem do Poio, os quais contrapõem com os declives pouco acentuados da restante área.</p> <p>No respeitante à perigosidade de incêndio rural e consequentemente às áreas inseridas em APPS, refere o nº 3 do art.º 41º do decreto-lei 82/2021, de 13 de outubro, na sua atual redação, “A perigosidade de incêndio Rural identifica territórios onde os incêndios são mais prováveis e podem ser mais severos, orientando as intervenções de redução de carga combustível e o condicionamento ao incremento de valor em áreas onde a sua exposição implique perdas com elevada probabilidade”.</p> <p>As áreas de Perigosidade de IR, mais significativas (Classes Alta e Muito Alta), localizam-se de forma mais vincada na área envolvente da Albufeira de Póvoa e Meadas, e no extremo Sul e Noroeste da APGA (ver figura 7 abaixo).</p> <p>No que se refere à ocupação do solo, podemos observar na figura 8 que na área da presente APGA, predominam as áreas ocupadas com Quercíneas (com destaque para o Quercus pyrenaica), matos e eucaliptal, com gestão deficiente ou até mesmo com ausência total de gestão. Na área inserida na presente proposta de APGA, e principalmente nas margens das Barragens do Poio e de Póvoa e Meadas, mas também nas margens da Ribeira de São João, encontramos, ainda, áreas significativas de Invasoras lenhosas do género Acácia, as quais urge eliminar e reconverter para vegetação ripícola autóctone.</p>	

Questão do ICNF	Ponderação
<div data-bbox="264 256 987 762"></div> <p data-bbox="383 767 869 794">Figura 7 – Perigosidade APGA de Póvoa e Meadas</p> <div data-bbox="264 799 987 1321"></div> <p data-bbox="383 1326 869 1353">Figura 8 – Ocupação do Solo APGA de Póvoa e Meadas</p>	

Questão do ICNF	Ponderação
5. Conclusão	
A apresentação das presentes propostas de APGA, em substituição daquelas presentes no documento original, prende-se essencialmente com o facto de se considerar que estas vão de forma mais assertiva ao encontro das necessidades do território no âmbito do PRGP SSMTN, não só naquilo que diz diretamente respeito ao necessário aumento da resiliência do território à ocorrência e passagem de incêndios rurais, mas também naquilo que é a salvaguarda dos valores ambientais presentes no território.	Dada a discordância manifestada face à proposta de delimitação das APGA propostas pela equipa técnica, foram integradas no PRGP as propostas apresentadas pelo ICNF em conjunto com o Município de Nisa, de acordo com a metodologia definida, bem como com as respetivas justificações definidas por estas mesmas entidades.
III. Outras considerações	
<p>Tendo como base o Estudo denominado Biodiversidade 2030: Nova agenda para a conservação em contexto de alterações climáticas, citado em rodapé, que apresenta um conjunto de oportunidades para o aproveitamento da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas a ela associados, como aliados na mitigação das alterações climáticas e propõe um pacote de medidas e políticas para reverter a tendência de degradação e perda do capital natural, considera-se que o PRGP SSMTN deve abordar a componente da adaptação climática da biodiversidade e da conectividade ecológica, fazendo referência ao referido documento.</p> <p>No estudo acima referido, pode ler-se o seguinte:</p> <p>“Os Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP), integrantes do Programa de Transformação da Paisagem (PTP), aprovado em 2020, destinam-se a promover atividades económicas geradoras de paisagens florestais multifuncionais, e a remuneração de serviços de ecossistema. Os PRGP ‘desenham a paisagem desejável, definem uma matriz de transição a médio-longo prazo suportada num modelo de financiamento que assegura a sua implementação’</p>	<p>A Proposta do PRGP SSMTN aborda quer no Programa que no Relatório Ambiental, as componentes da adaptação climática, da biodiversidade e da conectividade ecológica, sendo temáticas subjacentes aos objetivos do Programa estabelecidos no PTP e no Despacho que determina a elaboração do Programa.</p> <p>Os conteúdos do referido Estudo (adaptação climática, biodiversidade e conectividade ecológica), estão globalmente alinhados com as matérias amplamente estudadas na Proposta do Programa, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nos recursos e valores biofísicos e naturais, analisados no <u>Diagnóstico Prospetivo</u>; - Nos documentos (macropolíticas de âmbito internacional, nacional, regional e municipal) do QRE que enquadra o desenvolvimento da Proposta e da respetiva AAE: na avaliação dos cenários alternativos estudados; na avaliação dos FCD Resiliência ao fogo, Valorização do Território e Serviços dos Ecossistemas; no Programa de Seguimento das medidas e recomendações estabelecidas, que integram o <u>Relatório Ambiental</u>; - Nos Temas e Ações relevantes de suporte ao Desenho da Paisagem Proposto; na definição das Propostas Territoriais e Regimes de Gestão para a transformação do território; no estabelecimento das Macroestruturas da Paisagem, enquanto pilares do Desenho da Paisagem e na identificação das áreas e ações prioritárias relevantes para a transformação da paisagem, que integram o <u>Relatório do Programa</u>. <p>Reconhece-se a relevância do Estudo¹ referido, na medida em que as suas matérias, análises e conclusões, encontram-se alinhadas com as Propostas do PRGP, tendo sido incluído na bibliografia, como documento de referência.</p> <p>¹Araújo, M.B. (Coordenação), Antunes, S., Gonçalves, E.J., Oliveira, R., Santos, S. & Sousa Pinto, I. 2022. Biodiversidade 2030: Nova agenda para a conservação em contexto de alterações climáticas. Universidade de Évora & Fundo Ambiental, Ministério do Ambiente e da Ação Climática, Lisboa. Aviso n.º 5656/2024/2. Diário da República n.º 54/2024, Série II de 15 de março de 2024</p>

Questão do ICNF	Ponderação
<p>(42). A execução dos PRGP é efetuada através de outras medidas programáticas do PTP, como as Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP). A operacionalização das AIGP é feita através de Operações Integradas de Gestão da Paisagem (OIGP) que definem a programação das intervenções, o modelo operativo, os recursos financeiros a alocar e o sistema de gestão e de monitorização.</p> <p>Tendo em conta os PRGP em curso e as áreas identificadas como potenciais para poderem vir a ser abrangidas, torna-se fundamental integrar a componente da adaptação climática da biodiversidade e da conectividade ecológica, aspetos que não têm sido tratados por este tipo de instrumentos. Por outro lado, das cerca de 50 AIGP constituídas até ao final de 2021, a maioria entrega a operacionalização às entidades gestoras das ZIF. Não se encontrando a definição de um modelo de governança ajustado ao contexto de cada AIGP nos conteúdos da respetiva OIGP, deverá ser dada especial atenção a este aspeto de modo a não incorrer nas mesmas fragilidades da gestão das ZIF. De especial importância a aplicação rigorosa do programa de monitorização da OIGP, com identificação dos indicadores de execução financeira, física e de impacto.”¹</p>	<p>No âmbito dos PRGP foram identificadas AIGP e APGA, enquanto intervenções prioritárias no território, sujeitas a financiamento.</p> <p>A operacionalização das AIGP tem sido, efetivamente, feita através das OIGP, sendo que sua programação das intervenções, o modelo operativo, os recursos financeiros a alocar e o sistema de gestão e de monitorização, não constituem matérias a tratar no âmbito das Propostas de PRGP.</p>
<p>IV. Disposições finais</p>	
<p>Com base no acima exposto considera-se que a proposta do PRGP SSMTN deve ser revista, acolhendo as indicações exaradas na tabela do número I, bem como as Áreas Piloto de Gestão Agregada devem ser reformuladas de modo a conciliar, de forma efetiva, o aumento da resiliência do território à ocorrência e passagem de incêndios rurais com a salvaguarda dos valores naturais e dos recursos florestais presentes na AI do PRGP SSMTN, conforme o descritivo no número II.</p>	-

Seguidamente é apresentada a ponderação da participação feita por **representante de empresa** do setor da **Agricultura e Pescas**, durante o Período da Discussão Pública.

Para efeitos de ponderação da participação, foi adotado o formato de quadro, por forma a transcrever o conteúdo da participação que consta na Ficha de Participação em papel, conforme se apresenta abaixo.

Participante Representante de Empresa Profissão/Área de atuação Agricultura e Pescas Data 2025-07-16	
Contributo/Sugestão da Participação	-
<i>(Matérias assinaladas sobre as quais incide o comentário)</i> Diagnóstico da Situação Territorial Metodologia Participação pública e envolvimento dos atores locais Desenho da Paisagem Matriz de Transição Regime de fogo Áreas e Ações prioritárias Desenho da Paisagem – Fundamentação das Opções tomadas Matriz de transição e valorização Orientações destinadas à concretização da transformação da paisagem; Medidas / Recomendações Áreas e Ações prioritárias IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA	-

Participante Representante de Empresa Profissão/Área de atuação Agricultura e Pescas Data 2025-07-16	
Diretrizes de Planeamento e Gestão Programa de Execução e Governança Monitorização e Avaliação de Resultados Outro	-
Comentário <i>Após termos consultado o PRGP da serra de São Mamede e terras de Niza e também termos ido à reunião de apresentação pública no dia 7 de julho de 2025 – ficámos com a seguinte opinião: a) Aachamos o documento globalmente positivo, mas de difícil interpretação, complexo e muito confuso nalguns aspetos. Os três grandes objetivos são de grande importância para a região; Contudo achamos que as APGA – áreas piloto, nos moldes em que foram engendradas deveriam ser todas retiradas do PRGP por nos parecerem um “instrumento” errado – passamos a explicar porquê: os eventuais beneficiários (cidadãos, empresas, municípios, etc.) são agentes responsáveis (“maiores e vacinados”) e não precisam de futuros “paízinhos” de entidades gestoras da APGA, que eventualmente podem tomar decisões prejudiciais e contrárias aos legítimos interesses dos agentes locais e aparecer conflitos desnecessários. Isto não significa que não devam ser apoiadas associações ou agrupamentos de produtores. Aachamos mais funcional e legítimo o estabelecimento de um sistema/quadro de várias medidas específicas com uma construção onde constasse: 1 – Âmbito geográfico/espacial do PRGP; 2 – Critério de elegibilidade; 3 – Compromisso do beneficiário; 4 – A forma de apoio; 5 – O montante e o limite de apoio; 6 – Os limites temporais do apoio; 7 – O control de fiscalização; Que fosse desenvolvido um programa de medidas com um modo de funcionamento muito mais próximo ao “programa do Pepac – agricultura”.</i>	<p>Conforme é referido nos vários documentos que constituem o PRGP SSMTN, as Áreas Piloto de Gestão Agregada (APGA), constituem áreas estratégicas para a promoção de iniciativas de reordenamento e gestão da paisagem, atendendo às opções de gestão e transformação propostas nos PRGP, que ficarão a cargo de entidades organizadas, com iniciativa e capacidade de gestão, presentes no território. Dessa forma, o desenvolvimento destas APGA, cuja localização e princípios orientadores de intervenção são apresentados no PRGP, contará com a gestão a efetuar por entidade(s) local(ais) que ponderarão os interesses dos vários agentes locais envolvidos, inclusivamente das associações e agrupamentos de produtores, como referido no comentário.</p> <p>O modelo para a constituição, funcionamento e financiamento das APGA não se encontra definido no âmbito do presente PRGP, sendo que na sequência da aprovação e implementação do mesmo, serão definidos os critérios em que esse modelo será instituído.</p> <p>A proposta indicativa de APGA, sempre passível de realocização como referido e com carácter adaptativo a futuras propostas alinhadas com a proposta de desenho da paisagem do PRGP SSMTN, aquando da implementação do Programa, têm o propósito na presente fase, de ficarem contempladas no quadro das áreas e ações prioritárias, com áreas atribuídas e financiamentos alocados.</p>

Participante Representante de Empresa Profissão/Área de atuação Agricultura e Pescas Data 2025-07-16	
<p><i>B) outra grande preocupação, relativamente ao PRGP, refere-se à nomenclatura utilizada – respeitante às ocupações culturais do espaço – que foi desenvolvida numa escala de 1:80000, e que pode vir a dar confusões de análise, de futuros projetos, quando confrontados com análises de escala mais pequena que estão pormenorizadamente trabalhados no parcelário agrícola. A título de exemplo os montados de sobro e/ou azinho com aproveitamento no sob-coberto, para o IFAP são considerados espaços agrícolas e para o ICNF são considerados espaços florestais; ou seja o mesmo espaço, consoante a escala utilizada é considerado agrícola mas noutra escala é considerado florestal.</i></p> <p><i>A confusão é susceptível de ser instalada em futuros projetos. É necessária harmonia na nomenclatura utilizada pelas diferentes instituições. A nomenclatura deve ser regulamentada e obedecer a definições escritas.</i></p>	<p>A este respeito importa referir que a cartografia dos PRGP é desenvolvida à escala 1:10.000, tendo sido utilizada a escala 1:80.000 para poder ser apresentada a informação da totalidade da área de intervenção do PRGP SSMTN numa única peça gráfica.</p> <p>No que se refere à nomenclatura utilizada, os PRGP utilizam como informação de base a Carta de Ocupação do Solo de 2018 (DGT) para a construção do Desenho da Paisagem apresentado. Foi ainda assim realizado um exercício de agrupamento de algumas das classes de ocupação do solo, mantendo sempre a desagregação da informação necessária no presente âmbito. A equipa está ciente das questões relativas à falta de harmonização de conceitos e terminologia utilizada entre vários tipos de informação e entidades públicas, sendo que, ainda assim, não se encontra enquadrado no âmbito do presente Programa a resolução de uma questão de fundo e transversal como essa.</p> <p>De referir ainda que o PRGP possui um carácter estratégico, não devendo a cartografia do Desenho da Paisagem produzida neste âmbito servir de base para confrontar com análises e projetos efetuados a escalas que naturalmente não são passíveis de comparação. A esse respeito deverão ser atendidas as diretrizes de planeamento e gestão e consideradas as orientações de gestão previstas no âmbito do presente Programa.</p>

Participante Representante de Empresa Profissão/Área de atuação Agricultura e Pescas Data 2025-07-16	
<p><i>Outra lacuna e grande preocupação relativa a este PRGP tem haver com a falta de referência a muitos valores ecológicos, nomeadamente ao conhecimento de habitats diversos (alguns gravemente ameaçados) – referência a valores naturais existente na região, tais como: “as florestas de sombra de folhado”, a formações vegetais reliquais, a muitas espécies ameaçadas de extinção e/ou com estatuto de vulnerabilidade (lince ibérico, abutre negro, gato bravo, água imperial, águia real, bufo grande, rato de cobrera, [...] aquático, aos anfíbios e répteis (algumas espécies raras), à fauna piscícola; á composição florística específica que compõe determinadas pastagens – muito ligadas à exploração ovina, às raças autóctones, etc etc.</i></p> <p><i>Referências ao regime torrencial dos cursos de água existentes e à qualidade das águas; aos charcos temporários..., à necessidade de existência de pontos de água. etc</i></p> <p><i>Referencia à necessidade de controlo e punição da disseminação de lixos diversos e entulhos de construção civil, que têm sido disseminados na paisagem rural.</i></p> <p><i>Referencia à necessidade de comprimento, na limpeza das bermas das estradas municipais e nacionais...</i></p> <p><i>Referencia à necessidade de cumprimento das faixas de gestão de combustíveis, primárias e secundárias...</i></p> <p><i>A necessidade de uma maior literacia ecológica pelas entidades públicas responsáveis.</i></p> <p><i>Em termos gerais, achamos que os estudos e conhecimentos ambientais e ecológicos podem e deve ser muito mais aprofundados e desenvolvidos.</i></p> <p><i>Apenas apresentámos alguns tópicos, de forma muito resumida. Torna-se impossível fazer uma abordagem desenvolvida e suficientemente esclarecedora num espaço tão curto.</i></p> <p><i>[...]</i></p>	<p>O PRGP constitui um programa estratégico que visa definir orientações para a transformação e gestão da paisagem, por forma a garantir a compatibilização entre o aumento da resiliência aos fogos rurais e a dinamização das atividades económicas.</p> <p>Reconhece-se a importância do comentário, embora os Planos de Gestão das ZEC sejam os instrumentos privilegiados em matéria de conservação da natureza, identificando os habitats prioritários e definindo medidas de gestão para os habitats protegidos.</p> <p>Os PRGP e os Planos de Gestão das ZEC, constituem instrumentos com âmbitos e escalas próprias que devem estar compatibilizados, mas que em determinadas matérias, como as referidas, são complementares.</p> <p>No que se refere às questões relativas à defesa da floresta contra incêndios, deverão ser sempre atendidas as disposições dos Programas Regionais e Sub-regionais de Ação (PRA e PSA) de Gestão Integrada de Fogos Rurais, bem como os Programas Municipais de Execução (PME) de Gestão Integrada de Fogos Rurais, que vierem a ser aprovados.</p> <p>Sempre que a informação se encontrava disponível, foram integradas no PRGP as faixas de gestão de combustível contempladas nos referidos Programas.</p> <p>No presente contexto foram desenvolvidos todos os estudos necessários, conforme constam no Relatório de Diagnóstico Prospetivo que acompanha o Programa, que incidem sobre as matérias e temáticas consideradas relevantes para os objetivos do presente Programa.</p>
<p><i>P.S.</i></p> <p><i>Sempre disponíveis para qualquer colaboração adicional.</i></p> <p><i>E achamos muito positivo o objetivo de recuperação das populações de coelho bravo, com vista a enviar condições propícias à reintrodução do lince ibérico.</i></p> <p><i>E achamos falta de articulação com o PDM de Niza; com o plano rodoviário; com o plano energético (REN; EDP; Origem e transporte de energia...), com o plano hídrico...; com os estudos geológicos e pedológicos, capacidade de uso...etc etc.</i></p> <p><i>Impossível dizer tudo aqui...</i></p>	<p>No âmbito do PRGP SSMTN foi efetuado o enquadramento do mesmo nos instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional, regional e municipal aplicáveis à área de intervenção, por forma a assegurar a articulação e compatibilização entre os mesmos, conforme consta na Parte IV do Relatório do Programa. Este enquadramento incluiu todos os instrumentos considerados relevantes no contexto no presente Programa, tendo sido inclusivamente analisado o conteúdo regulamentar e as restrições mais relevantes no que respeito aos PDM dos concelhos abrangidos.</p> <p>De referir ainda que o PRGP SSMTN procura, de forma geral, a compatibilização com os IGT em vigor, enquadrando as políticas e as orientações constantes dos mesmos.</p>

3.6 RESULTADO DA PONDERAÇÃO

Após análise das participações recebidas, foi dada boa nota dos seus conteúdos e reflexões, esclarecidas as matérias que suscitavam dúvidas e acomodadas as propostas de alteração consideradas pertinentes, conforme apresentado no capítulo 3.5.1 e 3.5.2 do presente Relatório.

Os resultados da ponderação são os seguintes:

- **A inclusão de texto explicativo no Cenário de Transição Positivo:** “Para as áreas integradas nas ZEC São Mamede e ZEC Nisa/Laje da Prata e não integradas nas áreas da RPFGC e das OAEGC definidas, propõe-se a replicação do mesmo tipo de propostas territoriais e regimes de gestão estabelecidos para as áreas fora das ZEC, desde que seja esse o entendimento do ICNF e devendo os mesmos ser enquadrados com as medidas de gestão dos PG das ZEC São Mamede e ZEC Nisa/Laje da Prata.” integrado no Quadro 11 - Descrição de Cenários Alternativos para o Cenário de Transição Positiva incluído no ponto 3.1 Cenários Alternativos de Transformação da Parte II – Desenho da Paisagem Proposto do **Relatório do Programa**, no Quadro 16 - Descrição de Cenários Alternativos para o Cenário de Transição Positiva incluído no ponto 5.1.1 Descrição dos Cenários Alternativos e Critérios de Ponderação do Capítulo 5 – Avaliação Estratégica da Proposta de Programa do **Relatório Ambiental** e nos respetivos pontos do **Resumo Não Técnico**;
- **A revisão das Diretrizes e Orientações do PRGP SSMTN** no ponto 1.2 Diretrizes e Normas para a Transformação da Paisagem da Parte IV – Diretrizes de Planeamento e Gestão no **Relatório do Programa** e no respetivo ponto do **Sumário Executivo**, com o objetivo de clarificar a sua aplicabilidade, designadamente das D1, D2, D3, D5, D12, D13 e D14:
 - A anterior redação da D1. “As macroestruturas da paisagem definidas no Desenho da Paisagem do PRGP SSMTN devem ser consideradas na planta de ordenamento dos PDM dos concelhos de Castelo de Vide, Nisa e Portalegre, atribuindo-lhe uma qualificação do solo compatível com as funções de conectividade ecológica e/ou de resiliência ao fogo, conforme definido no PRGP SSMTN. As estruturas de conectividade ecológica preconizados no Desenho da Paisagem do PRGP SSMTN devem também ser integradas nas respetivas Estruturas Ecológicas Municipais” foi alterada para a D1. “As macroestruturas da paisagem definidas no Desenho da Paisagem do PRGP SSMTN, integram as áreas e corredores de conectividade ecológica (corredores húmidos que incluem as linhas de água, os planos de água, a vegetação ripícola existente e a criar e corredores secos que incluem os festos primários, secundários e terciários) e as áreas de conservação existentes (ZEC São Mamede, ZEC Nisa/Laje da Prata, Monumento Natural das Portas de Ródão, PNSSM, Geoparque Naturtejo da Meseta Meridional, IBA’s Portas de Ródão e Vale Mourão), que devem ser consideradas na estratégia

de ordenamento dos PDM dos concelhos de Castelo de Vide, Nisa e Portalegre e contribuir para a identificação das Estruturas Ecológicas Municipais”.

- A anterior redação da D1.1. “Para as estruturas de conectividade ecológica preconizadas no Desenho da Paisagem do PRGP SSMTN, o regulamento dos PDM deve contemplar para as categorias de solo rústico: A arborização de espécies nativas melhoradoras do solo (revoluções longas), bem como técnicas de engenharia natural, tendo em vista o controlo da erosão nas bacias hidrográficas, em particular nas zonas de cabeceira, encostas declivosas e na envolvência de cursos de água de regime torrencial; A valorização da rede hidrográfica e a continuidade das galerias ripícolas associadas” foi suprimida.
- A anterior redação da D1.2. “Para as outras estruturas da paisagem associadas à resiliência ao fogo preconizadas no Desenho da Paisagem do PRGP SSMTN, os PDM devem integrar as estratégias complementares da gestão dos regimes de fogo e as servidões associadas” foi alterada e renumerada para a D2. “As macroestruturas da paisagem definidas no Desenho da Paisagem do PRGP SSMTN incluem ainda as estruturas de resiliência ao fogo (FRPGC, FRSGC preconizadas no SGIFR e OAEGC propostas no Programa), cujas servidões devem integrar os PDM”.
- A anterior redação da D2. “Os macro sistemas definidos no Desenho da Paisagem do PRGP SSMTN devem ser considerados no conteúdo regulamentar das diferentes categorias de espaço do solo rústico dos PDM (em particular nos regimes de uso do solo aplicáveis aos espaços agrícolas, florestais e naturais e paisagísticos), adaptados à escala do planeamento municipal com base em critérios técnicos de maior detalhe (salvaguardando as especificidades territoriais e da paisagem, nomeadamente a utilização de muros de pedra seca ou sebes na limitação das parcelas, estruturas de valorização da paisagem e de descontinuidade à propagação do fogo, ou o património arquitetónico)” foi alterada e renumerada para a D3. “Os macro sistemas e elementos singulares da paisagem, definidos no Desenho da Paisagem e na matriz de transição do PRGP SSMTN, devem ser considerados no conteúdo regulamentar das diferentes categorias de espaço do solo rústico dos PDM, adaptados à escala do planeamento municipal com base em critérios técnicos de maior detalhe (salvaguardando as especificidades territoriais e da paisagem, nomeadamente a utilização de muros de pedra seca ou sebes na limitação das parcelas, estruturas de valorização da paisagem e de descontinuidade à propagação do fogo, ou o património arquitetónico)”.
- A anterior redação da D2.1. “Para os sistemas florestais preconizados no Desenho da Paisagem do PRGP SSMTN, os PDM devem integrar normas nas respetivas categorias de solo rústico (em particular para os espaços florestais) que garantam: Controlo de áreas de espécies lenhosas exóticas invasoras, transformando estas áreas progressivamente em

florestas de folhosas composta por espécies autóctones, contribuindo para o mosaico de gestão silvo-pastoril; Gestão dos povoamentos de quercíneas existentes (em particular as florestas de sobreiro, azinheira e carvalho-negral), garantido a melhoria da vitalidade e da produtividade e conservação dos mesmos; Gestão das florestas de eucalipto, integradas nas áreas da RPFGC e das OAEGC definidas no PRGP SSMTN e nas áreas não integradas nas ZEC São Mamede e Nisa/Laje da Prata, tendo em vista a promoção da heterogeneidade dos povoamentos, incrementando a biodiversidade em presença, e incluindo ações de silvicultura preventiva e gestão da vegetação sob coberto; Nas áreas das áreas da RPFGC e das OAEGC definidas e integradas nas ZEC, deverá ser tida em consideração a existência de habitats e espécies protegidas; Gestão das florestas de eucalipto, não integradas nas áreas da RPFGC e das OAEGC definidas no PRGP SSMTN nem nas ZEC São Mamede e Nisa/Laje da Prata, tendo em vista a promoção da produtividade através das práticas de gestão e utilização de estações com boa aptidão produtiva e obtenção de adicionalidade na provisão de serviços de ecossistemas, no âmbito da regulação hidrológica, conservação do solo e biodiversidade, com possibilidade de rearboreção nos termos da legislação em vigor; Gestão das florestas de pinheiro-bravo, integradas nas áreas da RPFGC e das OAEGC definidas no PRGP SSMTN e nas áreas não integradas nas ZEC São Mamede e Nisa/Laje da Prata, com o objetivo de produção de lenho, incluindo ações de silvicultura preventiva, gestão da vegetação sob coberto, desbastes e desramações. Nas áreas da RPFGC e das OAEGC definidas e integradas nas ZEC, deverá ser tida em consideração a existência de habitats e espécies protegidas; Gestão das florestas de pinheiro-manso, integradas nas áreas da RPFGC e das OAEGC) definidas no PRGP SSMTN e nas áreas não integradas nas ZEC São Mamede e Nisa/Laje da Prata, com o objetivo da manutenção das funções de proteção do solo e da diversificação das opções de utilização produtiva, incluindo ações de silvicultura preventiva, gestão da vegetação sob coberto, desbastes e desramações; Nas áreas das áreas da RPFGC e das OAEGC definidas e integradas nas ZEC, deverá ser tida em consideração a existência de habitats e espécies protegidas; Promoção da gestão integrada das propriedades por forma a aumentar a dimensão física e económica dos prédios rústicos. Gestão das populações de espécies cinegéticas, considerando o seu potencial na gestão de combustíveis” foi alterada e renumerada para a D4. “Para os sistemas florestais preconizados no Desenho da Paisagem do PRGP SSMTN que traduzem alteração das ocupações do solo, os PDM devem integrar normas nas respetivas categorias de solo rústico (em particular para os espaços florestais) que garantam: Controlo das áreas de espécies lenhosas exóticas invasoras, transformadas progressivamente em florestas de folhosas autóctones; Promoção da gestão integrada das propriedades por forma a aumentar a dimensão física e económica dos prédios rústicos; Valorização dos recursos cinegéticos e do potencial turístico das zonas de caça”.

- A anterior redação da D2.2. “Para os sistemas agrícolas preconizados no Desenho da Paisagem do PRGP SSMTN, os PDM devem para as categorias de solo rústico (em particular para os espaços agrícolas): Expandir as áreas de agricultura para áreas inseridas na Reserva

Agrícola Nacional (RAN), para áreas contíguas a parcelas existentes e com potencial agrícola; Promover a gestão integrada das propriedades por forma a aumentar a dimensão física e económica dos prédios rústicos; Promover a diversificação de culturas, a promoção de práticas agrícolas sustentáveis e a adoção de sistemas de rega mais eficientes” foi integrada nas Orientações.

- A anterior redação da D2.3. “Para os sistemas agroflorestais, para os sistemas de mosaicos agro-silvo-pastoris preconizados no Desenho da Paisagem do PRGP SSMTN que visam contribuir para o mosaico de gestão silvo-pastoril, os PDM devem para as categorias de solo rústico: Gestão das áreas de matos integradas nas áreas da RPFGC e das OAEGC definidas no PRGP SSMTN e nas áreas não integradas nas ZEC São Mamede e Nisa/Laje da Prata, com constituição de mosaico de gestão silvo-pastoril com áreas abertas, que privilegie o pastoreio; Nas áreas das áreas da RPFGC e das OAEGC definidas no PRGP SSMTN e integradas nas ZEC São Mamede e Nisa/Laje da Prata, deverá ser tida em consideração a existência de habitats e espécies protegidas; Manter as funções produtivas e de proteção/conservação das superfícies agroflorestais; Manter as áreas de pastagens existentes e expandir as mesmas para áreas contíguas com aptidão para tal, nomeadamente em transformação de matagais, contribuindo também para o fomento da pecuária; Promover a gestão integrada das propriedades por forma a aumentar a dimensão física e económica dos prédios rústicos; Gerir as populações de espécies cinegéticas e promover o apoio ao pastoreio extensivo, considerando o seu potencial na gestão de combustíveis” foi integrada nas Orientações.
- A anterior redação da D2.4. “Para os macro sistemas específicos da paisagem preconizados no PRGP SSMTN, os PDM devem, para as categorias de solo rústico, promover a constituição dos mosaicos agro-silvo-pastoris a partir da conversão de áreas ocupadas por matos integradas nas áreas da RPFGC e das OAEGC definidas no PRGP SSMTN e nas áreas não integradas nas ZEC São Mamede e Nisa/Laje da Prata, que incluam a criação de mosaicos de gestão silvo-pastoril com áreas abertas, que privilegie o pastoreio, incluindo áreas de matos geridos mediante aplicação de técnicas de gestão de combustível combinadas.” foi alterada e renumerada para a D5. “Para os macro sistemas específicos da paisagem preconizados no PRGP SSMTN, os PDM devem, para as categorias de solo rústico (em particular para os espaços florestais), promover a regulamentação e programação necessária à concretização das ações prioritárias estabelecidas, designadamente, a constituição dos sistemas de mosaicos agro-silvo-pastoris a partir da conversão de áreas ocupadas por matos, que incluam a criação de mosaicos de gestão silvo-pastoril com áreas abertas que privilegie o pastoreio”.
- A anterior redação da D2.5. “Os PDM devem ainda para as categorias de solo rústico: Garantir o reforço e valorização das galerias ripícolas existentes, o controlo da propagação de espécies

lenhosas exóticas invasoras em ambiente ripícola e a constituição de galerias ripícolas ao longo dos corredores hídricos estruturantes, privilegiando vegetação arbórea e arbustiva autóctone; Revitalizar os aglomerados populacionais por forma a promover a dinamização do território e a fixação de pessoas; Controlar o crescimento do povoamento disperso, prevenindo a ocupação de áreas de elevado risco de fogos rurais; Estruturar a rede de percursos pedestres enquanto ativo turístico e económico, por forma a desenvolver atividades associadas ao turismo de natureza; Prever a recuperação e valorização do património arqueológico, histórico e natural” foi integrada nas Orientações.

- A anterior redação da D3. “Nas áreas identificadas como gestão de matos, os PDM devem prever o uso e transformação do solo rústico compatível com as funcionalidades associadas a sistemas culturais de resiliência ao fogo” foi integrada nas Orientações.
- A anterior redação da D5. “Os PDM devem acautelar a regulamentação de atividades admitidas em solo rústico de suporte à economia rural, permitindo a instalação de estruturas necessárias à recriação de mosaicos agro-silvo-pastoris, mosaicos agrícolas heterogêneos e mosaicos florestais, como abertura de pontos de água para acumulação de águas à superfície, a instalação de pequenas centrais de compostagem para aproveitamento dos resíduos florestais e produção de composto” foi alterada e renumerada para a D6. “Os PDM devem acautelar a regulamentação de atividades admitidas em solo rústico de suporte à economia rural, permitindo a instalação de estruturas necessárias à recriação de atividade agrícola, agro-silvo-pastoril e florestal, como abertura de pontos de água para acumulação de águas à superfície, a instalação de pequenas centrais de compostagem para aproveitamento dos resíduos florestais e produção de composto”.
- A anterior redação da D12. “Nas ações de arborização, rearborização e reconversão florestal, deve igualmente garantir-se a identificação e intervenção adequada nos pontos de abertura de incêndio, numa área de raio mínimo de 125m (correspondente à largura mínima da rede primária), sendo que em cada intervenção no local deve ser avaliada em função da sensibilidade ou especificidade: Quando localizados exclusivamente em vales com habitats ripícolas, as intervenções a realizar deverão restringir-se: à remoção de exemplares de espécies alóctones e o controlo de espécies exóticas invasoras; a limpezas manuais necessárias ao normal escoamento da água; intervenções relacionadas com a proteção de pessoas e bens (e.g. corte de árvores em risco de queda). Quando localizados em zonas de encosta, a intervenção visa a obtenção de um mosaico com as seguintes características: mais de 30 % da superfície com vegetação herbácea; máximo de 30 % da superfície ocupada por matagal; máximo de 60 % da superfície ocupada com a soma das superfícies de matagal e povoamentos florestais deduzidos dos povoamentos de espécies ripícolas; no mínimo 50 % das orlas devem incluir zonas abertas” foi alterada e renumerada para a D11. “Nas ações de

arborização, rearborização e reconversão florestal, deve igualmente garantir-se a identificação e intervenção adequada nas áreas dos mosaicos estratégicos de gestão de combustível: Quando localizadas exclusivamente em vales com habitats ripícolas, as intervenções a realizar incidem sobre a estrutura vertical dos combustíveis e no aumento da superfície com vegetação herbácea; Quando localizados em zonas de encosta a intervenção visa a obtenção de um mosaico cultural diversificado e adequado à realidade do território tendo por referência a dominância de áreas abertas e de espécies de baixa combustibilidade”.

- Foi incluída a D13. “Nas ações de arborização, rearborização e reconversão florestal, deve ser assegurada a manutenção de zonas abertas em mosaico, e a existência de um sistema de gestão de combustível nas seguintes condições: Baseado em atividades como a silvo pastorícia e/ou gestão cinegética, desde que garantindo encabeçamentos eficazes para a gestão de combustível; Baseado em técnicas de gestão de combustível como o fogo controlado ou a remoção da vegetação; Uma combinação eficaz das alíneas anteriores”.
- A anterior redação da 14. “Nas ações de arborização, rearborização e reconversão florestal, a remoção de biomassa deve assegurar: Em áreas declivosas e com elevados riscos de erosão do solo, a remoção no máximo de cerca de 50% da biomassa florestal residual (BFR) resultante das operações de gestão e exploração florestal; Nas restantes áreas, a remoção até cerca de 80% da BFR resultante das operações de gestão e exploração florestal; A fração da BFR que permaneça no local, em resultado das operações de gestão e exploração florestal deverá ser objeto de tratamento (ex: trituração)” foi suprimida.
- A anterior redação da O19. “Incremento da heterogeneidade dos povoamentos de eucalipto, aumentando a biodiversidade do eucaliptal gerido incluindo o aumento da diversidade das ocupações e dos usos, nomeadamente, manchas de montado, matagal e sistemas agroflorestais, sem prejuízo da produção lenhosa” foi alterada e renumerada para a O8. “Incremento da heterogeneidade espacial no interior dos povoamentos de eucalipto, sem prejuízo da produção lenhosa, promovendo a sua compartimentação, através da valorização de formações vegetais herbáceas, arbustivas e arbóreas, já presentes ou a instalar, que deverão ser constituídas por espécies autóctones, criando-se condições para o incremento da biodiversidade. Neste contexto deverão ser preservadas ou promovidas manchas de sobreiral, de azinhal, de carvalhal, de medronhal, ou de montados e sistemas agroflorestais”.
- **A inclusão de informação referente às áreas de eucalipto, pinheiro bravo e pinheiro manso dentro das ZEC,** tendo sido retirado “Manter o uso” e substituído por “Dar cumprimento aos PG das ZEC”, seguido das propostas previstas para fora das ZEC, no sentido destas poderem ser replicadas nas áreas dentro das ZEC, se esse for o entendimento do ICNF, no Quadro 11 - Descrição de Cenários Alternativos, incluído no ponto 3.1 Cenários Alternativos de Transformação

e no Quadro 12 – Propostas Territoriais e Regimes de Gestão aplicáveis às tipologias de ocupação atual, incluído no ponto 3.2.2 Descrição das Propostas Territoriais da Parte II – Desenho da Paisagem Proposto do **Relatório do Programa** e respetivos pontos do **Sumário Executivo** e no Quadro 16 - Descrição de Cenários Alternativos incluído no ponto 5.1.1 Descrição dos Cenários Alternativos e Critérios de Ponderação do Capítulo 5 – Avaliação Estratégica da Proposta de Programa do **Relatório Ambiental** e no respetivo ponto do **Resumo Não Técnico**;

- **A inclusão de informação referente à revitalização de áreas de olivais tradicionais abandonados de encosta** no Quadro 2 – Temas, Linhas e Ações relevantes para o Desenho da Paisagem Proposto, incluído no ponto 1 Temas e Ações relevantes no Desenho da Paisagem e no ponto 3.2.2 Descrição das Propostas Territoriais da Parte II – Desenho da Paisagem Proposto e incluído um indicador no Quadro 23 – Monitorização e Avaliação da Implementação do PRGP SSMTN, incluído no ponto 1.1 Modelo de Acompanhamento, Reporte e Medição dos resultados, da Parte VII – Programa de Monitorização e Avaliação de Resultados no **Relatório do Programa** e nos respetivos pontos do **Sumário Executivo** no ponto 5.1.1 Descrição dos Cenários Alternativos e Critérios de Ponderação do Capítulo 5 – Avaliação Estratégica da Proposta de Programa do **Relatório Ambiental** e no respetivo ponto do **Resumo Não Técnico**;
- **A alteração na descrição da Gestão de Matos nas OAEGC propostas**, passando a ter a seguinte redação “Gestão de matos: corresponde a áreas homogéneas ocupadas essencialmente com matos heliófilos ou mosaicos de matos e pastagens, e onde podem ser aplicadas várias técnicas de gestão de combustível uma combinação de fogo controlado quando aplicável e/ou mediante tratamento prévio e pastorícia” ponto 3.1 Cenários Alternativos de Transformação e no ponto 3.2.3.1 RG1 - Regime de Gestão de Combustíveis da Parte II – Desenho da Paisagem Proposto, no **Relatório do Programa** e no respetivo ponto do **Sumário Executivo** e no ponto 5.1.1 Descrição dos Cenários Alternativos e Critérios de Ponderação do Capítulo 5 – Avaliação Estratégica da Proposta de Programa do **Relatório Ambiental** e no respetivo ponto do **Resumo Não Técnico**;
- **A inclusão de novas 4 APGA propostas** (APGA Ribeira de Figueiró, APGA das Portas de Rodão, APGA da Ribeira de S. João e APGA de Póvoas e Meadas) no ponto 1.1 Áreas Piloto de Gestão Agregada da Parte V – Áreas e Ações Prioritárias no **Relatório do Programa** e no respetivo ponto do **Sumário Executivo**;
- **A inclusão de referência ao estudo Biodiversidade 2030: Nova agenda para a conservação em contexto de alterações climáticas** no Parte IX – Bibliografia do **Relatório do Programa** e no Capítulo 8 – Referências Bibliográficas do **Relatório Ambiental**.

4 ANEXOS

Anexo I – Lista das Partes Interessadas

Anexo II – Programa da 1.ª Reunião de Participação Pública Alargada

Anexo III – Apresentação dos aspetos mais relevantes do Diagnóstico e das Propostas em desenvolvimento

Anexo IV – Material de apoio à 1.ª Reunião de Participação Pública Alargada

Anexo V – Conteúdos da Sessão Pública de Apresentação e Debate

Anexo VI – Participações submetidas no Portal Participa

Anexo VII – Outros contributos

ANEXO – I

Lista das Partes Interessadas

Lista de Partes Interessadas

Partes interessadas	Categoria
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR A)	Entidade Acompanhamento
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)	Entidade Acompanhamento
Direção Regional da Conservação da Natureza e Florestas do Alentejo	Entidade Acompanhamento
Administração de Região Hidrográfica (ARH) do Tejo e Oeste / Agência Portuguesa do Ambiente (APA)	Entidade Acompanhamento
Turismo do Alentejo	Entidade Acompanhamento
Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais (AGIF)	Entidade Acompanhamento
Comunidade Intermunicipal do Alto do Alentejo (CIMAA)	Entidade Acompanhamento
Câmara Municipal de Castelo de Vide	Entidade Acompanhamento
Câmara Municipal de Nisa	Entidade Acompanhamento
Câmara Municipal de Portalegre	Entidade Acompanhamento
Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC)	Instituição
Direção Regional de Cultura do Alentejo	Instituição
Junta de Freguesia da Nossa Senhora da Graça de Póvoa e Meadas	Instituição
Junta de Freguesia de Santiago Maior	Instituição
Junta de Freguesia de São João Baptista	Instituição
Junta de Freguesia de Montalvão	Instituição
Junta de Freguesia de Santana	Instituição
Junta de Freguesia de São Matias	Instituição
Junta de União das Freguesias de Arez e Amieira do Tejo	Instituição
Junta de União das Freguesias de Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e São Simão	Instituição
Junta de Freguesia de Alagoa	Instituição
Junta da União das Freguesias de Ribeira de Nisa e Carreiras	Instituição
Escola de Hotelaria e Turismo de Portalegre	Universidade / Academia
Instituto Politécnico de Portalegre (IPP)	Universidade / Academia
AADP – Associação dos Agricultores do Distrito de Portalegre	Associação social ou empresarial
AJAP – Associação dos Jovens Agricultores de Portugal (Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Nisa)	Associação social ou empresarial
ACBRA - Associação de Criadores de Bovinos da Raça Alentejana	Associação social ou empresarial
Anefa - Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente	Associação social ou empresarial
APAFNA – Agrupamento de Produtores Agrícolas e Florestais do Norte Alentejano	Associação social ou empresarial
APFDP – Associação de Produtores Florestais do Distrito de Portalegre	Associação social ou empresarial
APILEGRE – Associação dos Apicultores do Nordeste do Alentejo	Associação social ou empresarial
APCBS - Associação Portuguesa dos Criadores de Bovinos Salers	Associação social ou empresarial
Associação dos Agricultores de Abrantes, Constância, Sardoal e Mação	Associação social ou empresarial

Partes interessadas	Categoria
(Entidade Gestora da ZIF de Comenda)	
Biond – Associação das Bioindústrias de Base Florestal	Associação social ou empresarial
CAP – Confederação dos Agricultores de Portugal	Associação social ou empresarial
Forestis – Associação Florestal de Portugal	Associação social ou empresarial
Silvestrys – Serviços Agro-florestais (Entidade Gestora da ZIF de Ribeira de Nisa e ZIF Sever)	Associação social ou empresarial
ADER-AL – Associação para o Desenvolvimento em Espaço Rural do Norte Alentejo	Associação social ou empresarial
ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo	Associação social ou empresarial
AREANATEjo – Agência Regional de Energia e Ambiente do Norte Alentejano e Tejo	Associação social ou empresarial
NEAA – Núcleo Empresarial da Região do Alto Alentejo	Associação social ou empresarial
NESPOR-AE – Associação Empresarial da Região de Portalegre	Associação social ou empresarial
Terras de Marvão - Associação de Desenvolvimento Local	Associação social ou empresarial
Zero – Associação Sistema Terrestre Sustentável	ONG
Centro Pinus – Associação para a Valorização da Floresta de Pinho	ONG
Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza (Núcleo Regional de Portalegre)	ONG
Monte do Pego	Empresa de Turismo

ANEXO – II

Programa da 1.ª Reunião de Participação Pública Alargada



PROGRAMA DE REORDENAMENTO E
GESTÃO DA PAISAGEM
DA SERRA DE SÃO MAMEDE E TERRAS
DE NISA (PRGP-SSMTN)

Reunião de Participação Pública Alargada

30 de maio de 2025 | 10h30

Salão Nobre dos Paços do Concelho

Castelo de Vide

Programa

10h30 | Abertura

Boas vindas | Presidente da CM Castelo de Vide
Introdução ao PRGP SSMTN | Direção Geral do Território

11h00 | Síntese dos aspetos mais relevantes da Proposta | Biodesign

11h20 | Identificação dos Serviços dos Ecossistemas relevantes na área do PRGP SSMTN

11h30 | Pausa para café e votação nos Serviços dos Ecossistemas

11h45 | Sessão de natureza colaborativa – Grupos focais | Biodesign

13h00 | Síntese dos trabalhos, calendarização das próximas etapas | Biodesign

13:15h | Encerramento da reunião | Biodesign e DGT

biodesign



ANEXO – III

**Apresentação dos aspetos mais relevantes do Diagnóstico e das Propostas
em desenvolvimento**

ANEXO – IV

Material de apoio à 1.ª Reunião de Participação Pública Alargada

ANEXO – V

Conteúdos da Sessão Pública de Apresentação e Debate

ANEXO – VI

Participações submetidas no Portal Participa

ANEXO – VII

Outros contributos